

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**O RECORTE ASSISTENCIAL DA EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE
DO CURSO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ *CAMPUS* IGUATU**

ELIZA MARTA GONÇALVES FERREIRA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O RECORTE ASSISTENCIAL DA EDUCAÇÃO AGRÍCOLA COMO
ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DO CURSO
INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ *CAMPUS* IGUATU**

ELIZA MARTA GONÇALVES FERREIRA

Sob a orientação da Professora
Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Novembro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383r FERREIRA, ELIZA MARTA GONÇALVES , 1965-
O RECORTE ASSISTENCIAL DA EDUCAÇÃO AGRÍCOLA COMO
ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DO CURSO
INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ CAMPUS IGUATU / ELIZA MARTA GONÇALVES
FERREIRA. - 2018.
99 f.: il.

Orientadora: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

1. Educação. 2. Educação Agrícola. 3. Assistência. 4.
Assistência Estudantil. I. Peixoto, Ana Cláudia de
Azevedo , 1973-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ELIZA MARTA GONÇALVES FERREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/11/2018

Ana Claudia de Azevedo Peixoto, Dra. UFRRJ

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Dra. UFRRJ

José Carlos Tavares da Silva, Dr. (Examinador externo)

Dedico

À memória do meu pai, José Ferreira - Zé Calango, homem bom, digno, justo... de tantos *ofícios* – agricultor, pescador, carpinteiro, tecelão, recenseador, mecânico, motorista... –, que nos ensinou a amar e a valorizar as raízes, a respeitar o outro.

À memória do meu tio/padrinho, Edmilson Gonçalves, exemplo de decência na gestão pública. Oportunizou-me as condições de cursar o ensino superior, deixou-nos o *legado do bem*.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da vida, que me concede a cada amanhecer novas oportunidades de participar da construção de um mundo conforme o projeto anunciado e vivido por seu filho, Jesus Cristo.

À minha mãe, Maria Alzenir – a mais penalizada com o meu cansaço mental e físico nos últimos meses -, que pelo exemplo nos ensina a manter acesa a chama da fé e da esperança e nos encoraja a materializar nossos sonhos.

Aos meus irmãos (Maninho/Gene e Sérgio); às minhas sobrinhas (Grazielle, Priscila, Ana Caroline) – para quem tento ser exemplo de dedicação ao aperfeiçoamento pessoal, intelectual -, pelo afeto e pela compreensão nos tantos momentos de estresse.

Aos colegas de trabalho, pelo estímulo, pela disposição em contribuir...

Aos e às colegas de turma IFCE 2016.2, pelo companheirismo, pelo compartilhamento de alegrias e tristezas nestes dois anos de convivência.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *campus* Iguatu na pessoa do Diretor-Geral, Dijauma Honório, pela disponibilidade de recursos e de carga horária para as atividades do mestrado; às professoras Eliani Coelho e Helba Araújo, pela confiança depositada ao assinarem a Carta de Recomendação exigida pela UFRRJ, quando da submissão da inscrição no processo seletivo.

Ao PPGEA pela acolhida ao meu projeto, pelos valorosos aprendizados e vivências experimentadas.

À orientadora Ana Cláudia e membros das bancas examinadoras de Qualificação – Valéria Marques e Defesa – José Carlos Tavares e Mônica Del Rio – presente em ambas as bancas – pelas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Aos servidores da EEM Marechal Castelo Branco de Piquet Carneiro-CE, na pessoa do professor Antônio Firmino (Preceptor) e aos servidores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Piquet Carneiro-CE, na pessoa da secretária, Vera Silva, agradeço a aceitação das minhas propostas, respectivamente, de Estágio Pedagógico e de Estágio Profissional, os quais me proporcionaram agregar rico volume de novos conhecimentos.

Aos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu que se dispuseram a participar do estudo.

Enfim, a minha gratidão a você, que se permitiu ser instrumento Dele – Deus, de quem emanam o poder, a força, a sabedoria -, contribuindo comigo na realização deste trabalho com a sua compreensão, sua companhia, seu silêncio, seu palpito...!

A reforma urbana e agrária
A saúde e a educação
Os projetos que geram trabalho
São caminhos de paz e inclusão
Venham todos, há um longo caminho
Muita coisa pra se construir
Somos pó se lutarmos sozinhos
Somos rocha se o amor nos unir.

**(Samba social. Pe. Zé Antônio e Zé
Vicente)**

RESUMO

FERREIRA, Eliza Marta Gonçalves. **O recorte assistencial do ensino agrícola como estratégia de permanência do estudante do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *campus* Iguatu**. 2018. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A redução da procura, associada ao crescimento da evasão, nos cursos do IFCE *campus* Iguatu nos últimos anos provocou os atores institucionais à identificação das causas e à construção de estratégias de combate à evasão; todavia, as motivações para o acesso e a permanência não são investigadas. A proposta de pesquisa deste estudo parte da ausência de investigação acerca dos fatores que influenciam para o ingresso e a permanência de estudantes: saber por que escolheram a instituição e o curso, desvelar os fatores que influenciam e interferem na escolha pela instituição e pelo curso e quais os dificultadores e facilitadores da sua permanência. Considerando a hipótese de que os serviços e programas de cunho assistencial, especialmente o que se materializa na oferta de residência estudantil, é fator preponderante tanto para a escolha como para a permanência e, ainda, porque se trata do curso mais antigo da instituição, elegemos os estudantes do Curso Integrado em Agropecuária como público-alvo do estudo. O recorte assistencial que perpassa as políticas sociais brasileiras é possível de ser identificado desde os primórdios da educação escolarizada, assim sendo, a fundamentação teórica pautou-se na leitura de teóricos do Serviço Social e da Educação que expõem sobre as políticas sociais de educação e de assistência social. Por meio da pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, com a utilização de instrumentos metodológicos de coleta de dados que incluíram: análise documental (marcos legais e registros profissionais) e questionários com perguntas abertas e fechadas, investigou-se os fatores que influenciam para a permanência do aluno no Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu, analisando a pertinência das estratégias de caráter assistencial. A análise das manifestações dos estudantes, entretecidas com a construção do seu perfil socioeconômico e a sua condição de adolescente, responderam satisfatoriamente aos objetivos. Embora concebam o IFCE *campus* Iguatu como uma instituição que oferta ensino de qualidade, revelam fragilidades e apontam para a necessidade de investigação e avaliação contínuas dos serviços ofertados na instituição a fim de subsidiar a intervenção mais qualificada e melhor integrada aos anseios dos estudantes.

Palavras-chave: Educação, Educação Agrícola, Assistência, Assistência Estudantil.

ABSTRACT

FERREIRA, Eliza Marta Gonçalves. **The assistance clipping in agricultural education as a strategy for the permanence of the Integrated Course in Agropecuaria students of the Federal Institute of Ceará Campus Iguatu.** 2018. 99p. Dissertation (Master's degree in agricultural education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The reduction in demand, coupled with the growth of evasion, in the IFCE campus Iguatu courses in recent years has provoked institutional actors to identify the causes and to build strategies to combat evasion; however, the motivations for access and permanence are not investigated. The research proposal of this study based on the lack of research on the factors that influence students' admission and permanence: knowing why they chose the institution and course, unveiling the factors that influence and interfering in the choice of institution and course, and the difficulties and facilities of their stay. Considering the hypothesis that the services and programs of assistance, especially what materializes in the offer of student residence, is a preponderant factor for both the choice and permanence, and because it is the oldest course of the institution, we choose the students of the Integrated Course in Agropecuaria as the study's target audience. The assistance that cuts across Brazilian social policies identified from the earliest days of schooling, so the theoretical basis based on the reading of Social Service and Education theorists who explain the social policies of education and social assistance. Through the qualitative research of the exploratory type, with the use of methodological data collection instruments that included: documentary analysis (legal and professional records) and questionnaires with open and closed questions, we investigated the factors that influence permanence of the student in the course Integrated in Agropecuaria of IFCE campus Iguatu, analyzing the pertinence of the assistance strategies. The analysis of the students' manifestations, interwoven with the construction of their socioeconomic profile and their adolescent status, answered the objectives. While conceiving the IFCE campus Iguatu as an institution that offers quality teaching, reveal weaknesses and point to the need for continuous research and evaluation of services offered in the institution in order to subsidize the intervention more qualified and better integrated to the student's expectations.

Keywords: Education, Agricultural Education, Assistance, Student Assistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Retrospectiva histórica do Serviço Social no Brasil	35
Quadro 2 – Resumo do perfil socioeconômico nos aspectos referentes à renda e procedência	50
Quadro 3 – Abandono e conclusão de alunos internos e externos no período de 2011 a 2016	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda familiar dos participantes.....	49
Gráfico 2 - Escolaridade do pai e da mãe.....	51
Gráfico 3 - Profissão do pai e da mãe.....	52
Gráfico 4 - Motivos porque escolheram o <i>campus</i> e o curso.....	53
Gráfico 5 - Motivos facilitadores da permanência.....	55
Gráfico 6 - Motivos dificultadores da permanência.....	57

LISTA DE SIGLAS

AAs	Aprendizados Agrícolas
CAS	Centros de Ação Social
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGAE	Coordenação Geral de Apoio ao Educando
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agrícola
CONSUP	Conselho Superior
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DAE	Departamento de Apoio Estudantil
DAE	Diretoria de Assistência Estudantil
EAFI	Escola Agrotécnica Federal de Iguatu
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FENAME	Fundação do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFs	Institutos Federais
INAE	Instituto Nacional de Assistência Estudantil
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOEA	Lei Orgânica do Ensino Agrícola
MA	Ministério da Agricultura
MEC	Ministério da Educação

MES	Ministério da Educação e Saúde
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
ONG	Organização Não Governamental
PAs	Patronatos Agrícolas
PAS	Política de Assistência Social
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNSE	Programa Nacional de Saúde do Escolar
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social em Transportes
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	JUSTIFICATIVA	3
3	OBJETIVOS	5
3.1	Objetivo Geral	5
3.2	Objetivos Específicos	5
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
4.1	As Políticas de Educação e Assistência e a Face Assistencial das Políticas Sociais ..	6
4.1.1	Educação: sua relação com o trabalho e com a assistência	7
4.1.2	Ambientes de formação da educação profissional	11
4.1.3	Política de assistência social: seu imbricamento com as demais políticas sociais	14
4.1.4	A dimensão assistencial do ensino agrícola	19
4.2	A Assistência Estudantil como Estratégia para a Permanência do Escolar	24
4.2.1	Assistência estudantil: a dimensão assistencial da política de educação	27
4.2.2	Assistência estudantil no IFCE <i>campus</i> Iguatu	30
4.2.3	O assistente social na política de educação	37
4.2.4	O trabalho do assistente social no IFCE <i>campus</i> Iguatu	39
5	METODOLOGIA	42
5.1	Tipo de Pesquisa	43
5.2	Local do Estudo	43
5.3	Participantes	44
5.4	Instrumentos	44
5.5	Análise dos Dados	45
5.6	Procedimentos	46
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
6.1	Perfil Socioeconômico: a Educação como Vetor de Superação da Pobreza	48
6.1.1	As implicações do nível de escolaridade na composição do perfil socioeconômico	50
6.2	Ofertas de Cunho Assistencial que Influenciam para a Permanência	54
6.3	Fatores Determinantes da Permanência dos Estudantes no Curso Integrado em Agropecuária do IFCE <i>Campus</i> Iguatu	59
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
8	REFERÊNCIAS	65
9	APÊNDICES	71
	Apêndice A – Questionário	72
	Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	76
	Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	80
	Apêndice D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/Responsáveis	83
	Apêndice E – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE	87
10	ANEXOS	91
	Anexo A – Entrevista Social	92
	Anexo B – Formulário Socioeconômico	96

1 INTRODUÇÃO

Fruto da política de expansão e interiorização do ensino superior e ensino técnico do governo federal, a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu (EAFI) foi incorporada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará quando da sua institucionalização pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). A origem do Instituto Federal do Ceará *Campus* Iguatu se deu na década de 1950 com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural sob a Portaria nº 25.523, de março de 1955. Por meio do Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979, é criada a EAFI, que passa, a partir de então, a ter essa denominação. A partir de 1981, é instalado o Curso Técnico em Agropecuária, sob os moldes de Escola Fazenda, e inicia-se o recebimento de estudantes em regime de matrícula interno.

Por meio de relatos de servidores mais antigos da instituição, apropriamo-nos da informação de que houve períodos em que a escola acolheu 200 (duzentos) meninos. Registros nossos, do Serviço Social do *campus*, datados de 2011, informam a existência de 196 (cento e noventa e seis) internos, sendo 169 (cento e sessenta e nove) do curso integrado e 27 (vinte e sete) do curso subsequente, oriundos das várias regiões do Estado do Ceará. Das mais longínquas cidades ou de localidades próximas, a disputa pela aprovação e pela conquista de uma vaga numa das mais bem-conceituadas e concorridas escolas federais do interior cearense era acirrada e difícil. Muitos são os relatos do orgulho e do quão era festejada pela família a aprovação e o ingresso de um filho na instituição de renome, bem como de histórias de sucesso de estudantes egressos. Embora não tenhamos acessado os registros físicos de matrícula anteriores ao ano de 2010 capazes de comprovar tais relatos, não desacreditamos deles.

Há pelo menos seis anos, essas configurações deixaram de ser realidade: não há mais disputa acirrada por vaga na residência desde 2012, quando foi introduzida a análise socioeconômica para selecionar o aluno residente, antes admitido pela nota obtida no exame de seleção, nenhum aluno deixou de ser aceito, pois o número de vagas tem permanecido maior que a demanda. Também a forma de acesso sofreu modificação: o candidato não é mais submetido à prova de conhecimentos, mas apenas à análise do histórico escolar do ensino fundamental. Concomitante à redução da procura e, conseqüentemente, do número de matrícula (em relação ao passado não remoto), outro fator preocupante tem incomodado: a elevação do índice de evasão escolar. As causas da redução da procura e da evasão são conhecidas, embora não comprovadas por estudo aprofundado (pesquisa científica). Entretanto, as motivações para a matrícula e a permanência no curso e na instituição não são investigadas. Nesse fato reside a razão deste projeto: saber por que escolheram a instituição e o curso, desvelar os fatores que influenciam e interferem na escolha e permanência do estudante no Curso Integrado em Agropecuária.

A criação dos Institutos Federais nos últimos dias de 2008 e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010 têm requerido no quadro dos *campi* a presença do profissional de Serviço Social. No Instituto Federal do Ceará, por exemplo, no período de 2009 a 2017, houve um salto de 8 para 43 profissionais dessa área. De acordo com o estudo realizado por Costa (2017), há assistentes sociais em 25 *campi*, na Pró-reitoria de Extensão e na Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) – diretoria sistêmica da Reitoria; nos *campi*, os profissionais de Serviço Social são incumbidos, dentre outras ações, da operacionalização do Programa de Auxílios aos Discentes e lotadas no Departamento de Assuntos Estudantis ou setor correlato a este.

A questão de pesquisa norteadora desta proposta foi que a Assistência Estudantil ofertada pelo *campus*, especialmente a que se materializa na matrícula em regime de internato, se constitui numa forte razão para a procura pelo curso e para a permanência na instituição, daí porque intitulamos o estudo de “O recorte assistencial da educação agrícola como estratégia de permanência dos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu”. Outrossim, a contribuição relativa ao conhecimento dos fatores motivacionais do ingresso e permanência dos estudantes é de suma importância para a instituição, pois “[...] a motivação dos alunos pode ser modificada através de mudanças nos mesmos, mas também através da mudança no seu ambiente de aprendizagem escolar” (CAVENAGHI; BZUNECK, 2009, p. 1479). Assim sendo, a adoção de medidas, de atitudes que provoquem mudanças no ambiente de aprendizagem institucional fortalecerão os fatores influentes da permanência dos estudantes.

No sentido de atender aos objetivos propostos, bem como proporcionar a melhor compreensão por parte do leitor, este estudo está organizado em nove partes. O percurso se inicia com esta introdução; seguida da justificativa e objetivos do estudo; o referencial teórico é tratado em três seções distintas, porém, encadeadas entre si: Políticas de Educação e Assistência e a face assistencial das políticas sociais, detendo-se na discussão sobre as concepções de Educação e de Assistência no bojo das políticas sociais; traz um subitem que tratará dos fatores contributivos para a permanência do escolar – o qual recorreu a estudos efetuados no campo da educação escolarizada no que diz respeito aos índices de evasão e retenção de modo a fazer contraponto com a categoria da permanência e assim enriquecer a análise da realidade tomada como campo de estudo; na segunda seção, é apresentada a Assistência Estudantil como estratégia de permanência e como esta se estrutura e se efetiva no IFCE *campus* Iguatu; compõe a última seção do referencial teórico uma descrição de Calços e Percalços da intervenção do Serviço Social junto a estudantes, de modo a possibilitar o conhecimento do terreno e daquilo que rega a intervenção do profissional de Serviço Social, e compreender o trabalho deste no âmbito da política de educação, mais precisamente, na Assistência Estudantil - em razão da formação da pesquisadora, para compor seu arsenal teórico, a pesquisa bibliográfica apoiou-se em produções de assistentes sociais e autores de áreas afins que informam sobre a política de educação e a história da educação agrícola.

Após a fundamentação teórica, é exposta a metodologia adotada na execução da pesquisa, a qual, por meio da aplicação de questionário, investigou junto a estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu com matrícula e frequência regulares no semestre 2018.1, os fatores que influenciam para a sua permanência, analisando a pertinência das estratégias de cunho assistencial. Os resultados e discussões são apresentados na penúltima parte, onde se realiza o diálogo dos dados obtidos na pesquisa de campo com o referencial teórico. As considerações finais sinalizam para a necessidade de novas investigações e da congregação de esforços dos atores institucionais para o fortalecimento da política de assistência estudantil.

2 JUSTIFICATIVA

Leituras acerca do Ensino Agrícola no Brasil (ARAÚJO, 2013; BRASIL, 2009; MENDONÇA, 2006; SOARES, 2010) nos colocam diante de cenários em que é possível visualizar a estreita relação entre Educação e Assistência. A título de exemplo, as Escolas de Aprendizizes e Artífices criadas em 1909 (hoje Institutos Federais), não exclusivamente para efetivar o Ensino Agrícola, destinavam-se aos “desvalidos da sorte”; portanto, dotadas de recorte assistencial, pois, além do ensino, deveriam ofertar as condições materiais para que os pobres pudessem acessar a escolarização e a profissionalização. De acordo com Araújo (2013), em artigo cuja tônica é a historicidade do ensino agrícola, pode-se constatar que tais empreendimentos se traduzem como resposta política do Estado aos reclames do capital frente à instabilidade política e econômica instaurada no país no início do século XX. Porém, também as populações vindas do campo para a cidade requeriam medidas que atendessem as suas necessidades. Ao Estado compete, então, a implementação de políticas que respondam a ambas as demandas, entretanto, sobrepujando as exigências dos setores de produção – no bojo das disputas de interesse entre os trabalhadores e as oligarquias agroexportadoras, o Estado brasileiro principia a instituição de políticas sociais públicas, dentre estas: a educação e a assistência social.

Na década de 30, quando o Ensino Agrícola, até então sob a gestão do Ministério da Agricultura, o qual atuava no sentido de qualificar mão de obra para o trabalho agrícola, passa para o recém-criado Ministério da Educação, mantém características semelhantes na oferta da escolarização, ou seja, continua a aliar educação e assistência nas suas ações. Em tempos mais recentes as discussões em torno da (Re)significação do Ensino Agrícola (BRASIL, 2009) corroboram a face assistencial da educação, quando sugere como propostas de enfrentamento aos desafios do Ensino Agrícola que a escola repense o modelo de seleção, que garanta estrutura de suporte, atendimento psicossocial e a formação integral ao educando.

Os números de ingresso e de evasão no Curso Integrado em Agropecuária no período de 2011 a 2016 apresentados na ferramenta “IFCE em Números” confirmam a razão da preocupação: no ano de 2011 houve 95 ingressantes e 55 evadidos. Em 2012, os ingressantes somaram 115 (20 a mais que 2011), enquanto a evasão foi de 122 (mais que o dobro do ano anterior). O ano de 2013 apresenta o menor número de ingressantes no período: apenas 15 e a evasão de 96. A quantidade de ingressantes volta a crescer em 2014: 89, a evasão sofre pequeno aumento: 103. Em 2015 é registrado o ingresso de 19 novos alunos, porém a evasão não declina: 109 alunos deixaram o curso. Um leve crescimento da matrícula de novos alunos e declínio da evasão é registrado em 2016; 41 ingressaram e 56 evadiram. Algumas situações são apontadas para justificar tal panorama, dentre estas se destacam: as greves na rede federal de ensino; a abertura de escolas profissionalizantes da rede estadual em vários municípios do interior do estado, portanto, mais próximas das localidades onde vivem os estudantes; a ausência da divulgação do *campus* nos municípios da região. No que concerne à evasão, segundo o Plano Estratégico de Permanência e Êxito, são indicados como fatores provocadores: a falta de identificação com o curso; o relacionamento não satisfatório com algum/alguns professor/es e questões de ordem familiar despontando como causas mais recorrentes.

Inferências e conjecturas acerca das causas da redução da procura pelo Curso Integrado em Agropecuária do *campus* Iguatu baseiam-se na realidade empírica da redução do número de estudantes a cada semestre. Embora a redução da matrícula e o crescimento da

evasão coincidam com a expansão e interiorização do Instituto Federal do Ceará e com a instalação de escolas profissionalizantes da rede estadual no interior do estado, esta realidade não foi, até hoje, objeto de estudo de uma pesquisa que assevere a veracidade das causas apontadas. Tampouco, houve uma investigação para conhecer as razões por que existem adolescentes e ou famílias que buscam dar prosseguimento aos estudos na antiga “Escola Agrotécnica” (tratamento muito presente na fala, principalmente de familiares dos estudantes) mesmo tendo uma escola mais próxima à sua residência com oferta do ensino médio e por que permanecem até a conclusão apesar da distância de casa, apesar das greves?

Do número total de matrícula no Curso Integrado em Agropecuária em 2017, mais da metade é do regime interno, 61% mais precisamente, segundo o registro acadêmico do *campus*. Esse dado pressupõe a assistência ao educando ofertada pelo *campus*, especialmente a que se efetiva na oferta de residência estudantil, como fator preponderante na busca pela *escola*. Nesse ponto, a questão a ser respondida é: “a assistência estudantil é um fator prevalente para a permanência do estudante? Na ausência de pesquisa que responda as questões elencadas edifica-se a justificativa para o empreendimento deste estudo.

A relevância do estudo ora apresentado reside, pois, na convicção de que assenhoreada quanto aos fatores intervenientes (sejam de ordem individual, sejam de ordem institucional) do acesso e da permanência dos estudantes, a equipe multidisciplinar que compõe a Assistência Estudantil do *campus* estará amparada/respaldada por pesquisa científica para melhor qualificar a sua intervenção. Quanto à instituição, a partir da gestão, poderá subsidiar o planejamento e a execução de ações, programas e projetos capazes de tornar atrativo o ensino agrícola no *campus* Iguatu, possibilitando o contorno de um caminho pautado nas necessidades e desejos daqueles e daquelas que constituem a razão da sua existência: os seus estudantes.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que influenciam para a permanência dos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária no IFCE *campus* Iguatu, sob o ponto de vista dos discentes.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar o perfil socioeconômico do estudante, relacionando o nível de carências materiais aos interesses educacionais;
- b) Caracterizar as ações de cunho assistencial ofertadas pela unidade de ensino que influenciam na permanência dos estudantes;
- c) Investigar os fatores institucionais determinantes da permanência dos estudantes no Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 As Políticas de Educação e Assistência e a Face Assistencial das Políticas Sociais

Posto que as políticas de Educação e de Assistência Social contracenam no palco das políticas sociais, esta seção toma como ponto de partida uma incursão pela história da institucionalização das políticas sociais no Brasil, condensando tal histórico nas políticas de educação e assistência: foco deste estudo. O aporte teórico, para tanto, se sustenta em produções que as situam na trajetória da intervenção do Estado brasileiro, em distintas conjunturas, aqui demarcadas a partir do início do século XX. As políticas sociais, particularmente a Educação e a Assistência Social, são aqui referendadas como mecanismos de alívio e neutralidade das tensões e das mazelas sociais originadas nas relações de produção que se estabelecem segundo a ordem capitalista e a formação social brasileira que historicamente relegaram pobres, índios e negros da participação nos bens e serviços socialmente produzidos. Este estudo, portanto,

[...] relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 43).

Entende-se por este pressuposto que as políticas sociais resultam do confronto de interesses contraditórios, podendo “assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do status vigente” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 195), uma coisa ou a outra vai depender da conjuntura, do contexto no qual se vivenciam as relações sociais, sem, contudo, desprender-se do caráter estrutural que alicerça sua historicidade.

No dizer de Sposati *et al.* (2014), a face assistencial das políticas sociais no Brasil tem sido construída como instrumento privilegiado de combate e controle dos problemas sociais, políticos e econômicos originados pelo modelo capitalista de organização da produção. Os **problemas sociais** podem ser retratados pela fome, falta de moradia, doenças, violência dentre outros alavancados pelo êxodo rural que acelerava o povoamento desordenado dos centros urbanos; os **problemas políticos**: trabalhadores do campo e da cidade organizados em sindicatos e associações lutando em defesa de seus direitos, a onda comunista que se fortalecia no Brasil; e o desemprego, o crescimento da pobreza e a exploração da força de trabalho exemplificam os **problemas econômicos**. O cerne de todos esses problemas reside no modo como se organiza a produção, interferem, portanto, diretamente nas relações de trabalho. Mediante a afirmação de que “a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 43), conclui-se, que o desemprego, as condições inseguras, insalubres, a baixa remuneração – insuficiente para manter a família - dos postos de trabalho/emprego são geradoras de todos os problemas, mas também as impulsionadoras das organizações sociais, dos sindicatos na defesa dos seus interesses. Ou seja, a forma como o Estado organiza a produção e efetiva as políticas sociais incide nas formas como a população faz a luta e a resistência cotidiana pela sobrevivência. “Neste sentido, a política social

brasileira, apesar do mecanismo assistencial, como forma concreta de acesso a bens e serviços, se constitui num espaço político de luta” (SPOSATI *et al.*, 2014, p. 53).

Nas décadas iniciais do século XX, intensificam-se os problemas sociais, provocando a necessidade de intervenção estatal. Conforme se lê em Behring e Boschetti (2010), as regulações no campo do trabalho – acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, auxílios doença, maternidade, família e o seguro-desemprego - instituídos no período de 1930 a 1943, caracterizam a introdução da política social brasileira. A criação do Ministério do Trabalho em 1930 e, em 1932, da Carteira do Trabalho, a qual representava um título de cidadania, pois quem a possuía detinha o acesso à proteção social (que inclui uma série de direitos sociais), colocam-nos diante de fatos que consolidam as políticas sociais no bojo das relações sociais capitalistas. Quanto ao público que não detinha as proteções advindas das garantias trabalhistas e ou era vitimado por toda sorte de carência, se constituía no destinatário da implementação de políticas sociais no plano da assistência, as quais se realizam de forma focalizada e fragmentada a determinadas populações e situações – criança, adolescente, idoso, doentes, pessoas sem moradia e tantas outras realidades de aviltamento das condições de vida de grande parte da população alijada do acesso aos direitos sociais.

Os problemas sociais eram (e ainda o são) tidos como reflexo de incapacidades individuais (para o trabalho), não eram enxergados como consequências de uma mesma causa: a exploração do trabalhador no modo de produção capitalista. Admite-se, então, que “a ação assistencial do Estado está imbricada na relação capital-trabalho, se faz nas sequelas da exploração da força de trabalho, que, por sua vez, se expressam nas precárias condições de vida das classes subalternizadas” (SPOSATI *et al.*, 2014, p. 43). Também Yazbek (2016) alerta para a necessidade de considerarmos a relação capital-trabalho na estruturação das políticas sociais; de fato (no plano da empiria), as primeiras expressões de políticas sociais no Brasil se deram na arena do trabalho, como vimos acima.

4.1.1 Educação: sua relação com o trabalho e com a assistência

Com base nas afirmações das autoras anteriormente citadas, deduzimos que o traço assistencial que perpassa a política de educação está intimamente relacionado ao trabalho. As proposições para a educação profissional (por exemplo) como expõem os diversos documentos regulatórios (Constituições, LDBs, Decretos), os programas e projetos desenvolvidos ao longo dos anos, deixam claro o atrelamento da política educacional ao trabalho. Ao fazer o percurso que expõe a evolução do ensino agrícola e profissional no Brasil, Lima (2012), sinaliza para a relação educação e trabalho, bem como para as relações de poder que definem as regras da educação escolarizada, citamos alguns exemplos:

- a) em 1812, é instalado o primeiro Curso de Agricultura no Estado da Bahia, cuja lógica de funcionamento distinguia o Curso Profissionalizante – no qual os estudantes executavam tarefas simples e pesadas – e o Curso Secundário – destinado à formação intelectual (da elite);
- b) em 1877, ocorre a divisão dos níveis de ensino em elementar, regente e superior. O nível elementar era também denominado de “operário” – tal denominação denuncia o ensino voltado à formação para o trabalho;
- c) em 1890, é aprovado, por meio de Decreto, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal – ficou conhecido como Reforma Benjamim Constant – este ordenamento legal cria as escolas de 1º e 2º graus, dá liberdade à iniciativa privada para a abertura de escola particular – devendo estas observarem a moral e a saúde dos estudantes, institui no currículo as **noções práticas de agronomia** (para as quais recomenda-se sejam mais enfaticamente ensinadas nas

escolas situadas nas regiões suburbanas – no nosso entendimento, nos subúrbios se concentrava a população mais pobre) e também o ensino de arte manual – distinto para meninos e meninas;

- d) em 1909, sob o governo de Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7.566/1909, é criada a Rede Nacional de Formação Profissional de Nível Técnico, marco oficial da educação profissional, cuja materialidade começa a ser construída com a instalação das Escolas de Aprendizes e Artífices.

O percurso da autora segue até a década de 1990, todavia, porque antecede o período demarcado para este estudo (a partir do século XX), fizemos-lhe uma referência para dar relevo ao caráter dual da educação brasileira na sua relação com o trabalho na sociedade brasileira. O ensino profissional, particularmente, o agrícola, será tratado mais adiante quando discutirmos sobre o recorte assistencial materializado na assistência estudantil presente na política de educação.

Um olhar crítico sobre as formulações da Política de Educação, bem como das demais políticas sociais, permite o reconhecimento de que são moldadas de acordo com interesses de uma classe política e economicamente dominante. É certo que incorporam reivindicações dos movimentos organizados da sociedade, porém, há maior peso na balança de um dos lados. Mauriel (2012, p. 179), escreve:

As políticas sociais, contudo, por carregarem as contradições inerentes ao capitalismo, representam formas históricas resultantes de lutas sociais e pactuações contínuas e intermináveis que nem sempre são favoráveis aos interesses da maioria da população, particularmente se considerarmos a conformação histórica da proteção social brasileira.

Reforçando a ideia de disputa de peso decisório no trato da política social de educação, é possível verificar que o Estado respalda pactuações até o ponto de não interferir nos ganhos dos detentores do poder. Pois,

O capital, em especial na contemporaneidade, não pode prescindir da educação por diversos fatores, dentre os quais destacamos: seu imenso potencial de otimização da produtividade e do lucro, sua capacidade de potencializar avanços tecnológicos, bem como suas possibilidades de formar nichos produtivos importantes para o capital e para a ordem vigente (LESSA, 2013. p. 108).

As proposições relativas ao Ensino Agrícola, desde seus primórdios até os dias atuais não escapam a essa determinação. O trabalho de Mendonça (2006), acerca desta modalidade de ensino confirma a argumentação acima exposta. As reflexões trazidas pela autora, reveladoras da luta de classes, nos coloca diante de dualismos que calçaram (e ainda calçam) a educação brasileira: de um lado o trabalho manual – educação profissionalizante – formadora do *povo conduzido*, de outro o trabalho intelectual – educação secundária – formadora das elites condutoras do país (MENDONÇA, 2006), e os posicionamentos antagônicos dos Ministérios da Agricultura (MA) e da Educação e Saúde (MES) no gerenciamento do ensino agrícola nas primeiras décadas do século XX, corroborando as investidas do capital no sentido de subordinar o sistema de ensino aos seus interesses e de como o Estado sucumbe às imposições do capital em detrimento dos interesses da maioria - expressos pelos movimentos organizados da sociedade civil.

Contribuições vindas de fora - no caso aqui apresentado, de um pesquisador norte-americano - nos ajudam a compreender e admitir a sobreposição de interesses econômicos (privados) e políticos na estruturação da política de educação no Brasil. Nos referimos ao livro de Plank (2001), Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública, fruto de uma pesquisa iniciada em 1985, quando Plank pretendia relatar a institucionalização do

sistema de educação pública brasileira. A pesquisa – documental e de campo - é organizada em três problemas centrais do sistema educacional brasileiro, a saber:

- a) a distribuição de autoridade, responsabilidade e recursos entre as autoridades centrais e locais – a disputa pela centralização x descentralização do sistema de ensino que foi ‘resolvida’ na Constituição de 1988, a qual incumbe aos governos municipais o ensino infantil e o ensino fundamental, aos governos estaduais o ensino médio e ao governo federal o ensino superior;
- b) a rede de relações entre as autoridades públicas e as escolas privadas - repercutem na aprovação ou não de legislações, na adoção de medidas de incremento, de investimentos, de expansão da escola pública;
- c) as persistentes desigualdades na quantidade e qualidade das oportunidades educacionais oferecidas às crianças de diferentes regiões, raças e classes – as regiões Nordeste e Norte historicamente atingem patamares mais baixos de qualidade em relação ao Sul e Sudeste do país; negros e pobres também ocupam lugar secundário nas estatísticas de escolarização e de desempenho escolar.

O autor/pesquisador estabelece duas linhas de argumentação para tentar explicar a persistente ausência da melhoria do sistema educacional brasileiro no período compreendido entre os anos de 1930 a 1995, quais sejam: a disfunção radical e sistemática entre objetivos declarados nos dispositivos legais e os objetivos perseguidos pelo sistema educacional; e, a precedência dos objetivos privados sobre o interesse público. O Brasil, ocupando desde muitos anos uma das piores classificações em índices educacionais, tem as suas lideranças políticas, empresariais e sindicais condenando o largo analfabetismo, lamentando as poucas conquistas educacionais - as quais são vistas como obstáculo ao sucesso econômico em mercados mundiais. Entretanto, a ‘impaciência pelo crescimento econômico’ (expressão usada pelo autor) – que registrou ganhos como o aumento da renda per capita e da matrícula no ensino fundamental - foi acompanhada de perdas para a grande maioria da população, pois ampliou o fosso entre ricos e pobres ao privilegiar interesses privados, calcificando as possibilidades de melhorias do sistema de ensino. Pelo exposto, é possível perceber que em seis décadas (período estudado por Plank) as alterações na política social de educação, embora tida como a ‘salvadora’ do atraso brasileiro, mais privilegiaram os poderes políticos e econômicos do país, deixando a maioria da população à margem do crescimento econômico e educacional.

O movimento Escola Nova — marco inaugural do projeto de renovação educacional do país, que “defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, alvo de continuada crítica da Igreja Católica, concorrente do Estado na educação da população, que tinha sob seu controle a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada” (IAMAMOTO, 2017, p. 24) —, é referendado por Plank (2001) na sua crítica às disputas público *versus* privado na organização do sistema de ensino brasileiro, assentando-as como um avanço ao desejado avanço educacional. O Movimento Escola Nova, de acordo com Pereira (2008), um ensaio de movimento democratizante, não logrou firmeza nem expressão nacional.

O claro posicionamento do Estado em defesa dos interesses econômicos em detrimento dos legítimos interesses dos organismos sociais por um sistema educacional que garanta o acesso, a permanência, a qualidade da educação para todos é retratado por Almeida (2000), quando cita a aprovação da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), como uma investida no plano das decisões superestruturais, as quais desconsideram as reivindicações e cerceiam as possibilidades de modelos de educação que contemplem as reais necessidades das populações alijadas da escolarização; o autor diz que:

O viés autoritário que vem marcando esta atuação *do Estado* não se expressa somente através das intervenções ditatoriais e militares, mas também dos projetos econômicos e sociais e em manobras legislativas que sobrepõem o primado da legalidade ao da discussão e participação social mais ampla (ALMEIDA, 2000, p. 63, grifo nosso).

Trocando em miúdos: a aprovação repentina da LDB/1996 para dar satisfação política a um determinado grupo, garantindo território eleitoral, não considerou as proposições elaboradas por educadores/estudiosos da política de educação. Esta tem sido a tônica das legislações no âmbito da política de educação desde os primórdios até os dias atuais: quando assistimos (passivamente) a aprovação da reforma do ensino médio, do congelamento de investimentos em políticas sociais por 20 vinte anos, da escola sem partido... A situação se torna mais grave se olharmos para outras políticas setoriais, com as quais ocorre processos semelhantes.

No mesmo artigo, o autor fala sobre o entrelaçamento da Educação com o Trabalho, e destaca três ciclos de organização do sistema de ensino brasileiro e como as mudanças processadas estão intrinsecamente associadas ao modo como se organiza a produção e as relações de trabalho. A oficialização do Ensino Agrícola pelo Estado brasileiro coincide com o primeiro ciclo, o qual é assim descrito:

Projeto modernizador dos anos 20 e 30 em que se buscou formar um novo tipo de trabalhador sintonizado às novas exigências do processo de industrialização nos principais centros urbanos do país e amparado em propostas de reforma estrutural da educação em âmbito nacional (ALMEIDA, 2000, p.64).

O ensejo de estruturação de um sistema de ensino que corresponda à demanda por mão de obra qualificada é ainda mais evidente quando vemos, no segundo ciclo, ocorrido nos anos 40, que são requisitadas instituições privadas: como as do sistema “S” — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) —, para a formação e qualificação especializadas da força de trabalho, alargando as formas institucionais de educação. No terceiro ciclo, o ritmo e a complexidade do crescimento industrial dos anos 60 e 70 determinam a ênfase no tecnicismo delegado às reformas educacionais do período.

A Carta Magna de 1988 e a LDB de 1996 reafirmam (as constituições de 1934, 1946 e 1967 já afirmavam) a educação como **direito** (BRASIL, 1988, 1996). Todavia, confirmam o dualismo e o traço assistencial que historicamente assinalam a política educacional brasileira. A consolidação do capital monopolista e a dependência política e econômica, tanto interna quanto externa, colocam as políticas sociais num estado de ambiguidade, pois, são utilizadas “não só em função do disciplinamento das forças sociais contrárias e criação de espaços políticos para o pleno desenvolvimento do capital, mas também de um mercado de consumo necessário a este.” (SOUZA, 1987, p. 109). Políticas educacionais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), financiamento público do ensino superior privado, bem expressa essa ambiguidade no seio da política de educação na atualidade: a demanda por assistência financeira do estudante pobre (consumidor), assegura a oferta da instituição privada (prestadora de serviço). Desta forma, o Estado satisfaz a dois públicos contraditórios. Em tempos mais remotos: a introdução da merenda escolar (garantir o consumo de produtos da indústria alimentícia), do livro didático (garantir a sobrevivência econômica ou o enriquecimento de editoras), para citar exemplos que se caracterizam como assistenciais; e outras manobras legislativas que legalizam a construção de escolas, a aquisição de equipamentos, e até mesmo a contratação e formação (em serviço) de professores.

4.1.2 Ambientes de formação da educação profissional

Vimos nos referindo, sobretudo, à educação oficial e escolarizada. Sabe-se, contudo, que a educação, nos diversos níveis e modalidades, realiza-se em diversos outros ambientes além do oficial e ou do escolar, como aqueles espaços de formação ligados a ordens religiosas, empresariais, sindicatos, Organização Não Governamental (ONGs). A Educação Profissional, na qual o ensino agrícola está circunscrito, é a modalidade de ensino que, obviamente, referenda a formação do trabalhador de forma exponencial em relação as demais modalidades. Pormenorizando a abrangência do sistema educacional brasileiro, sintetizamos abaixo a história da Educação Profissional, com o apoio da narrativa de Manfredi (2002) sobre esta modalidade de ensino, destacando registros de suas configurações em distintos períodos da história que evidenciam a interface da educação com o trabalho. De antemão, devemos deixar claro, que não temos a pretensão de adentrar aos confrontos e disputas travadas no decorrer desse processo de construção/desconstrução do sistema educacional no Brasil, pois disto nos ocuparemos na seção que traz os resultados e discussões.

A narrativa se inicia com a forma de educar dos povos indígenas, cujas práticas educativas dos povos indígenas aconteciam por meio das aprendizagens simultâneas das regras de convivência e da observação e participação nas atividades de trabalho.

Esses povos foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e, obviamente, para as várias técnicas de cultivo da terra e para a produção de medicamentos (MANFREDI, 2002, p. 66).

Muitos desses ensinamentos perduram até os dias de hoje. A técnica do aprender fazendo também influenciou a metodologia de ensino em vários contextos educacionais.

No Brasil Colonial, a educação escolar se efetivava por meio do ensino:

- a) nas “escolas-oficinas” dos jesuítas, nas quais “os irmãos-oficiais exerciam e ensinavam ofícios ligados a atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações, de pintura, de produção de tijolos, telhas, louça, etc., de fabricação de medicamentos, de fiação e de tecelagem” (MANFREDI, 2002, p. 69);
- b) nas Corporações de Ofício – o mestre inscrevia até dois aprendizes para uma formação que durava quatro anos; após esse período o aprendiz recebia uma declaração de conclusão do aprendizado.

Com a chegada da corte portuguesa em terras brasileiras – Brasil Imperial – o aparelho escolar estatal começa a ser constituído. Primeiramente foram fundadas instituições de ensino superior, destinadas a formar pessoas para o exercício qualificado de funções no Exército e na administração do Estado. O ensino secundário se desenvolvia com vista no ensino superior.

O ensino das primeiras letras, apesar da garantia de gratuidade para todos na constituição de 1824, pouco cresceu.

“A Educação Profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (Exército e Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios” (MANFREDI, 2002, p. 76). Quanto a essa modalidade de educação, tanto

[...] as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à

educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza (MANFREDI, 2002, p. 78).

Os indícios do pensamento de que a pobreza pode ser superada pela educação já se manifestam nesse período. Esse pensamento tem sido recorrente entre estadistas, propositores de medidas e políticas educacionais e, sobretudo, entre famílias pobres.

Na Primeira República, o incremento dos processos de industrialização e de urbanização suscitam novas necessidades de infraestrutura e, conseqüentemente, de formação de trabalhadores nas áreas de transporte e edificações. Medidas educacionais para atender a tais necessidades são promovidas pelo Estado e por organizações civis:

- a) Estado – O ensino público era visto pelos dirigentes como instrumento de emancipação econômica, social e política. A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909. Os Estados da federação tinham a liberdade de ofertar a educação profissional segundo as suas perspectivas;
- b) Escolas salesianas – funcionavam em regime interno e externo; ofereciam o ensino secundário e a formação profissional nas áreas de tipografia, encadernação, marcenaria, alfaiataria e sapataria, fundição e marmoraria. Depois de 1910, estas escolas passaram a se dedicar mais ao ensino secundarista, atendendo aos filhos das classes abastadas;
- c) Organizações dos Trabalhadores – As práticas educativas do movimento sindical congregavam trabalhadores e seus familiares em conferências, palestras e estudos organizados segundo as suas práticas profissionais ou ofícios. Do mesmo modo ocorria com a formação profissional: curso de corte e desenho, promovido pela União dos Alfaiates; de técnicas de impressão pela União dos Trabalhadores Gráficos; de contabilidade pela Associação dos Funcionários de bancos.

A Primeira República se caracterizou como um período de grandes transformações e de grande ebulição social, no qual se gestaram novas práticas e concepções de Educação Profissional: ao lado da concepção assistencialista e compensatória, surgiram a concepção católico-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideias revolucionárias, a concepção anarco-sindicalista de educação integral e, finalmente, a visão de formação profissional para o mercado de trabalho (MANFREDI, 2002, p 94).

Nos anos datados como Estado Novo, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual foi legitimada. A estrutura escolar é baseada na divisão social do trabalho. O Estado assume o papel de agente do desenvolvimento econômico, investindo fortemente na infraestrutura que dará sustentação ao parque industrial que substitui o modelo agroexportador. No período de 1941 a 1942, as organizações dos trabalhadores são duramente reprimidas e em 1943, os sindicatos passam a compor a estrutura oficial – ligados ao Ministério do Trabalho e emprego. No campo educacional destacam-se:

- a) o Sistema S, organizado e gerido por empresários e organismos sindicais patronais, começa a ser erigido a partir da criação do SENAI, em 1942;
- b) a Reforma Gustavo Capanema, que perdura até 1971, define a estrutura do ensino médio em cinco ramos: Ensino Secundário (destinado à preparação para o ingresso no ensino superior), os demais ramos preparavam para o mercado de trabalho: Ensino Industrial (1942), Ensino Comercial (1943); Ensino Agrícola e Ensino Normal (1946).

Acontecimentos marcantes, relativos à Educação Profissional, no período compreendido entre os anos 1945 e os anos 2000 podem ser, resumidamente, assim elencados:

- a) 1946 – A confederação Nacional do Comércio é autorizada “a instalar e administrar escolas de aprendizagem comercial para trabalhadores de 14 a 18 anos” (MANFREDI, 2002, p. 185), através do SENAC;
- b) o Sistema S segue crescendo – 1946 – SESI, SENAC e Serviço Social do Comércio (SESC). Em 1976 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), é extinto 1988, recriado em 1991. Em 1993, as empresas de transporte de passageiros e de cargas se desmembram do SENAI e formam entidades próprias: o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transportes (SENAT) e o Serviço Social em Transportes (SEST);
- c) 1957 – A Lei nº 6.297/1975 oferece incentivos fiscais para as empresas desenvolverem seus projetos de formação de trabalhadores. Esta lei ficou em vigor até 1990;
- d) 1961 – A edição da LDB mantém a dualidade entre ensino secundário e profissionalizante;
- e) 1963 – Através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) o governo oferecia cursos de curta duração, ministrados pelas Escolas Técnicas Federais e pelo SENAI, com quem eram celebrados convênios;
- f) 1971 – Lei nº 5.692/1971 – estabelece equiparação entre os cursos técnicos e curso secundário. “O país objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho” (MANFREDI, 2002, p. 105);
- g) de 1971 a 1996, o país comportou duas redes de ensino: uma pública e outra mantida por entidades privadas – dentre as quais, as entidades do Sistema S, a CNEC (Companhia Nacional de Escolas da Comunidade);
- h) 1996 – LDB – moldada segundo o ideário do Estado Mínimo. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996). O ensino médio e profissional terá como finalidade a preparação para o trabalho e a cidadania;
- i) 1997 – Decreto nº 2.208/1997 – dispõe sobre a reforma do ensino profissionalizante, separa a formação acadêmica da profissional. Atende a interesses dos empresários e das agências internacionais;
- j) no ano de 2008, pela Lei nº 11.892, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008).

Diante da exposição é perceptível que todas as relações estão entremeadas por interesses políticos e econômicos! As formulações do sistema de ensino no âmbito da formação profissional se configuram como resposta estatal ao modelo adotado pelo sistema de produção. Da mesma forma, a aprovação de leis e decretos que regulam as relações de trabalho e de mercado estão em consonância com os ditames do grande capital. Na impossibilidade de atender a toda a demanda por trabalho, ou seja, o mercado de trabalho não tem a capacidade de receber toda a força de trabalho formada/capacitada pelo sistema de ensino; diante dessa incapacidade criam-se mecanismos de inclusão fora do mercado formal de trabalho por meio do estímulo ao associativismo, ao empreendedorismo e afins - que nem sempre obtêm o êxito almejado - e, ainda sobram aqueles que não se encaixam no perfil de autoprovedores das suas necessidades e desejos. Tais mecanismos vão exigir a conjunção de outras fontes de serviços e de financiamentos: aí se introduzem as medidas assistenciais como forma de dar resposta também aos desprovidos das condições de atendimento a suas próprias necessidades.

É preciso ter clareza, todavia, de que os ganhos econômicos da classe dominante podem resultar em perdas políticas para seus apoiadores. Dentre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia está o de “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008, p. 4). Aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é requerida uma práxis educativa que comporte a defesa dos direitos sociais, do direito à educação de qualidade capaz de realizar (dentro da legalidade) o legado da emancipação humana, se não a partir da sala de aula, que seja no ambiente escolar mediante a contribuição de distintos sujeitos profissionais que pensam e executam suas atribuições com vistas na formação não meramente técnica, mas também humana dos educandos – a emancipação humana não pode ser reduzida ao fator econômico, conquistar trabalho e renda podem garantir independência financeira, mas não é suficiente para garantir a emancipação.

4.1.3 Política de assistência social: seu imbricamento com as demais políticas sociais

No que concerne à Assistência Social, no intuito de possibilitar a compreensão quanto à sua conceituação, oferecemos um esboço histórico da sua concepção, pois, embora

[...] seja um fenômeno tão antigo quanto a humanidade e esteja presente em todos os contextos socioculturais, poucas ainda são as contribuições teóricas que ajudam a melhor precisá-lo do ponto de vista conceitual e político-estratégico [...]. Assim a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena, de comiseração ou, então, quando praticada pelos governos, como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada tão somente para reparar carências gritantes de pessoas que se deram em estado de pobreza extrema (PEREIRA, 2007, p. 217).

Muitas são as confusões conceituais em torno da assistência social: ora tida como direito, ora como atitude caritativa; para alguns representa o exercício da cidadania, para outros, mero instrumento funcional da exploração do trabalhador.

Neste estudo a Assistência Social é concebida como política pública – instituída que foi na Constituição Federal de 1988, integrando a Seguridade Social junto à Saúde e à Previdência – conquanto os dilemas, ambiguidades e desafios para sua legitimidade e rompimento com a condição de subalternidade que lhe é conferida na comparação com as demais políticas sociais, buscamos situá-la no contexto de acirramento das tensões em torno da governabilidade sobre as expressões da questão social por meio da implementação das políticas sociais. Enquanto política pública é também direito social. Sendo assim,

Além de dever se preocupar com a provisão de bens materiais (“dar o peixe”), tem que contribuir para a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso (“dar as condições para pescar”) (PEREIRA, 2007, p. 224).

Não é demais lembrar ao leitor que a nossa trajetória inicia seu percurso nas primeiras décadas do século XX. A assistência social remonta ao início da humanidade, a sua prática, porém, assume características distintas em diferentes conjunturas de acordo com os interesses e as forças em confronto. Dito isto, trazemos que,

Na conjuntura do Estado liberal-oligárquico da República Velha predominavam os interesses da oligarquia agroexportadora. Para favorecer a produção e a exportação dos produtos agropecuários, a política social do Estado oligárquico consistia no paternalismo assistencialista [...]. Eram as sociedades de caridade, as associações de beneficência, as sociedades de socorro mútuo e a Assistência Policial que suportavam os custos de reparação imediata da força de trabalho [...]. Há que lembrar que as mulheres e as crianças formavam a maior parte da mão-de-obra [*sic*] em certos setores industriais como o têxtil e o de vestuário (FALEIROS, 1987, p. 150).

De acordo com o que lemos acima, confirma-se a necessidade de conformar as vítimas da exploração por meio da prestação de serviços e auxílios. Incumbia-se dessa *ação* assistencial, instituições privadas, de modo veemente a Igreja Católica. Já a Assistência Policial fazia-se necessária para conter os movimentos revoltosos e fazer a profilaxia social; e, assim, manter a ordem e o progresso (inscritos na bandeira nacional). Em se seguindo, elencamos marcos de como principiou a organização da regulamentação da Assistência Social no Brasil.

Com relação ao poder oficial, “a primeira referência explícita na legislação federal com respeito a Serviços Sociais consta na Carta Constitucional de 1934, onde o Estado fica obrigado a assegurar o amparo dos desvalidos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 263). Em 1938, é instituída “a organização nacional do Serviço Social, enquanto modalidade de serviço público [...] e cria junto ao Ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Serviço Social [(CNSS)]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 264). O CNSS congregava instituições públicas e privadas na atuação junto a indivíduos e famílias vitimados pela pobreza ou miséria ou, ainda, em situações de desajuste social. Interessante observar que estas informações iniciais colocam a Assistência bem próxima da Educação, para não perder de vista o vínculo do processo de produção e reprodução da força de trabalho num contexto agroexportador no qual principiava a industrialização; bem como para dar mais firmeza à temática central deste estudo: a face assistencial da política educacional brasileira – que se manifesta desde os tempos mais remotos; na passagem pelo reconhecimento legal e institucionalização (tanto da política de educação quanto da política de assistência social) nas primeiras décadas do século passado; nos períodos de regressão e de crescimento econômico experienciados no país; nas ditaduras e na redemocratização; em suma, em todos os períodos, perdurando até os dias de hoje (como será possível constatar quando adentrarmos à seção que discute a Política de Assistência Estudantil).

O Serviço Social¹ tal como foi organizado em nível nacional não prosperou. As suas funções de que fora incumbido, foram de fato executadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade criada em 1942 e “reconhecida como órgão de colaboração com o Estado no tocante aos serviços de assistência social”. O nascedouro da LBA se deu em berço de particulares, mas “logo foi encampada e *financiada* pelo governo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 265, grifos dos autores).

O surgimento da LBA terá, de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo, e

¹ A título de esclarecimento, para dirimir confusões acerca de alguns conceitos: o termo Serviço Social, utilizado pela autora, deve ser interpretado como Assistência Social, haja vista referir-se à política estatal que, à época, significava o que hoje representa a política de Assistência Social. A autora fala da gênese do Serviço Social no Brasil, quando este se constituiu como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a partir do chamamento do Estado para o enfrentamento da questão social por meio das políticas públicas. Daí resulta a insistente confusão em torno dos distintos conceitos de Assistência Social, Serviço Social e Assistente Social, os quais são melhor detalhados mais adiante.

consequentemente ao próprio governo ditatorial [...]. Da assistência às “famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 265-266).

A LBA, conduzida pela primeira dama em cada esfera de governo, ficou conhecida como “primeiro damismo”, carregou, por toda a sua existência (extinta em janeiro de 1995 quando é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social) as marcas do clientelismo, do paternalismo que ressoam ainda na atualidade, especialmente, nos municípios – é comum que a primeira dama assuma a pasta da assistência social.

A partir de 1942 vão surgindo entidades além das confessionais, dentre o empresariado: o SENAI,

Criado no limiar de um novo ciclo de expansão capitalista da formação econômico-social brasileira, aparece, enquanto instituição social, claramente determinada por aquela conjuntura. A adequação da Força de Trabalho às necessidades do sistema industrial se revestirá, esquematicamente, de dois aspectos principais: o atendimento objetivo ao mercado de trabalho, no sentido de supri-lo de trabalhadores portadores das qualificações técnicas necessárias e a produção de uma Força de Trabalho ajustada psicossocialmente (ideologicamente) ao estágio de desenvolvimento capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 280).

Por intermédio do SENAI a face assistencial (neste caso da política da Política de Trabalho) se revela na oferta (de serviços) de educação profissional alinhada ao desenvolvimento de relações sociais capitalistas: quanto mais qualificado o trabalhador, mais valor tem a sua força de trabalho; quanto mais trabalhar (vender sua força de trabalho), maior e melhor salário terá – inculcados por essa lógica, os trabalhadores não se percebem dominados pelo capital; ao contrário, creditam a este as possibilidades de alçarem a condição de proprietários, quicá, de patrões. Em 1946, é criado o Serviço Social da Indústria (SESI), que segue a lógica do SENAI, acrescentando ações de traço assistencial mais evidentes: assistência médica, odontológica, propiciação de lazer aos empregados e seus familiares. O SESI, dirigido e financiado pelo empresariado, terá como base de ação a prestação de “serviços assistenciais, de educação popular e programas de “relações industriais”, que procurarão teoricamente atingir a população operária dentro e fora dos estabelecimentos industriais, partindo de uma ampla base técnica e econômica de sustentação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 292). Os empregadores *concediam* alguns benefícios (cesta básica, assistência médica e odontológica, dentre outros) aos seus empregados em troca de maior produtividade; esses benefícios, além de subsidiados pelo governo (por meio de isenções fiscais), eram embutidos nos salários – ou seja, o empregado pagava pelos benefícios, e mesmo assim nutria um sentimento de gratidão ao patrão pelas benesses que oferecia.

Também em 1946 é implantada a Fundação Leão XIII, traduzindo-se como mais um equipamento assistencial de “resposta do Estado ao adensamento dos segmentos populacionais urbanos marginalizados econômica e socialmente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 298). Condensou sua atuação sobre os habitantes das favelas. Sua estrutura era composta por Centros de Ação Social (CAS) que ofereciam serviços de saúde, serviços sociais, recreação e jogos e educação popular – que “constará de educação sanitária, alimentar, sexual, religiosa; da profilaxia das doenças venéreas, cursos de imunização contra doenças infecciosas, etc. É uma novidade no arsenal da ‘educação popular’, a *educação democrática*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 301-302, grifo dos autores). Porque a Fundação Leão XIII creditava à educação a solução para os males sociais, o acesso à escolarização, via programas de alfabetização e de acesso à cultura, foi alargado. Todavia, a

alfabetização era dotada de caráter confessional e atribuía ao indivíduo a responsabilidade por ampliar a sua cultura e se capacitar para superar as adversidades diárias, como se a causa de suas carências materiais, doenças e dificuldades de toda sorte fossem produzidas por ele próprio, pela sua falta de letramento e de cultura.

Esse modelo de Assistência Social imbrincado pelas relações sociais e de produção na sociedade capitalista, permeado pelas lutas coletivas por um Estado de Direitos perdurará até a década de 1980, quando ascende à condição de política pública. Sob o teor de preceito constitucional a Assistência Social é aquilatada à condição de política pública, impressa no Art. 194 da Constituição Federal de 1988 como Política de Seguridade Social. Vindo a erigir, 5 (cinco) anos depois, o seu ordenamento legal específico, em 7 de dezembro de 1993, quando é instituída a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da assistência social; definindo-a, assim, em seu primeiro artigo:

A assistência social, **direito** do cidadão e dever do Estado, é **Política** de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1, grifo nosso).

Os destaques nos termos ‘direito’ e ‘Política’ têm a intenção de reforçar o conceito de assistência social defendido neste estudo. Quanto aos objetivos, os trazidos na lei supracitada, foram alterados pela Lei nº 12.435/2011 (BRASIL, 2011). São prescritos como objetivos da Política de Assistência Social (PAS):

- a) a proteção social – voltada para o atendimento da população em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, da privação de renda ou acesso a serviços públicos e da fragilidade de vínculos afetivos;
- b) a vigilância socioassistencial - acompanhamento dos padrões da oferta de serviços, produção e sistematização de informações sobre vulnerabilidade e risco;
- c) a defesa de direitos – intermediação para o acesso a bens e serviços, inclusive pelo acionamento do judiciário;
- d) o enfrentamento da pobreza – este será realizado de forma integrada às políticas setoriais.

A exposição dos objetivos nos permite reconhecer a necessidade da intercessão com outras políticas e a impossibilidade de uma única política dar conta sozinha de alcançar seus objetivos específicos por si própria, mormente a Política Econômica – que de fato, é a que determina a tomada de decisões. Embora saliente apenas o enfrentamento da pobreza para realçar a interligação com outras políticas sociais, o alcance dos demais objetivos não exonera a interveniência de serviços, de profissionais de áreas e setores distintos da política de assistência. A política de educação, por exemplo, não pode ser dispensada em vista de nenhum dos objetivos. Para ilustrar, tomemos o caso de um adolescente em conflito com a lei que está privado de liberdade, cumprindo medida socioeducativa em abrigo: ele tem o direito a escola (defesa de direitos), a escola deve oferecer um serviço de qualidade (vigilância socioassistencial), a disponibilidade das condições de frequência e permanência escolar – transporte, materiais educativos — e o diálogo entre a escola-abrigo-família devem ser garantidos por ambas as políticas — a de assistência social e a da educação (proteção social).

Ainda sobre a PAS, é importante mencionar outras conquistas que foram inscritas no plano legal: a descentralização político-administrativa, a participação da sociedade (o controle social por meio dos conselhos em cada esfera de governo), a responsabilização do Estado pelo planejamento, execução e financiamento da assistência social. Em 2004, é editado o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS). Por ele é criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que condensa toda a organização e estrutura da PAS. Apesar dos

avanços, ranços do passado ainda permeiam as ações, projetos e programas desta política pública; dicotomias estão presentes, por exemplo: o princípio da universalidade esbarra na delimitação dos seus usuários, haja vista o público dos seus serviços consistir de indivíduos

Marcados por um conjunto de carências, desqualificados pelas condições em vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, buscam, na prestação de serviços sociais públicos e na filantropia privada, alternativas para sobreviver (YAZBEK, 2004, p. 22).

O aviltamento das condições de vida deste público gera o empobrecimento e a opressão. As marcas aviltantes sobre a população empobrecida e oprimida são

Sinais que revelam a indiferença e a banalização da pobreza, da exclusão e subalternidade em nossa sociedade. Sabemos que as sequelas da questão social permeiam a vida dessa população destituída de poder, trabalho e informação. Sabemos também que a Assistência Social pode contribuir em seu processo emancipatório sob múltiplos aspectos (YAZBEK, 2004, p. 22).

Exposta tal dicotomia, que não é a única; há controvérsias acerca da conceituação de termos e expressões inscritas na LOAS, na PNAS, como: mínimos sociais, básicos sociais, inclusão e exclusão, vulnerabilidade social. Dicotomias, dualidades não se restringem à política de educação, mas assinalam também a assistência social. Sobre a Assistência Social como medida de proteção social, na sua relação com o trabalho no bojo da sociedade erigida sob o molde capitalista de produzir, em ensaio, no qual analisa o significado político da expansão da Assistência Social no Brasil na década de 1990, Mota (2010, p. 141) ratifica as argumentações anteriormente apresentadas ao dizer que:

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho (postulado inexistente na sociedade regida pelo capital), seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo da Assistência Social ao mesmo tempo em que limita o acesso à saúde e à previdência social públicas.

Com essa argumentação ilustrativa daquilo que acontece nas políticas que compõem a seguridade social — saúde, previdência e assistência —, a autora reitera como as políticas sociais se organizam segundo interesses das classes dirigentes. A aproximação dessa reflexão com a Política de Educação pode ser demonstrada por meio do movimento associativista da década de 50 — organizado com base nos termos de cooperação Brasil-Estados Unidos —, quando eram oferecidas a assistência técnica e financeira a agricultores, e, em tempos mais recentes, por meio da implantação de cursos aligeirados de qualificação profissional, do tipo: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Mulheres Mil², viabilizando ampliar o acesso e o nível de escolarização de mulheres, de trabalhadores desempregados, subempregados; melhorar estatísticas (em resposta a organismos internacionais). Tais empreendimentos, porém, não dão nenhuma garantia de empregabilidade, de proteção social; ao contrário, culpabilizam os usuários por possíveis insucessos, não mudam em nada as estruturas do processo produtivo. Retomando a abordagem, já expressa acima, de que nenhuma política social é capaz de dar conta de

² Uma análise sobre o Programa Mulheres Mil no *campus* Iguatu pode ser encontrada no artigo: Políticas públicas para mulheres e qualificação profissional: considerações sobre o Programa Mulheres Mil, no qual tomei parte como coautora, à época em que atuei como gestora local do programa (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

alcançar por si só seus objetivos, reforçamos, com a anotação que segue, o reflexo desta afirmativa para a assistência social.

Diante das desigualdades, da pobreza, das exclusões e da subalternidade a que é submetido o povo brasileiro, as políticas sociais, e em especial a Assistência Social, tem limites e constrangimentos muito claros, de ordem estrutural, e que agravam sua baixa efetividade. Sem ultrapassar esses limites, esperar que das políticas socioassistenciais, e apenas delas, resultem melhorias no bem-estar social destes usuários é ilusório e ineficaz. Isto porque na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e vulnerabilidades que permeiam a vida de seus usuários. Não podemos esquecer, no entanto, que estas políticas expandem direitos sociais, criam possibilidades de interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil e, sobretudo, abrem espaço para o protagonismo e para a ação coletiva de atores políticos que lutam pela realização do caráter público nas políticas sociais (YAZBEK, 2004, p. 26).

Pereira (2007) reforça essa perspectiva quando da sua análise sobre o devir da PAS, do PNAS: “Trata-se, assim, a política de assistência social, de medida ativa e positiva que, além de procurar corrigir injustiças, visa prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais que representam ameaças, perdas e danos a vários segmentos sociais” (PEREIRA, 2007, p. 225). O assistencial, operado como medida ativa e positiva, repercute na conquista, no fortalecimento e na ampliação de direitos de cidadania. Com esta visão sobre a Assistência Social pretendemos fazer notar que o recorte assistencial da política de educação, não se traduz tão somente como provimento de bens materiais (aos auxílios em pecúnia) a estudantes carentes/em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a merenda, a transporte – e isto já representa muito, pois se trata de acesso a direitos –, mas, incorpora possibilidades do efetivo exercício da cidadania, especialmente por meio dos organismos estudantis.

4.1.4 A dimensão assistencial do ensino agrícola

Foco deste estudo, o ensino agrícola passa, a partir deste ponto, a deter uma apreciação mais amidiada. Para tanto, adentraremos numa incursão sobre a história desta modalidade de ensino, realçando — para não perder o gancho das reflexões trazidas até o momento — a presença do recorte assistencial que lhe é imputado. Antes, porém, de adentrarmos à história do ensino agrícola, convém um esclarecimento sobre as contendas que envolvem os termos assistência e assistencial. Segundo Sposati *et al.* (2014), o desdém com que é tratado o assistencial remete à construção das políticas sociais no Estado brasileiro (mostrada no início deste estudo). O significado histórico do modelo assistencial presente nas políticas sociais, como forma de enfrentamento da questão social, se configura para o Estado como compensação de carências; para o indivíduo, como possibilidade de acesso a bens e serviços. Entretanto, não se pode perder de vista que:

O assistencial não altera questões estruturais; pelo contrário, muitas vezes as oculta. Isso não significa que se deva negá-lo ou não reconhecer sua necessidade histórica, pois as políticas de assistência, como as demais políticas no âmbito da gestão estatal da reprodução da força de trabalho, buscam responder a interesses contraditórios, engendrados por diferentes instancias da sociedade, e assim não se configuram como simples produtos dos interesses dos “de cima”, mas como espaço onde também estão presentes os interesses dos subalternizados da sociedade (YAZBEK, 2016, p. 70).

Esta chamada de atenção de Yazbek (2016) é carregada de sentido quando se trata de analisar as infiltrações de corte assistencial na política de educação. No âmbito do ensino agrícola, interesses dos subalternos são correspondidos, quando ao trabalhador rural (ou ao seu filho) são assegurados o acesso e as condições de permanência numa instituição de ensino, que poderá gerar novas possibilidades. Dispomos a seguir, relatados cronologicamente, alguns acontecimentos que compõem a historicidade do ensino agrícola para, em seguida, refletirmos sobre a presença do corte assistencial nesta história. Para embasar a construção do relato recorreremos aos estudos de Manfredi (2002), Lima (2012), Mendonça (2006) e Sobral (2009). Novamente recordamos ao leitor que o presente estudo toma os anos iniciais do século XX como ponto de partida, porque neste período são assinalados importantes marcos oficiais das políticas sociais, dentre as quais é instituída a PAS, agudamente interessante para este trabalho.

Em 1909, é instituída a Rede Federal de Escolas Industriais, também chamadas de Escolas de Aprendizizes e Artífices. Foram sendo instaladas nas capitais dos estados. Estas escolas eram destinadas aos desfavorecidos da sorte, portanto, ao público caracteristicamente reservado às ações da assistência social. Não ofereceu, no princípio, o ensino agrícola; porém, inspira a sua formulação que tem a primeira regulamentação em 1910, passando a ter uma estrutura composta por: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola.

Durante a Primeira República (1889-1930), na sociedade do poder político e econômico da oligarquia agrária, quando principia a industrialização no país – acarretando a construção de um cenário de crescimento do espaço urbano, formação da classe operária - as discussões acerca da educação profissional são potencializadas por educadores de diferentes correntes de pensamento. Políticos e educadores creditam a educação como vetor de fixação do homem no campo. A intervenção pedagógica do Ministério da Agricultura — órgão responsável pelo ensino agrícola à época — no sentido de formar o trabalhador nacional e fixá-lo no campo alcançou materialidade em duas instituições:

- a) os Aprendizados Agrícolas (AAs) – criados em 1911, destinavam-se aos filhos de agricultores, com idade entre 14 e 18 anos, e tinham por objetivo preparar trabalhadores para o manejo de máquinas e técnicas de cultivo, garantindo a mão de obra gratuita para fazendeiros das vizinhanças;
- b) os Patronatos Agrícolas (PAs) – criados em 1918, ofereciam cursos profissionalizantes a menores órfãos, entre 10 e 16 anos, que eram recrutados nos centros urbanos. Segundo Mendonça (2006), os PAs cumpriam duas funções: realizar a *profilaxia social* (retirava as crianças e adolescentes pobres, pedintes, das ruas, prevenindo um futuro de delinquência) e formar mão de obra.

Ambas instituições funcionavam em regime de internato e tiveram maior concentração nas regiões Norte e Nordeste – fato que dá relevo às desigualdades regionais brasileira que se perpetuam na história.

No ano de 1932, é lançado o Manifesto dos Pioneiros. Os “Pioneiros” refere-se a um grupo de educadores que reclamavam a centralidade urbana das políticas educacionais que marginalizavam a educação no meio rural. O manifesto fazia a defesa da educação integral. Porém, foi mantido o dualismo de educação profissional para pobres e educação propedêutica para a elite no sistema de ensino.

O Decreto-Lei nº 23.979/1933 redefine as instituições de ensino agrícola: os Patronatos Agrícolas passam para a responsabilidade do Ministério da Justiça e os Aprendizados Agrícolas são reclassificados em três tipos de cursos:

- a) ensino agrícola básico — curso com três anos de duração, para jovens com primário completo;
- b) ensino rural – com o objetivo de formar trabalhadores rurais, totalmente baseado em aulas práticas, dois anos de duração, para crianças acima de 12 anos que possuíssem instrução primária;
- c) cursos de adaptação – cursos de curta duração destinados ao trabalhador adulto sem qualquer formação ou qualificação.

Essas configurações são mantidas até 1946 quando é aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA). Em 1934, a Constituição Federal determina a responsabilidade da União por traçar diretrizes educacionais para todo o país. A primeira regulamentação do ensino agrícola de nível médio é editada pelo Decreto nº 9.613, de 20 de março de 1946, que institui a LOEA, que reorganiza as instituições existentes (desde 1933, listadas acima) e cria novas, subsidiadas pelo MA, com a oferta de um modelo de ensino onde o aluno **aprende fazendo**.

No ano de 1947, é criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR); gerenciada pelo MA, a CBAR atuava por meio dos Centros de Treinamento de Operários Agrários; os Clubes Agrícolas, implantados a partir de 1942, passam a funcionar acoplados às escolas gerenciadas pelo Ministério da Educação e Saúde e pelos governos estaduais e municipais, na difusão do ensino rural sob a responsabilidade do MA. No mesmo ano – 1947 – um decreto do MES adapta os estabelecimentos do MA em cinco novas instituições: Escolas de Iniciação Agrícola; Escolas Agrícolas; Escolas Agrotécnicas; Cursos de Aperfeiçoamento, especialização e extensão; e os Centros de Treinamento.

Na década de 1950, acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos na área da educação rural são intensificados com MA. Em 1953, a Campanha Nacional de Educação Rural, privilegia a educação de adultos. Em 1954 é fundado o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Em 1955 é criado o Serviço Social Rural do MA. O ensino agrícola deixa as práticas escolares destinadas a crianças e adolescentes e assume a assistência técnica e financeira a lavradores organizados em associações rurais — este período coincide com o Desenvolvimento de Comunidade que gerou espaço ocupacional para os assistentes sociais, bem como com o princípio do processo de organização e luta dos trabalhadores rurais por reforma agrária, por meio das Ligas Camponesas, o que nos permite inferir que a intervenção americana, mascarada de cooperação, é carregada de intencionalidade política.

No período de 1964 a 1974, as políticas educacionais se pautam na teoria do capital humano, no âmbito do ensino agrícola são edificadas sob a inspiração da Revolução Verde que,

Mais que um grande pacote tecnológico (responsável pela adoção de “insumos modernos”), subordinou a agricultura dos “países em desenvolvimento” aos complexos industriais multinacionais e, ao mesmo tempo, contribuiu para a despolitização do problema agrário (SOBRAL, 2009, p. 87).

As implicações da cooperação americana e da adoção do receituário inspirado na Revolução Verde, denota a estreita relação educação-trabalho-assistência e a subordinação desse tripé aos interesses econômicos e políticos que povoam a história do Brasil. No bojo dessa relação de subordinação é iniciado o funcionamento do Sistema Escola-Fazenda, o qual tinha como objetivo:

[...] proporcionar condições para a efetividade do processo ensino-produção, bem como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural,

fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação-trabalho e produção (SOBRAL, 2009, p. 85).

Na década de 1970, as políticas educacionais de teor tecnocrata tinham por missão promover o desenvolvimento econômico. Na agricultura a lógica dominante era a de que “a adoção de tecnologias modernas gera maior rendimento na agricultura, o qual resulta em maior bem-estar social” (SOBRAL, 2009, p. 86). No sentido de efetivar tal lógica, é criada em 1973 a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), cuja finalidade consiste em dotar os estabelecimentos de ensino agrícola de assistência técnica e financeira. A COAGRI iniciou suas atividades em 1976, foi um importante instrumento de revitalização das Escolas Agrotécnicas.

Durante a ditadura civil militar, as crises política (legitimidade do governo militar abalada) e econômica (marcada pelo desemprego, inflação, etc.) forçaram o governo a contemplar reivindicações das classes subalternas nas políticas sociais. São, então, criados programas de viés assistencial como: Fundação do Material Escolar (FENAME); Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN); Instituto Nacional de Assistência Estudantil (INAE), este último é citado por Costa (2017). Em 1975, é criado o SENAR, cujas ações abrangem a formação, a qualificação profissional e a promoção social do produtor e do trabalhador rural; o SENAR foi extinto em 1988 e recriado em 1991.

No ano de 2006, tem início a execução do projeto de expansão das escolas federais de educação profissional e tecnológica que, em 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se fundem com as escolas Agrotécnicas.

Esta cronologia nos permite perceber vários pontos de intercessão da educação agrícola com a assistência e também com o Serviço Social (profissão). Em vários momentos dessa história houve a participação do profissional assistente social na realização de processos educativos efetivados no âmbito do Desenvolvimento de Comunidade – metodologia de trabalho que durante décadas foi marcante para a profissão. Segundo Costa (2017), o assistente social é chamado a realizar o diagnóstico familiar/comunitário, identificando os “males sociais”, expressos nos desajustamentos, deficiências, e, promover o tratamento de tais males por meio da prestação de serviços assistenciais e educação social e moral com vistas no enquadramento e integração família-escola-comunidade.

Embora não tenhamos adentrado às formas de funcionamento das instituições de ensino agrícola instaladas a partir dos anos 1910, é inegável que os aprendizados e patronatos agrícolas eram dotados de uma dimensão de corte assistencial, haja vista receberem adolescentes e jovens em regime de internato – o que já caracteriza como medida assistencial. A esse público, além dos estudos e da moradia, certamente, outros tipos de serviços assistenciais eram oferecidos. Mais tarde, quando da adoção do modelo de Escola-fazenda – o qual manteve a matrícula em regime de interno, como aconteceu em Iguatu com a implantação da Escola Agrotécnica Federal – serviços de alimentação, de assistência à saúde (médica, odontológica) são garantidos aos estudantes, à semelhança do que ocorre ainda nos dias atuais. Ademais destes serviços, explicitamente assistenciais, são desenvolvidas ações socioeducativas extrassala de aula, de apoio à formação cidadã, de atendimento a necessidades da ordem da sociabilidade, consonantes com o trabalho realizado pelos profissionais da assistência nos equipamentos da PAS. São, portanto, serviços assistenciais realizados no âmbito da política de educação.

A retrospectiva do ensino agrícola no Brasil apresentada em artigo de Sobral (2009), nos informa três momentos conjunturais de organização oficial do ensino agrícola que confirmam as disputas de classes próprias do sistema capitalista: a primeira fase, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, registra um ensino voltado para a preparação de mão de obra para a indústria nascente; o chamado **ruralismo pedagógico** que tivera a finalidade de

fixar o homem no campo, reduzir os problemas nas cidades que se agravavam com o êxodo rural. A segunda fase, revela a emergência do ensino agrotécnico, condicionado pela modernização da agricultura sob a influência da Revolução Verde³; período em que o Brasil registra um processo de crescimento econômico com altas taxas de exclusão [...] e de despolitização da questão agrária” (SOBRAL, 2009, p. 87). Na terceira parte do artigo, denominada o “ensino agrícola rediscutido”, o autor trata das transformações ocorridas a partir da década de 1990 no sistema de ensino brasileiro, com a aprovação da LDB de 1996 e do decreto de reforma do ensino profissionalizante que atingiu de forma contundente o ensino agrícola; sobre isto, ele nos diz:

O Decreto nº 2.208/97 configura uma proposta que separa a formação acadêmica da Educação Profissional aproximando-se muito mais dos interesses imediatistas dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais do que das perspectivas democratizantes inerentes aos projetos defendidos pelas entidades da sociedade civil (SOBRAL, 2009, p. 92).

Os registros acima clarificam a impossibilidade de desassociar a política de educação das relações que se estabelecem no modo de produção capitalista. Não apenas a educação, mas, todas as políticas sociais – sobretudo a assistência e a previdência - sofreram, de forma mais intensa, com as medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro sob a orientação do Estado Mínimo imposto pelos organismos internacionais. Por meio da adoção de políticas de caráter compensatório e a convocação ao envolvimento da sociedade civil – representada por fundações, associações, ONGs – no sentido de minimizar os efeitos das desigualdades e da exploração, o Estado escamoteia as relações, oferecendo possibilidades de acesso a bens e serviços aos indivíduos espoliados da sua condição de cidadãos.

O imperativo do recorte assistencial na educação (mais especificamente na Educação Agrícola) está presente na produção “(Re)significação do Ensino Agrícola na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, a qual trata da historicidade e dos desafios postos a esta modalidade de ensino. Resultante de seminários regionais que reuniram educadores das escolas federais onde são ministrados cursos na área da educação agrícola para a discussão e proposição de mudanças, a produção aponta algumas propostas relativas ao acesso e permanência com evidente acento assistencial:

- a) mudança no modelo de seleção para ingresso (por prova, até então) – o exame de seleção, considerado excluyente porque alijava do ingresso os adolescentes que não tiveram uma boa formação no ensino fundamental;
- b) garantia da assistência estudantil;
- c) estrutura de suporte ao estudante;
- d) atendimento psicossocial;
- e) consolidação da formação integral (BRASIL, 2009).

Para dar conta de responder a tais necessidades outros sujeitos, outros serviços são necessários, além de professores e gestores, corroborando a presença de outros profissionais - dentre esses o Assistente Social - no âmbito da instituição escolar, desenvolvendo um conjunto de ações e serviços numa dinâmica correlação e conjugação de esforços por um modelo de educação que enxergue o educando como sujeito de direitos. Na próxima seção realçamos a assistência estudantil como política, portanto, como direito do estudante à educação com plenas condições de acesso, permanência e sucesso no processo formativo.

³ Revolução Verde – designa as inovações tecnológicas – modificação genética de sementes, novas técnicas de fertilização dos solos, utilização de agrotóxicos e máquinas - introduzidas no setor agropecuário, com o objetivo de aumentar a produtividade da produção (SILVA, 2018, p. 1).

4.2 A Assistência Estudantil como Estratégia para a Permanência do Escolar

A apoucada literatura que trata da assistência estudantil – tomou maior vulto depois do Decreto nº 7.234/2010, com a instituição do PNAES – contempla a assistência ao estudante do ensino superior, situando o seu nascedouro a partir da luta estudantil, na década de 1930, por condições de permanência; ocasião em que o governo passa a implementar programas de alimentação e de residências estudantis para universitários. O PNAES avigora a assistência ao estudante de curso superior ao referendar como sua finalidade a ampliação das “condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, p. 1), sendo assim, o programa será implementado pelas instituições federais de ensino superior para o atendimento a estudantes dos cursos de graduação presencial. Os Institutos Federais (IFs), em razão de sua estrutura diferenciada da universidade, que comportam o ensino médio/técnico, mereceram uma ressalva que lhes autoriza incluir os estudantes do nível médio/técnico como usuários do programa. O Art. 4º do decreto que cria o programa assegura:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, p. 1).

Retomando o raciocínio do início do parágrafo anterior: apesar da literatura privilegiar o ensino superior e demarcar os anos 1930 como iniciais da organização oficial da assistência ao educando, podemos afirmar que esse tipo de assistência (a estudantil), se considerarmos os níveis primário e secundário de ensino – como pode ser constatado na história do ensino agrícola, com a instalação dos Aprendizados e Patronatos Agrícolas – antecede a assistência ao educando do nível superior. E mais, se desprezamos a formulação oficial e visualizamos a assistência estudantil como a face assistencial da política de educação, é fato que desde os primórdios, ainda quando da chegada dos Jesuítas no Brasil é perceptível a presença do assistencial — compreendido como provisão material e assistência a indivíduos ou grupos em situação de carência — nos espaços da educação escolarizada (ARAÚJO, 2013).

Na sua narrativa da trajetória da assistência estudantil da educação superior brasileira, Imperatori (2017) traça legislações que referendam a assistência ao estudante:

- a) 1931 – A Lei Orgânica do Ensino Superior propõe medidas de providência e beneficência para amparar estudantes reconhecidamente pobres;
- b) 1934 – A Constituição Federal assegura a assistência ao aluno necessitado mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e, inclusive, a dispensa de recursos para serem utilizados nas temporadas de férias.
- c) 1946 – A Constituição Federal estende os serviços de assistência educacional aos alunos necessitados a todos os níveis de ensino, com vistas nas condições de eficiência escolar.
- d) 1961 – A Lei de Diretrizes e Bases determina a assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.
- e) 1967 – A Constituição acrescenta o direito a igualdade de oportunidades educativas.
- f) Na década de 1970 – foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante, mediante o qual foram implantados programas de assistência estudantil –

alimentação, moradia e assistência médico-odontológica -, Bolsas de Trabalho – o estudante era remunerado pelo exercício profissional em órgãos públicos e particulares – e Bolsas de Estudo – o estudante recebia verba para sua manutenção, sem a necessidade de contrapartida de prestação de serviço.

- g) 1971 – A LDB especifica serviços de assistência educacional: auxílios para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.
- h) 1972 – Foi instituído o programa “Bolsa de Trabalho”, destinava-se ao discente de baixa condição financeira, associava o auxílio financeiro à preparação para o trabalho. Não foi exclusivo do ensino superior, realizava-se também no ensino médio e no profissionalizante.
- i) Década de 1980 – O Departamento de Assistência ao Estudante criado na década anterior foi extinto. As ações de assistência estudantil passaram a ser executadas de forma fragmentada, de acordo com a vontade do gestor em cada instituição.
- j) 1996 – LDB/1996 – no Art. 4º estabelece as condições para que o Estado cumpra o seu dever com a educação. Dentre as condições está o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996, p. 2). A regulamentação da assistência estudantil para o ensino superior ocorreu anos depois.

Reportando-nos ao que foi dito quanto às políticas sociais na seção anterior, que surgem como resposta do Estado aos reclames do capital, mas também atendem a alguma necessidade de um público específico, conferimos em todos os momentos da história da educação brasileira que a presença do recorte assistencial se dá em decorrência de reivindicações de grupos e organizações pelo cumprimento, por parte do Estado, das condições de funcionamento das escolas e da permanência dos estudantes. Deferimos, então, que:

[...] a partir do entendimento das políticas sociais como medidas que possuem uma dimensão assistencial, podemos compreender que a Assistência Estudantil incorpora o caráter assistencial da política de educação. Registra-se que as ações de Assistência Estudantil surgem a partir de reivindicações em defesa do provimento das condições necessárias à permanência dos estudantes (NASCIMENTO; SANTOS, 2014, p. 88).

A aproximação da assistência social com a educação, para a qual chamamos a atenção lá atrás, perdura até os dias atuais. A relevância da assistência estudantil, no tocante ao acesso e permanência escolar de milhões de brasileiros, é inquestionável para fazer frente as desigualdades sociais. Ao compreendermos que uma política não elimina a necessidade de outra, veremos claramente que

[...] a política de assistência social brasileira [...] deve funcionar como uma espécie de alavanca para incluir no circuito dos bens, serviços e direitos existentes na sociedade grupos injustamente impedidos dessa participação. Sendo assim, ela não estaria voltada exclusivamente para a pobreza absoluta [...]. Ademais, ela não estaria desgarrada das demais políticas socioeconômicas e muito menos agiria para desmantelá-las ou substituí-las, como quer a ideologia liberal com a sua proposta de focalização na pobreza extrema. Ao contrário, ela funcionaria para fortalecer as condições de eficácia das demais políticas sociais e econômicas, tendo em vista o combate integrado à pobreza e à reprodução desta entre as novas gerações (PEREIRA, 2007, p. 226).

No ordenamento legal, a partir da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e da LDB de 1996, a educação básica escolar, se impõe como dever da família e do Estado, tem a sua oferta alargada pelos governos nas esferas federal, estaduais e municipais e gera a obrigatoriedade da família na efetivação da matrícula de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988, 1990, 1996). Porém, apenas matricular o filho/a filha não basta! É preciso que ele frequente e obtenha bons resultados de aprendizagem. Para tanto, diante de quadros de desigualdades em que falta a muitas famílias as condições de deslocamento, de recursos para aquisição de material escolar, de dificuldade de adaptação e/ou de aprendizagem... dentre outras carências, o Estado deve providenciar mais que a estrutura física da sala de aula e docente: recursos de outra ordem – não subjacente, mas complementar – se tornam imprescindíveis à permanência e êxito do escolar. Tomando o *campus* Iguatu do IFCE para exemplificar, temos um contingente de estudantes de cursos integrados que ficam dois turnos consecutivos na instituição, para os quais é indispensável a refeição e um lugar de repouso entre um turno e outro de aulas; também os internos, além de instalações, refeições, etc., precisam muitas vezes de um reforço na aprendizagem (o ensino fundamental não foi eficiente), de uma escuta por psicólogo (a distância e a saudade de casa podem comprometer a aprendizagem ou o comportamento); enfim, uma série de “terres e haveres” de conteúdo assistencial são inseridos na política de educação. Embora tenhamos usado exemplos hodiernos, é possível identificar outros mais antigos da requisição do componente assistencial pela educação, como aqueles presentes nas instituições de educação profissional, de ensino agrícola mostrados anteriormente.

No panorama desenhado por Libâneo, Oliveira, Toschi (2012), acerca dos programas financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), são revelados traços nitidamente assistenciais, porque são destinados a facilitar o acesso e permanência no sistema educacional mediante a garantia de elementos e instrumentos essenciais ao discente no processo formativo. Citemos os programas:

- a) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – sua origem remonta ao ano de 1955 com a nomenclatura Campanha de Merenda Escolar; passando em 1956 a Campanha Nacional de Merenda Escolar, em 1965 Campanha Nacional de Alimentação Escolar e 1979 recebe o nome atual. O PNAE atende toda a educação básica; seu objetivo é fornecer, no mínimo, uma refeição diária, atender necessidades nutricionais, formar hábitos saudáveis de alimentação, melhorando a condição nutricional e de aprendizagem dos estudantes. A partir de 2009, 30% do recurso do PNAE repassado às escolas deve ser aplicado na aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar;
- b) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – criado em 1995. Consiste em repasse financeiro para aquisição de materiais, manutenção e conservação, desenvolvimento de projetos e atividades que produzam a melhoria do funcionamento das escolas municipais e estaduais de educação básica e “*escolas privadas de educação especial sem fins lucrativos registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)*” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, p. 395, grifo nosso). A citação e os grifos para dar ênfase aos laços da educação com a assistência (recordemos aqui a Vigilância Socioassistencial que requer da PAS o acompanhamento dos padrões da oferta de serviços, trata-se neste caso de entidades que prestam serviço a pessoas com deficiência – público notadamente reservado à assistência social);
- c) Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – criado em 1997, distribui obras de literatura, dicionários, enciclopédias às escolas da educação básica, com vista no acesso a fontes de informação, no fomento à leitura e ao exercício da criatividade, da criticidade;

- d) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – mediante de termo de adesão, as escolas públicas de educação básica asseguram a seus estudantes o acesso aos livros utilizados na sua escola; inclusive estudantes cegos, pois o programa inclui livro didático em braile;
- e) Programas de transporte escolar – o Caminho da Escola, de 2007 e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) de 2004. Ambos têm como objetivo garantir o acesso de estudantes moradores da zona rural aos estabelecimentos escolares. No início destinado ao ensino fundamental, foi ampliado em 2009 para toda a educação básica;
- f) Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) – consiste na assistência financeira para a construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas. As unidades escolares de educação infantil construídas em acordo com as exigências deste programa comportam na sua estrutura uma rede de atenção à infância.
- g) Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) – “visa desenvolver ações de saúde que detectem e sanem os problemas que interferem na aprendizagem de *alunos pobres* das capitais” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, p. 401, grifo nosso). As ações do programa incluem atividades educativas, preventivas e curativas.

As descrições desses programas demonstram a presença do componente assistencial no âmbito da educação básica, corroborando a relevância da assistência estudantil também nos níveis infantil, fundamental e médio e a sua vinculação à assistência social quando define como público o estudante pobre, a pessoa com deficiência e moradores da zona rural que se caracterizam como público alvo dos programas (focalistas) da PAS.

4.2.1 Assistência estudantil: a dimensão assistencial da política de educação

A assistência estudantil, como dimensão assistencial da política de educação se sobressai como estratégia de permanência dos estudantes, é gestada nas reclamações dos próprios estudantes por estruturas que lhes assegure o direito à educação escolarizada. Porque carrega na denominação a palavra “assistência” não pode ser confundida com assistência social e também, da mesma forma que a Assistência Social – conforme frisado na seção anterior - não se pode ser reduzida a mera provisão material: conceder uma vaga na residência estudantil a um adolescente sem lhe oferecer o suporte que favoreça sua adaptação longe da família, a superação de existentes dificuldades de aprendizagem...; ou seja, sem a garantia de um aparato que lhe satisfaça não apenas as necessidades mas também seus desejos, não garantirá a permanência do estudante.

Cabe aqui um parêntese para expor sobre uma discussão muito presente entre os trabalhadores da PAS e teóricos do Serviço Social: a interpretação do conceito de **mínimos sociais**⁴ expresso na LOAS. Pereira (2008) nos convida a ser cuidadosos com a interpretação acerca da cobertura dos mínimos sociais incumbidos à PAS para satisfazer as **necessidades básicas** dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Pois, corre-se o risco de apreender que o bem ou o serviço não carece de qualidade, à guisa do pensamento de que “para pobre, política pobre”.

⁴ Uma pertinente discussão acerca de mínimos sociais e necessidades básicas pode ser encontrada em Pereira (2008).

A Assistência Estudantil se constitui, pois, um importante instrumento de cumprimento da ação de formação cidadã, se concebida como “[...] um instrumento que garante condições para o bom ensino e para a produção de conhecimento científico” (FONAPRACE, 1993 *apud* NASCIMENTO, 2014, p. 96). Em outros termos, a Assistência Estudantil (ao congregar reivindicações dos movimentos sociais da educação) não pode ser concebida simplesmente como provimento de recursos materiais/repasse financeiro para estudantes, mas como o movimento “articulado a um projeto educacional emancipador” (NASCIMENTO, 2014, p. 94). Ao escrever sobre a face assistencial das políticas sociais Sposati *et al.* (2014) enfatiza: “*no assistencial está contida a possibilidade de negação dele próprio e de sua constituição como espaço de expansão da cidadania às classes subalternizadas.*” (SPOSATI *et al.*, 2014, p. 53, grifos da autora). Ou seja, para o Estado, o assistencial é benemerência para com os desprovidos das condições de satisfação das suas necessidades; para o beneficiário, é a possibilidade de acesso a um direito (educação) que trará como consequência o acesso a outros bens e ou recursos (emprego) que acarretará no aniquilamento da sua situação de vulnerável.

As reflexões de Saviani (2008) acerca dos limites e possibilidades da política educacional brasileira e das mazelas reveladas por diversos estudos que tratam dos altos índices de evasão e dos baixos índices de desempenho da educação pública (manifestados pelos números de retenção e de reprovação) alertam para a impossibilidade da educação, sozinha, dar respostas aos problemas enfrentados no ambiente da unidade escolar e mesmo no sistema de ensino – deve-se instalar um sistema educacional, não de ensino, posto que a educação é processo, não se efetiva apenas em sala de aula; as mesmas reflexões chamam a atenção, ainda, para o fato de a educação estar subordinada a interesses econômicos. Levam, portanto, ao entendimento de que a assistência estudantil é imprescindível não somente na democratização do acesso à educação, mas também na garantia da educação de qualidade. O trabalho de Nascimento (2014) reitera as reflexões acima: a autora critica a “concepção limitada acerca da democratização da educação (que prioriza a ampliação das vagas [...] em detrimento das condições objetivas a esta implantação)”, e continua, “responde às pressões dos organismos multilaterais [...] visando à elevação dos indicadores sociais.” (NASCIMENTO, 2014, p. 94).

Do mesmo modo que Souza (2016), em sua pesquisa sobre os fatores que contribuem para a permanência escolar, abordou o fenômeno da evasão para entender por que alguns estudantes permanecem e outros não, também neste estudo trazemos, ainda que de forma breve, o complexo de situações que define a evasão e as suas possíveis causas. Estudiosos do fenômeno e também o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), informam que a evasão é caracterizada pela retenção, pela saída do aluno da instituição ou do sistema de ensino, pela não conclusão de um nível de ensino e pelo retorno após a evasão. Quanto às causas, as pesquisadoras Dore e Lüscher (2011), ao estudarem a Permanência e a evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais, são enfáticas ao dizer da complexidade de definição sobre a evasão e de investigação das causas desse fenômeno:

Se a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão já torna o exame do problema bastante complexo, o que dizer quando se introduzem nesse quadro de investigação as causas da evasão [...] as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 778).

Postas tais dificuldades e em razão do foco do trabalho em pauta ser a permanência, à qual estão associados fatores individuais (intrínsecos ao estudante) e institucionais, apontamos novamente a pesquisa de Souza (2016, p. 28), cujo resultado mostra que,

Todos os aspectos evidenciados pelos participantes da pesquisa que favorecem a permanência do aluno na escola estão todos relacionados com aspectos internos à instituição [...] como: o perfil/desempenho do corpo docente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas.

Podemos perceber, pelo exposto, que a responsabilidade institucional não está limitada a relação professor aluno; outros componentes influenciam para a permanência do estudante, nos “recursos e estruturas físicas escolares” supomos estarem contidos os serviços e auxílios ofertados no âmbito da Assistência Estudantil. O processo de *ensino e aprendizado* requer o envolvimento dos diversos atores na busca de estratégias que efetivem os dispositivos legais, especialmente a LDB/1996 e o PNAES/2010, os quais preconizam o princípio da igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes. Sendo estes (os estudantes) o alvo principal do processo educativo, a instituição deve cuidar em lhes proporcionar um ambiente no qual se sintam bem.

No âmbito do IFCE, o “Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE 2017-2024” resulta da preocupação inicial com avultado número de evasão e retenção em todos os *campi* do IFCE. A elaboração deste plano mobilizou em cada *campus* uma equipe incumbida da discussão em torno do diagnóstico da situação, das causas e das ações de intervenção com a finalidade de atenuar ou até eliminar as máculas da evasão e retenção. O plano em pauta aponta como principais causas da evasão, seis motivos intrínsecos ao estudante e quatro relacionados à instituição. São intrínsecos aos estudantes:

- 1) adaptação à vida acadêmica – na realidade do *campus* Iguatu esta causa se aplica expressivamente aos estudantes dos cursos integrados, cujos currículos, quantidade de disciplinas e funcionamento em dois turnos geram dificuldade de adaptação;
- 2) qualidade da formação escolar anterior – também aplicável ao *campus* Iguatu, sobremodo da parte dos estudantes provenientes da zona rural que tiveram uma formação no ensino fundamental precarizada, há queixas frequentes de professores com relação a dificuldades de aprendizagem;
- 3) descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção – a evasão por esta causa é mais frequente nos cursos subsequentes (cursos de um ano e meio – só a parte técnica - destinados a quem já tem nível médio);
- 4) questões pessoais de saúde do estudante ou de familiar;
- 5) compatibilidade entre vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho – acontece com estudantes dos cursos subsequentes e superior;
- 6) desmotivação com o curso – este item não é aplicável aos estudantes da agropecuária, pois, os relatos dos estudantes junto ao professor representante de turma no Conselho de Classe, bem como na pesquisa de campo deste estudo, em vários momentos, os estudantes afirmam satisfação com o curso.

Quanto aos fatores de ordem institucional para a evasão e retenção, são apontados:

- 1) demonstração de despreparo para o atendimento com o público interno e externo;
- 2) faltas e atrasos de docentes;
- 3) ausência de aulas práticas,
- 4) pouca utilização de laboratórios.

A consolidação das discussões, que resultou no plano, foi divulgada para a comunidade **ifceana** (do IFCE) em julho de 2017, coincide com os ajustes finais do nosso projeto de pesquisa. Hoje – julho de 2018 – já de posse de dados da pesquisa de campo,

embora esta investigue apenas um curso da instituição, subsidia-nos a asseverar as causas descritas acima por meio das respostas às perguntas sobre os dificultadores e facilitadores de permanência, sobre a pretensão de permanecer até a conclusão e, ainda, se indicaria o *campus* e o curso para alguém. Questionados quanto as dificuldades encontradas no *campus*, os estudantes referendaram a adaptação à vida acadêmica e a qualidade da educação anterior, ao se queixarem do número excessivo de disciplinas, do cansaço resultante de dois turnos de estudos; e da dificuldade de apreender os conteúdos. Também as discussões travadas por ocasião das reuniões do Conselho de Classe – não apenas do Curso Integrado em Agropecuária, pois temos tomado parte de reuniões de outros cursos – certificam de forma contundente os quatro fatores de ordem institucional para a evasão, os quais são analisados na seção que trata dos resultados e discussões.

Uma crítica ao documento em pauta é necessária: na parte do documento que expõe as ações planejadas para o combate à retenção e à evasão a assistência estudantil é tratada (literalmente) de assistência social; o uso de tal expressão para designar as ações da assistência estudantil demonstra uma concepção equivocada porque a reduz à concessão de auxílios em pecúnia. Os organizadores do documento não visualizam como assistência estudantil um elenco de ações desenvolvidas na instituição. Dentre estas ações (as quais estão, inclusive, inscritas no PNAES) podemos citar: a assistência pedagógica, efetivada no reforço/no nivelamento escolar que alguns professores fazem extrassala; as bolsas de monitoria; o internato; a merenda escolar; atividades socioeducativas desenvolvidas por meio de projetos, de campanhas; não são reconhecidos como suporte ao ensino, pesquisa e extensão que favorecem a permanência e êxito do escolar no documento em pauta.

4.2.2 Assistência estudantil no IFCE *campus* Iguatu

O que hoje conhecemos como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi, na sua gênese, Escola de Aprendizes e Artífices nos idos anos de 1909 – marco inicial da Educação Profissional oficial no Brasil; sua nomenclatura sofre várias modificações: na década de 1950 passa a ser Escola Técnica Federal; em 1993, Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), e, por fim, em 2008, recebe o nome pelo qual o tratamos nos dias atuais (MANFREDI, 2002). O significado de cada nomenclatura está intimamente relacionado ao contexto político, social e econômico no qual se deu a modificação. Em detrimento das mazelas da retenção e reprovação que chagam o sistema de ensino fundamental e médio públicos em todo o Brasil, as “escolas federais” recebiam recursos privilegiados que as tornavam nichos da elite. Quando ocorre a expansão e se ampliam as possibilidades do acesso para camadas menos favorecidas, a qualidade do ensino sofre declínio – pois o investimento nas estratégias de acesso não são acompanhadas de investimentos que garantam a permanência com qualidade.

Uma referência de Souza (2016) sobre os Institutos Federais corrobora este pensamento e também a expansão e interiorização da educação profissional, apontada por gestores do *campus* Iguatu como uma das causas para a evasão e redução da procura pelo *campus*; como se pode conferir na citação abaixo:

O modelo atual dessas instituições compete entre si e com as universidades, pelos alunos e pelo prestígio social que conseguiu ao longo de sua história de sucesso educacional, conquistado pelos indicadores educacionais, de empregabilidade, de produção científica, de internacionalização, etc. (SOUZA, 2016, p. 21).

A expansão, especialmente de escolas profissionalizantes federais e da rede estadual cearense, ampliou consideravelmente as possibilidades de acesso – manifestadas na oferta de vagas, de novos cursos – entretanto, não se investiu na mesma proporção em condições de permanência. Devemos atentar para o fato de que as condições de permanência não dizem respeito tão somente ao acesso a transporte, moradia e outras modalidades de auxílios garantidos pelo PNAES, mas, sobretudo, às condições de aprendizagens que repercutam na formação cidadã, que suscite no estudante o desejo do envolvimento em práticas sociais que atribuam significado a sua escolarização, provocando o atendimento a outras necessidades. Para tanto, é imprescindível luta coletiva para a instituição de políticas que articulem as políticas sociais em nível de macroestrutura.

Não basta a associação linear e simplista entre “escolarização-qualificação-emprego-superação da pobreza”, uma vez que sabemos que ações focalizadas, emergenciais, descontinuadas, não redistributivas, ou seja, políticas fragilíssimas e desarticuladas das econômicas, têm papel de marketing social (CAMPOS, 2003), mas pouca ou nenhuma efetividade (LESSA, 2013, p. 217).

Creditar à educação, por meio de modelos educacionais concebidos sob a lógica mercadológica, produtivista (a exemplo das escolas de educação profissional da rede estadual do Ceará), a responsabilidade pela superação da pobreza, das desigualdades é, no mínimo, ingênuo.

Nascimento e Santos (2014, p. 89), ao fazerem uma retrospectiva histórica sobre o reconhecimento da Assistência Estudantil pelo Estado Brasileiro, registram, a partir da década de 1930, regulamentações que estabelecem a aplicação de recursos públicos no atendimento a alunos necessitados por meio da assistência alimentar, dentária, distribuição de material escolar, bolsas de estudos. As Escolas Agrotécnicas compõem essa tessitura: oferece o internato (moradia), alimentação, transporte, assistência médica e odontológica nas suas dependências como forma de assegurar a permanência do estudante. Entretanto, apenas a partir da instituição do PNAES, através do Decreto nº 7.234/2010, que ratifica a responsabilidade do Estado com a provisão dos meios de permanência, é que se reconhecem tais ações como integrantes de uma política de Estado que pressupõe a efetivação orçamentária e financeira de recursos da oferta de serviços e auxílios aos estudantes.

No âmbito do IFCE, o Regulamento da Política de Assistência Estudantil, aprovado pela Resolução nº 24, de 22 de junho de 2015 do Conselho Superior (CONSUP), tem entre seus princípios: “a valorização das condições de permanência, êxito e conclusão de curso dos estudantes do ensino técnico e superior, mediante serviços e/ou auxílios” (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, 2015, p. 1). A Política de Assistência Estudantil do IFCE está estruturada em cinco eixos, a saber: Trabalho, educação e cidadania; Saúde; Alimentação e nutrição; Cultura, arte, esporte e lazer; Auxílios em forma de pecúnia.

As ações que caracterizam os serviços são desenvolvidas por equipe multiprofissional mediante a oferta de residências estudantis (masculina e feminina), de atendimentos individuais ou coletivos e ainda a execução de programas e projetos nas áreas de assistência alimentar e nutricional, médica, odontológica, de esporte e lazer, psicológica e do serviço social. No *campus* Iguatu, a assistência estudantil está administrativamente organizada como se vê abaixo:

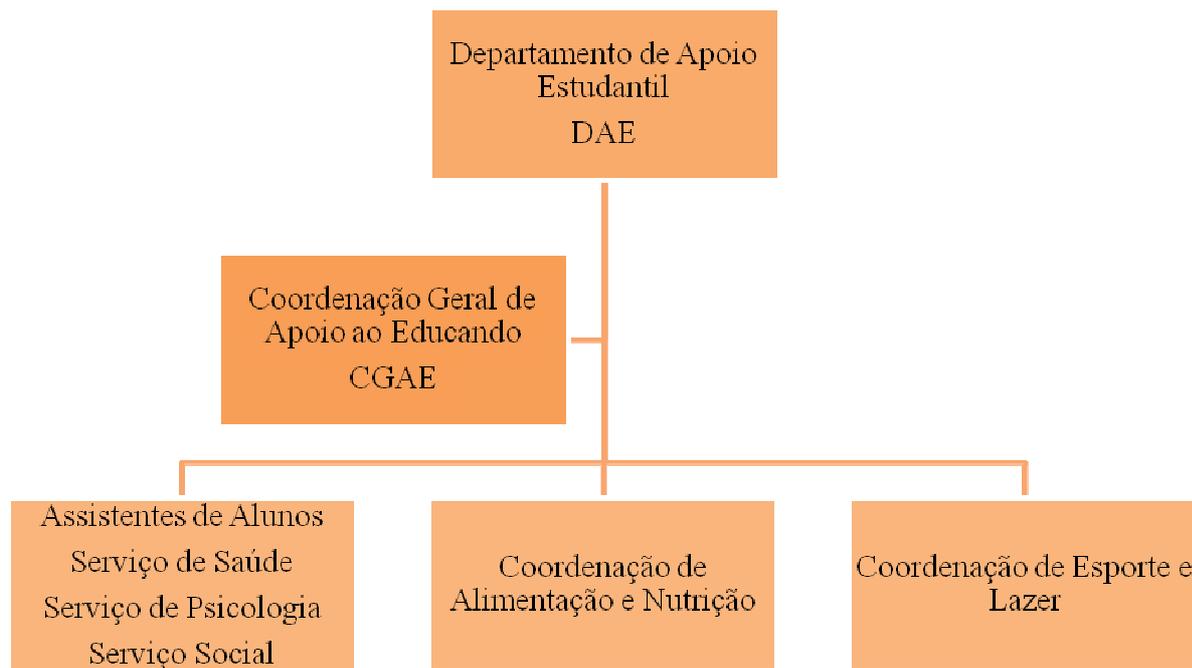


Figura 1 – Assistência estudantil no Organograma do *Campus Iguatu*
Fonte: Instituto Federal do Ceará (2016a).

O dualismo sempre presente na política de educação não exclui o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal do Ceará, aprovado pela Resolução nº 052/2016 do CONSUP. O regulamento inicia por assegurar a “todos os estudantes matriculados” o direito de acesso aos auxílios para depois classificá-los em duas modalidades: Auxílios Universais e Auxílios ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social.

Os Auxílios Universais destinam-se a qualquer discente matriculado “independentemente da situação socioeconômica, visando à formação integral do estudante e ao aprimoramento de valores de cidadania, participação, coletividade e inclusão social”. (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, 2016b, p. 4). Aqui se situam os auxílios: Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), Visitas/Viagens Técnicas, Acadêmico e Pré-embarque Internacional.

Integram o rol dos Auxílios ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social: Moradia, Alimentação, Transporte, Óculos, Didático-pedagógico, Discentes Mães/Pais, e Formação, os quais

[...] serão concedidos com o objetivo de garantir a igualdade de permanência dos estudantes considerados vulneráveis socialmente, que se encontrem em situação de desproteção, insegurança, risco e instabilidade relacionadas à pobreza, ao pertencimento espacial, étnico-racial, social e cultural impeditivos do acesso aos direitos sociais, aos serviços sociais básicos e aos bens materiais estruturais (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, 2016b, p. 3).

Tratam-se, pois, de auxílios de tal modo impregnados da dimensão assistencial que entremeia a política de educação, que os acusam ou confundem com a prática assistencialista que antecedeu a sua ascensão ao quilate de DIREITO.

No *campus* Iguatu, os auxílios de caráter universal, porque não são submetidos à avaliação socioeconômica, não passam pelo Setor de Serviço Social do *campus*; o acesso a estes se dá por interlocução direta com o chefe da Diretoria de Ensino. No âmbito dos

auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade social, são ofertados os auxílios: moradia, transporte, discentes mães/pais, óculos e formação, os quais estão sob a responsabilidade das assistentes sociais. A operacionalização da concessão de auxílios comporta várias etapas: elaboração de edital, processo de seleção - análise documental, análise socioeconômica -, divulgação de resultado, recebimento de recurso, análise do recurso, elaboração de folha de pagamento, encaminhamento à chefia do departamento.

No que se refere aos serviços, o *campus* dispõe de equipe multidisciplinar atuando em distintos equipamentos instalados no *campus*:

- a) na Unidade Areias: sala do DAE - onde acontece o atendimento das assistentes sociais, das psicólogas, da fisioterapeuta. Sala de atendimento médico - atendimento uma vez por semana. Residência Feminina;
- b) na Unidade Cajazeiras: Salas da Equipe Técnica do DAE - espaço onde se concentram a sala da chefe do departamento, a sala do Serviço Social e sala do Serviço de Psicologia. A Coordenação Geral de Apoio ao Educando (CGAE) - uma sala na qual fica o chefe da coordenação, um banheiro, uma sala de assistentes de alunos e uma área de lazer. Uma sala de estudos. A Residência Masculina é dividida em cinco blocos de alojamentos.
- c) Serviço de Saúde - cuja equipe possui um médico, dois odontólogos (apenas Unidade Cajazeiras), uma Técnica em Saúde Bucal, uma Fisioterapeuta, uma Auxiliar em Enfermagem. As atividades se desenvolvem no Posto de Serviço de Saúde que conta com um Gabinete Odontológico; uma sala de atendimento médico; uma sala de atendimento de enfermagem; uma sala de repouso; uma sala de esterilização e três banheiros;
- d) Serviço de Psicologia - contando com duas psicólogas;
- e) Serviço Social - duas assistentes sociais;
- f) Serviço de Alimentação e Nutrição - uma nutricionista, uma técnica em nutrição e dietética, sete cozinheiras e dois auxiliares de cozinha desenvolvem suas atividades em dois refeitórios, um na Unidade Areias e um na Unidade Cajazeiras. Estudantes residentes acessam 6 (seis) refeições diárias - café da manhã, almoço, jantar e três lanches (manhã, tarde e noite) -; estudantes semirresidentes 3 (três): lanches manhã e tarde e almoço; e os demais, estudantes externos, apenas o lanche servido no horário de intervalo das aulas no seu turno;
- g) Serviço de Esporte e Lazer - um educador físico e dois estagiários - as ações destes profissionais ocorrem na academia, na quadra de vôlei de areia, no ginásio poliesportivo.
- h) Acompanhamento e Assistência ao Estudante mediante o trabalho de sete assistentes de alunos, sendo: quatro homens e três mulheres, dando suporte ininterrupto às atividades do ensino e da assistência estudantil nas duas unidades durante os três turnos de atividades.

A equipe DAE atua de forma articulada com o setor pedagógico na organização e execução de eventos, de campanhas, a saber: semana de integração, semana da saúde, festa junina, semana do estudante, confraternização natalina; das campanhas: janeiro branco, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul. Além disso, são realizados projetos sistemáticos na área de Orientação Profissional; Educação Sexual e Reprodutiva; Formação de Lideranças; Educação, Diversidade e Inclusão.

Ao abordar a assistência estudantil como estratégia de permanência não podemos omitir a legislação que trata da política de **cotas** para o ingresso de novos alunos no IFCE - aqui, restringimo-nos a falar do ingresso no ensino médio integrado ao técnico. Desde 2012, o instituto vem adotando o sistema de cotas nos seus processos seletivos com percentuais de vagas reservadas a estudantes provenientes de escola pública, com renda familiar por pessoa

de até 1,5 (um e meio) salário mínimo, para autodeclarados negros, pardos, indígenas e para pessoas com deficiência. A adoção do sistema de cotas pelo Instituto Federal do Ceará, infelizmente, não veio acompanhada do necessário investimento em ações que assegurem o êxito no percurso formativo especialmente do estudante proveniente de um ensino fundamental deficitário do ponto de vista da formação cognitiva; também é negligenciada a preocupação com as condições de permanência de estudantes pertencentes a famílias pobres (melhorias na estrutura de transporte, da residência estudantil) e de estudantes com deficiência (eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, aquisição de equipamentos para atender surdos, cegos). Esta breve exposição da realidade nos coloca diante da certeza de que as políticas de acesso devem estar casadas com as políticas de permanência.

4.3 Calços e Percalços da Intervenção do Serviço Social Junto aos Estudantes

Não raras são as ocasiões em que nos deparamos com a interpretação equivocada de que o trabalho realizado pelo assistente social no âmbito da instituição de ensino se configura como assistência social. No sentido de elucidar tal equívoco, iniciamos por reproduzir a fala de Yamamoto (2017, p. 31-32) sobre o assunto:

Existe uma necessária autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública. Profissão não se confunde com política pública de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que esta possa ser uma das mediações persistente na justificativa histórica da existência da profissão. Assim, seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado – um braço operacional do moderno príncipe -, ainda que a política pública – e particularmente a seguridade social – seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à “questão social”.

Com o apoio do trecho acima, apresentamos, a seguir, breve exposição das definições de Assistência Social, Serviço Social e Assistente Social para melhor iluminar o entendimento:

- a) Assistência Social é uma política social pública inscrita no Art. 203 da Constituição Federal de 1988, com regulamentação própria instituída pela Lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1988, 1993);
- b) Serviço Social é uma profissão liberal regulamentada no Brasil pela Lei Federal nº 8.662/1993. Serviço Social nomeia o curso de nível superior, na modalidade de bacharelado, e também o setor — dentro de uma instituição: uma escola, um hospital, uma empresa, etc. — que comporta o profissional de Serviço Social e ou os serviços/ações que lhe são próprias/privativas;
- c) Assistente Social é o profissional de Serviço Social - uma profissão inscrita na divisão técnica do trabalho, para exercê-la é necessário deter o título de Bacharel em Serviço Social, e estar inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da sua região.

Isso posto, ocupamo-nos, a seguir, de trazer uma breve retrospectiva da institucionalização do Serviço Social no Brasil antes de falar sobre o trabalho do Assistente Social na política de educação. As informações contidas no quadro abaixo permitirão ao leitor o conhecimento acerca do surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como servirão para enfatizar o caráter educativo da atuação do Assistente Social e, ainda, a sua intercessão com a educação escolarizada.

Devemos registrar que recorreremos aos trabalhos de Yamamoto (2017) e Mendonça (2006) para a construção do quadro que se segue:

Quadro 1 – Retrospectiva histórica do Serviço Social no Brasil

(continua)

Ano/ Período	Acontecimento	Mediações com a educação
1923	Fundação da Sociedade Brasileira de Higiene	“Abria o caminho ao Serviço Social na perspectiva de uma ação essencialmente educativa individual e coletiva no âmbito da saúde pública, visando a prevenção de doenças de massa (IAMAMOTO, 2017, p. 24).
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde	A prestação de <i>serviços sociais</i> era delegada por este ministério.
1936 - 1945	Surgimento das primeiras escolas de Serviço Social	Criadas no berço da Igreja Católica eram carregadas de ideal messiânico, formação para a caridade qualificada.
Pós Segunda Guerra Mundial	Ampla expansão da economia capitalista e da prestação de serviços sociais públicos. Institucionalização da profissão.	Na realização de trabalhos comunitários (com indivíduos e/ou grupos) e de educação popular (de conteúdo ideologizante, patrocinada principalmente por entidades confessionais), utilizando-se das estruturas dos equipamentos assistenciais urbanos (LBA, SENAI, SESI, Fundação Leão XIII) e rural (Clubes Agrícolas, Associações, Cooperativas). Em 1950, sob termo de cooperação com os Estados Unidos, foi criado o Serviço Social Rural- visava introduzir mudanças culturais e tecnológicas no meio rural, utilizando as técnicas de organização e desenvolvimento de comunidades, com vistas no melhoramento econômico e social das populações.

Quadro 1 – Continuação

<p>1965 a 1975</p>	<p>Movimento de Reconceituação.</p>	<p>No plano endógeno da profissão em vista da formação intelectual e política do assistente social. Associou-se à luta geral da classe trabalhadora, sendo impulsionado pela intensificação das lutas sociais na América Latina que se refratavam na universidade, nas ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis.</p> <p>Coincide com a ditadura militar no Brasil (1964-85), sua intenção foi de rompimento com as marcas conservadoras e modernizantes do serviço social – inserido nas várias políticas setoriais.</p> <p>Neste período a educação popular, com apoio nas contribuições do educador brasileiro Paulo Freire, assume um comportamento emancipador.</p>
<p>Final da década de 1970, anos 80</p>	<p>Expansão do capitalismo monopolista. Alterações no processo produtivo. Reorganização do Estado. Consolida-se um mercado de trabalho</p>	<p>As requisições por maior engajamento político profissional fortalecem as lutas coletivas em torno das políticas sociais públicas no enfrentamento das investidas do capital monopolista no setor produtivo.</p>
<p>Década de 1990</p>	<p>Lei de Regulamentação da profissão. Código de Ética Profissional</p>	<p>Intimamente relacionados à formação profissional, portanto, vinculados ao ensino em Serviço Social.</p>

Constata-se por essa exposição que o Serviço Social nasce e cresce no movimento do modo capitalista de produção, ocupando os espaços que aglutinam usuários das medidas assistenciais editadas pelo Estado e por entidades privadas — de modo mais expressivo, pela Igreja Católica — em atividades de conformação aos preceitos econômicos, mercadológicos que orientam para o lucro do capital. O assistente social foi (é) nesta mesma perspectiva, sendo inserido na política de educação.

4.2.3 O assistente social na política de educação

Pudemos constatar a estreita relação do trabalho do Assistente Social com a educação na seção que tratou da origem da Assistência Social, bem como pelos vários pontos de intercessão da atuação profissional na educação agrícola.

A política social é uma mediação fundamental do exercício profissional no âmbito das relações entre classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”. O assistente social atua na formulação, gestão, avaliação e financiamento dessas políticas, assim como na assessoria aos movimentos sociais (IAMAMOTO, 2017, p. 31).

Para alumiar a discussão acerca da atuação do assistente social na política de educação nos apoiamos no documento “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, produzido pelo Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social na Educação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o qual aponta para a necessidade de concebermos a educação como direito social e para as possibilidades de uma atuação profissional consonante com o projeto ético-político da profissão no que diz respeito a potencializar “formas de sociabilidade humanizadoras” no âmbito da Política de Educação, haja vista que,

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013, p. 33).

A partir desta compreensão de educação e do entendimento da assistência como direito social, portanto, para além de mero instrumento de garantia da sobrevivência (BRAVO; PEREIRA, 2007), da aliança entre educação e assistência espera-se que, “mais que superar a privação material deve-se formar cidadãos politicamente competentes” (DEMO, 2002, p. 73). Vislumbrando, então, a possibilidade de emancipação, de libertação no espaço da educação escolarizada é que enxergamos a Assistência Estudantil – que caracteriza a face assistencial na política de educação - para além da concessão de auxílios, ou de uma “bijuteria social”, como diz Demo (2002). Ou seja, a Assistência Estudantil constitui-se um recurso privilegiado de formação integral do estudante, a qual congrega a formação cidadã. A formação para a cidadania não raro é expressa como finalidade da educação, seja nos discursos, seja nos dispositivos legais. No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 e o Decreto que dá origem ao Instituto Federal sinalizam essa obrigatoriedade ao sistema de ensino (BRASIL, 1988, 1996).

O profissional de Serviço Social, dada a sua formação generalista e traço educativo da sua prática, aliados a exigente observância do Código de Ética Profissional e demais documentos regulatórios ou orientadores do sistema de ensino, estando inserido na política de educação, está apto a intervir no processo formativo dos estudantes. Segundo Iamamoto (2014, p. 215), “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade”. Também Faleiros (2014, p.709) chama a atenção para o fato de “a prestação de serviços sociais está condicionada pela legislação, pelo orçamento e pela gestão dos serviços num processo de trabalho dependente de uma subordinação gerencial”. Assim sendo, é indispensável a conduta investigativa sobre os condicionantes do

processo educativo no interior da instituição de ensino para que, a partir da identificação das concepções dos atores acerca de educação e de assistência (social e estudantil), possamos sugerir modelo de gestão mais condizentes com a nossa realidade.

Formas de enfrentamento dos desafios que esta mesma realidade impõe, sobremaneira ao assistente social, em relação a outros profissionais da educação, “porque possui no horizonte de sua intervenção profissional a responsabilidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental em defesa da radicalização de acesso aos direitos sociais” (SILVA, 2013, p. 144), são possíveis de serem vislumbradas a partir do entendimento e do reconhecimento do vínculo da política de educação com um projeto mais amplo de sociedade. Ou seja, a política de educação é uma política setorial, o acesso a ela se constitui um direito social, entretanto, não são todos os indivíduos que a acessam. Além disso, muitos daqueles que ingressam numa instituição de educação não têm garantidas as condições de permanência e êxito devido à ausência de efetividade de outras políticas setoriais como: saúde, trabalho, segurança, mobilidade urbana, entre outras que interferem no cotidiano da população.

Um dos grandes desafios postos aos profissionais da educação nos dias atuais é a democratização do ensino, pois, a expansão e a ampliação das vagas nas escolas, nos institutos (particularmente) e universidades não vieram acompanhadas da qualidade que se expressa na “formação relevante para o horizonte da emancipação humana” (SILVA, 2013, p. 145). Nos Institutos Federais, é contundente “a perspectiva de que é o assistente social o profissional responsável por enfrentar expressões da questão social representadas pelo fenômeno da pobreza, das desigualdades, das carências de toda sorte” (SILVA, 2013, p. 143); tal fato impõe ao profissional, a leitura crítica e a pesquisa a respeito da política de educação.

O Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, no seu Artigo 8º descreve as ações desenvolvidas pelo Assistente Social, dentre estas destacamos:

Realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população discente, contribuindo na identificação e intervenção dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, visando a permanência e êxito dos estudantes (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, 2015, p. 3).

Como se pode ver, além das normativas legais da profissão de assistente social, um importante documento regulatório das atribuições profissionais dos diversos atores que compõem a equipe da assistência estudantil no IFCE, requer deste a conduta investigativa e a intervenção qualificada sobre os fenômenos que interferem no percurso formativo de estudantes. Diante de uma realidade que requer o esforço e o empenho de todos os trabalhadores da educação, impõe-se ao Assistente Social, no âmbito das suas competências e atribuições e cumprimento do seu Código de Ética Profissional, colaborar com seu fazer profissional na superação do cenário de negação de direitos.

O exercício profissional do assistente social se realiza sob o norte teleológico de três dimensões: a técnico-operativa, a ético-política e a teórico-metodológica. A dimensão técnico-operativa é a que dá visibilidade ao trabalho deste profissional, porém, uma “intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p. 50). As mesmas autoras, dizem ainda:

Tais dimensões, dado o nível de complexidade da própria realidade social na qual o assistente social atua, bem como das sequelas da chamada questão social, as quais fornecem os objetos de intervenção profissional, também se complexificam e

aperfeiçoam, pois, é somente assim que a profissão torna-se capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p. 50).

Em pleno acordo com as autoras, podemos reafirmar a necessidade imposta ao assistente social no campo da política de educação, de empreender a atitude investigativa na identificação da realidade dos sujeitos e das expressões da *questão social* — entendida como “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 84) —, e também a busca do suporte teórico que lhe permita a interpretação desta mesma realidade de maneira crítica, sob a ótica da totalidade que congrega as políticas setoriais — não isentas das determinações políticas e econômicas. A dimensão ético-política, intrínseca ao profissional, é a que suscitará ou não o desejo de quebra do conformismo e da apatia diante das regras e dos serviços sociais designados aos campos de atuação.

No que tange ao exercício profissional no âmbito da política de educação cabe-nos ocupar também os espaços de luta, em conjunto com outros profissionais, na defesa dos interesses da classe trabalhadora, como prescreve o projeto ético-político da profissão. Sobrepujando para o campo da educação agrícola, destacamos a atualidade do recado de Sobral (2009, p. 94), nas suas considerações finais, quando faz a retrospectiva do ensino agrícola no Brasil:

O momento atual é fértil para a discussão de um projeto de formação profissional agrícola que priorize a coletividade, a autonomia e a emancipação humana, demandado pelos diversos movimentos sociais do campo [...] movimentos que historicamente foram excluídos das políticas de ensino agrícola.

Além de apontar para princípios concebidos como exigência ética e política de qualquer educador – a democracia, que implica participação e decisão coletivas; a cidadania; a autonomia dos sujeitos – está em perfeita sintonia com o que recomenda as diretrizes de atuação do assistente social na política de educação e com o projeto ético-político do assistente social. Este último, coloca para o profissional de serviço social, em qualquer área de atuação o enfrentamento de

[...] um desafio posto ao nosso projeto, na dimensão da intervenção política, é articular forças e construir alianças estratégicas com os que sofrem opressões econômicas e de classe, no campo racial, de orientação sexual, gênero e outras, que têm como projeto uma sociedade justa, fraterna, igual e capaz de autodeterminar seu futuro (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 199).

No âmbito da política de educação, mais precisamente na assistência estudantil no interior de uma instituição de ensino, cabe-nos fazer a acolhida e a escuta daqueles que são os usuários dos nossos serviços na mediação de conflitos que impedem o acesso aos bens e serviços necessários ao efetivo exercício dos direitos de cidadania.

4.2.4 O trabalho do assistente social no IFCE *campus* Iguatu

A inserção do Serviço Social no *campus* Iguatu se deu precisamente no ano de 2008, ainda sob a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu. No concurso público realizado no último trimestre de 2007 foi ofertada uma vaga para assistente social, tendo a classificada assumido efetivo exercício no ano seguinte. No ano de 2010 é criado o curso de

Bacharelado em Serviço Social no *campus*; a ocupante do cargo de assistente social é aprovada em concurso para docente, deixando a vaga de Técnico Administrativo ociosa. Em 2011 ocorre o primeiro concurso de remoção no IFCE, no qual concorremos à vaga de Iguatu. De acordo com registros encontrados, bem como de conversas com a profissional que nos antecedeu pudemos identificar como atribuições do profissional de Serviço Social:

- a) atividades socioeducativas em conjunto com o serviço de psicologia junto aos alunos em regime de internato;
- b) avaliação socioeconômica da seleção de bolsistas do Programa Bolsa de Trabalho (extinto em 2013, posteriormente substituído pelo Auxílio Acadêmico e depois pelo Auxílio Formação);
- c) atendimentos individuais a estudantes e familiares em assuntos do serviço social;
- d) encaminhamentos a equipamentos da rede socioassistencial;
- e) organização e/ou participação em eventos comemorativos institucionais.

O Assistente Social integra, como vimos, a equipe multiprofissional da assistência estudantil. O Serviço Social está estreitamente vinculado aos Serviços de Psicologia e de Saúde e ao Setor Pedagógico no desenvolvimento de ações de cunho socioeducativo, na organização e execução de eventos e campanhas acima citados. Por meio da elaboração e da execução de projetos (especialmente aqueles desenvolvidos por estagiários de Serviço Social, supervisionados pela pesquisadora⁵), da intervenção junto a indivíduos e grupos buscamos continuamente desmistificar a redundância assistencial da Política de Assistência Estudantil, que a restringe à concessão de auxílios, pois,

O Assistente Social tem importante papel na construção de análises totalizantes em torno das expressões da questão social nos espaços educacionais, de modo a problematizar a percepção dos atores que ali atuam formam sobre a família contemporânea, sobre as condições de aprendizado dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, sua percepção sobre a escola e suas condições de permanência (e identificação) neste ambiente (LESSA, 2013, p. 115).

Para desempenhar esse papel “o trabalho profissional do Serviço Social nos espaços da política pública de educação ocorre a partir de três eixos: a dimensão socioeducativa da profissão, a democratização da educação e a articulação entre essa política e as demais” (FREITAS; ENGLER, 2015, p. 43). Estas dimensões se mesclam nas atividades cotidianas que incluem os atendimentos individuais e coletivos; a supervisão de estágio; as análises socioeconômicas; a emissão de pareceres; a participação nos encontros pedagógicos, nos conselhos de classe, no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), nos programas, projetos, campanhas e eventos realizados no e pelo *campus*- e também em nível de IFCE e por órgãos de outras esferas de governo como as secretarias municipais da Assistência Social, da Saúde, da Educação do município de Iguatu.

Os desafios internos e externos são muitos: invisibilidade da dimensão educativa, desvalorização (por exemplo: na negligência da garantia das condições éticas e técnicas de trabalho segundo as normas do conselho federal da categoria), desconsideração de pontos de vista, de sugestões apresentadas em planejamentos. Temos ciência de que tais desafios existem em decorrência da histórica condição de subalternidade a que a assistência é submetida em relação às demais políticas e da associação que se faz dela com o Serviço Social, bem como da concepção de educação que diferencia os atores constituintes do espaço de escolarização e dos setores/órgãos estruturantes da política de educação, especificamente a

⁵ Desde o ano de 2013, o Setor de Serviço Social do *campus* Iguatu recebe estudantes do Curso de Serviço Social para a realização das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II. No Estágio Supervisionado II o estagiário deve desenvolver um Projeto de Intervenção. Desde então, foram desenvolvidos os projetos: Educando para a cidadania (2013); Conversando a gente aprende (2014); Educação, sexualidade e relações de gênero (2015); Escola sem homofobia (2016); Assistência estudantil: o que você precisa saber? (2017).

educação profissional. Para o Serviço Social do *campus* Iguatu - e de todo o IFCE, podemos acrescentar sem temor ou incerteza - “a proposta de educação que orienta a práxis dos assistentes sociais não pode ser aquela que reproduz as relações sociais presentes na sociedade, mas, antes, uma educação orientada para a promoção do ser humano enquanto sujeito coletivo” (FREITAS; ENGLER, 2015, p. 43). Nesta perspectiva, seguimos em frente!

Repetindo a saudação de Marilda Iamamoto no final da sua fala no XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)/2016, que cita um trecho da canção “Maria, Maria” de Milton Nascimento, encerramos esta seção dizendo que os enfrentamentos são diários,

“[...]
Mas é preciso ter força.
É preciso ter graça,
É preciso ter sonho sempre.
Quem tem na pele esta marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida
[...]” (NASCIMENTO; BRANT, p1978).

5 METODOLOGIA

A fundamentação teórica, fruto da pesquisa bibliográfica, nos permitiu a apropriação de conhecimentos acerca das políticas de educação e de assistência e a estreita relação entre ambas. Todavia, considerando que os participantes da pesquisa foram adolescentes, foi fundamental incorporar outro conhecimento a este trabalho: não pudemos nos furtar de acrescentar informações acerca da **adolescência**. À investigação quanto aos fatores de permanência na instituição é imprescindível considerar e compreender esta fase da vida porque passam os participantes, tendo em vista tratar-se do período em que é iniciada a construção do **projeto de vida** e a escola tem uma importante parcela de contribuição nesta construção. Para analisar, pois, os fatores que influenciam a tomada de decisão quanto à permanência do estudante adolescente no curso e na instituição, obrigatoriamente, remetemo-nos a um mínimo de entendimento sobre a adolescência e projeto de vida.

A partir da narração de uma história fictícia, Calligaris (2000) expõe que a pessoa humana leva aproximadamente 12 anos para se integrar à cultura da comunidade onde habita. No processo de integração ela (a pessoa) aprende “que há dois campos que nos importa se destacar para chegar à felicidade e ao reconhecimento pela comunidade: as relações amorosas/sexuais e o poder (ou melhor, a potência) no campo produtivo, financeiro e social.” (CALLIGARIS, 2000, p. 14). Ao concluir a fase de adaptação e apreensão da cultura comunitária a pessoa é submetida a uma “moratória” que a coloca em uma situação paradoxal de transição entre dependência e autonomia: aprendeu, mas não pode executar por si só muitas atividades, tomar decisões... Decorre daí outra característica da adolescência: a rebeldia frente ao cumprimento de regras e aos cerceamentos que lhe são impostos pelos adultos. A partir desta percepção podemos compreender que o conteúdo biopsicológico é insuficiente para definir o adolescente; que é fundamental considerar o contexto econômico e cultural no qual está inserido, pois as relações que se estabelecem no campo da sexualidade, da cultura, da inserção no trabalho – instigadas, na modernidade, para o ideal de independência – “flutuam de potencial transformador para risco de vulnerabilidade” (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011, p. 51). A vivência do paradoxo (da moratória), no período de transição, pode ser fortalecedora do amadurecimento ou reforçadora da fragilidade que sucumbe aos malefícios sociais. Coincide, tal período, com a construção do projeto de vida, sobre o que explicitamos:

Projeto de vida é uma categoria que contempla a dinâmica sócio histórica e o movimento de construção das identidades. [...] É a partir do projeto de vida que o “bicho-humano” vai dando sentido a sua vida e orientando-a. O processo de construção da identidade é compreendido, paradoxalmente, como transformação e multiplicidade, de um lado, e como unicidade e permanência, de outro. [...] A identidade é o processo de construção e representação de si, a partir do contexto social e da historicidade (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011, p. 55).

A construção do projeto de vida e da identidade convergem num processo que ocorre paralelamente. Os meios utilizados nesse processo de construção estão dispostos no contexto social e histórico; trata-se, pois, de um movimento dinâmico onde o sujeito influencia e é influenciado segundo as relações estabelecidas no cotidiano.

5.1 Tipo de Pesquisa

O caráter investigativo do profissional de serviço social coaduna com a ideia de Minayo (2013, p. 16), de que “As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos”. A inserção do Assistente Social na Política de Educação, mais precisamente, na Assistência Estudantil, instiga-nos à compreensão do significado da nossa prática nesse espaço ocupacional. Imprescindível, pois, nos debruçarmos sobre a apreensão da realidade na qual desenvolvemos nosso trabalho e ao estudo dos conceitos que impregnamos no nosso fazer profissional. Haja vista que,

No trabalho cotidiano o assistente social lida com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e seguimentos populacionais, que são atravessados por determinações de classe. São desafiados a desentranhar, da vida dos sujeitos singulares que atendem, as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potencializando-a em fóruns e espaços coletivos (IAMAMOTO, 2017, p. 30).

Desentranhar as dimensões universais e particulares para fazer o trânsito das situações particulares para o geral impõe-nos cercarmos de dados, de indicadores que justifiquem e qualifiquem a luta por igualdade, por democracia, por direitos – no caso específico deste estudo, pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos. De modo a corresponder aos objetivos propostos foi empreendida uma pesquisa de campo. Quanto ao objetivo, é do tipo exploratório-descritiva – exploratória porque investiga causas de um fenômeno; descritiva porque se propõe desenhar as razões que dão sustentação à permanência dos estudantes.

A abordagem é classificada como qualitativa e quantitativa. Qualitativa, ao passo que empreende a análise documental – na trilha de localização e acesso aos sujeitos e registros físicos de ações de cunho assistencial no interior da instituição – e a pesquisa bibliográfica – a qual possibilitou a construção de arsenal teórico que, por sua vez, nos permitiu estabelecer o diálogo com diferentes autores, facilitando e enriquecendo a leitura e a interpretação das falas e informações coletadas por meio dos instrumentos de coleta de dados. Quantitativa porque faz uso de dados numéricos para ratificar e validar análises argumentativas.

5.2 Local do Estudo

O lócus do estudo foi o IFCE *campus* Iguatu. A escolha deste se justifica por ser o lugar do fazer profissional da pesquisadora.

Chegando ao *campus* Iguatu em 2011, nos deparamos com uma estrutura de escola bem distinta daquelas que conhecíamos até então: níveis e modalidades de ensino que vão desde o ensino médio integrado ao técnico, técnico subsequente; PROEJA; ensino superior (nas modalidades licenciatura, bacharelado e tecnológico); pós-graduação e o que mais diferencia “a escola” (como é tratada até hoje) das demais: a oferta de 03 formas de regime de matrícula: internato, semi-internato e externato.

O *campus* Iguatu possui uma estrutura composta por duas unidades:

- a) Unidade I ou Unidade Areias: (onde funcionou a Escola de Economia Doméstica que deu origem ao que hoje conhecemos como *campus* Iguatu do Instituto Federal do Ceará), situada na Rua Deoclécio Lima Verde, S/N, Areias, onde se concentram

os cursos Integrado em Nutrição e Dietética, Integrado em Informática, Subsequentes em Nutrição e Dietética, Informática e Comércio;

- b) Unidade II ou Unidade Cajazeiras: situada na Rodovia Iguatu/Várzea Alegre, km 05 – Vila Cajazeiras, onde funcionam os cursos Integrados e Subsequentes em Agropecuária, Agroindústria; Técnico em Zootecnia, PROEJA e os cursos superiores de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Licenciatura em Química, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Serviço Social.

Em ambas as unidades se encontram residências de estudantes em regime de matrícula interno: sendo a residência masculina na Unidade Cajazeiras (com capacidade para até 170 internos, atende atualmente 61 estudantes) e a residência feminina na Unidade Areias (com 40 internas).

O número de alunos matriculados no semestre 2017.1 (quando da elaboração do projeto de pesquisa), de acordo com a ferramenta “IFCE em Números”, é de 1.606. Estando estes distribuídos em 4 cursos Integrados (Agropecuária, Agroindústria, Informática e Nutrição e Dietética, com 345 alunos); 5 cursos Subsequentes (Agroindústria, Zootecnia, Nutrição e Dietética, Comércio, Informática, com 572 alunos); 3 cursos Superiores (Bacharelado em Serviço Social, Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Licenciatura em Química, com 689 alunos). Em 2018, teve início o funcionamento do curso de Licenciatura em Geografia – que recebeu 33 estudantes – e a utilização de novo bloco pedagógico com 10 (dez) salas de aula, 2 (dois) laboratórios. Atualmente, semestre 2018.1, o *campus* possui 1.717 alunos matriculados, sendo: 729 de curso em 4 cursos superiores, 393 de 3 cursos técnicos integrados ao médio, 564 de 6 cursos subsequentes e 31 de um curso de especialização. Dispõe de 205 servidores, sendo 117 Técnicos Administrativos e 88 docentes.

5.3 Participantes

O universo da pesquisa foi composto por estudantes matriculados e com frequência regular no Curso Integrado em Agropecuária do *campus* Iguatu no ano de 2018. A razão da escolha deste curso se deve ao fato de ser este o que melhor caracteriza o ensino agrícola e por ser o primeiro a funcionar na instituição.

No semestre 2018.1, o Curso Integrado em Agropecuária mantém três turmas: 1º, 3º e 5º semestres, com um total de 97 estudantes matriculados. Os números de matrículas em cada semestre são: 43 alunos no primeiro, 26 no terceiro e 28 no quinto.

Segundo o sexo temos: 80 meninos (35 no 1º, 21 no 3º e 24 no 5º semestre) e 17 meninas (8 no 1º, 05 no 3º e 4 no 5º semestre) – números que corroboram a predominância masculina no curso. A idade dos discentes está entre 15 e 19 anos.

Quanto à matrícula em regime de internato, as configurações se mostram assim: 42 estudantes, sendo 38 meninos e 4 meninas; no primeiro semestre 14 estudantes do sexo masculino e 1 do sexo feminino; no terceiro semestre, 12 masculino e 1 feminino; e, no quinto semestre, 12 masculino e 2 feminino.

Não foram estabelecidos critérios de Inclusão ou Exclusão para a participação. O aceite para participar do estudo se deu de forma espontânea pelos estudantes por ocasião da apresentação da pesquisa em sala de aula, mediante as respostas ao questionário. Do total de alunos matriculados (97), participaram deste estudo: 32 do primeiro, 23 do terceiro e 16 do quinto. Totalizando 71 participantes.

5.4 Instrumentos

Os instrumentos de coleta de dados foram questionário e observação sistemática.

O questionário (Apêndice A) foi construído pela pesquisadora com a finalidade de subsidiar a construção do perfil socioeconômico dos participantes - a partir de variáveis como idade, regime de matrícula, procedência urbana ou rural, escolaridade dos pais e renda familiar -, bem como a análise de dados referentes aos fatores que influenciam o ingresso e a permanência. Quanto ao tipo de pergunta, o questionário é composto por perguntas fechadas e abertas que possibilitam a caracterização das ações de corte assistencial e a influência destas na vida escolar dos participantes. As perguntas de 01 a 13 atenderam ao objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos participantes; as questões de 14 a 16 e 24 a 26 permitiram conhecer sobre o processo de acesso e sobre o nível de satisfação com a instituição; da questão 17 até a 23 os inquiridos responderam sobre os fatores facilitadores e dificultadores da sua permanência. Quanto ao modo de aplicação, deu-se por contato direto da pesquisadora com os participantes.

Observação Assistemática: por tratar-se de estudo exploratório, porque estamos presente no lugar do estudo e utilizamos informações contidas em anotações próprias (de registro e observação da nossa prática) e documentos do cotidiano institucional como técnica exploratória para “complementar as informações obtidas por outros instrumentos de coleta” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Os documentos institucionais consultados foram:

- a) Entrevista Social (Anexo A) – instrumental técnico aplicado pelo profissional de Serviço Social por ocasião da solicitação da matrícula em regime interno e semi-interno.
- b) Formulário Socioeconômico (Anexo B) – instrumental técnico utilizado pelo profissional de Serviço Social, preenchido por estudante solicitante de auxílio ao discente nas modalidades: moradia, transporte, óculos, discente mãe/pai, formação.
- c) Ata e Plano de Ação do Conselho de Classe do Curso Integrado em Agropecuária.

5.5 Análise dos Dados

A análise dos dados deu-se pelo emprego do método histórico dialético por ser este o que busca, pelo questionamento, a essência na dinâmica da realidade e das relações estabelecidas, não se detendo na aparência (MINAYO, 2013). Foram utilizados, além dos dados coletados nos questionários, os registros de atividades que integram o cotidiano profissional da pesquisadora: Entrevista Social (com candidatos aos regimes de internato e semi-internato); Formulário Socioeconômico (preenchido pelo requerente de auxílio ao discente); Ata e Plano de Ação do Conselho de Classe do Curso Integrado em Agropecuária, haja vista, ser a pesquisadora uma das representantes do Departamento de Apoio Estudantil (DAE) no referido conselho.

Como sugere Minayo (2013), motivos de ordem teórica, prática e pessoal devem dar sustentação à justificativa de um projeto de pesquisa. No que diz respeito ao **motivo de ordem teórica**, como descrito em parágrafos antecedentes, a produção de dados e análises acerca da temática da permanência, bem como do perfil socioeconômico dos discentes, no *campus* Iguatu é falha, quase inexistente. Quanto ao **motivo de ordem prática** este estudo possibilita, especialmente à equipe multidisciplinar da Assistência Estudantil, o suporte para pensar e elaborar as suas ações e, à gestão, o fortalecimento das estratégias de permanência dos estudantes a partir do ponto de vista destes. O **motivo de ordem pessoal** se manifesta no fato deste estudo estar intimamente relacionado ao cotidiano profissional da pesquisadora.

Para efeito didático, as análises foram sistematizadas de acordo com os objetivos específicos estabelecendo diálogo permanente com o referencial teórico. Deste modo, foram consideradas as variáveis: modalidade de matrícula: interno, semi-interno e externo; situação socioeconômica – que, por sua vez, incorpora o nível de renda familiar, a escolaridade dos

país – no sentido de permitir o desenho do perfil dos participantes da pesquisa relacionando às condições materiais aos interesses educacionais; a interferência da assistência estudantil na permanência e os motivos que determinam a permanência.

5.6 Procedimentos

A pesquisa documental ocorreu no período de análise dos dados, por meio da consulta (leitura e análise) dos registros no formulário de entrevista social com os candidatos a vagas na residência (Anexo A), no sentido de corroborar o motivo da procura pelo *campus*. Também a ata do Conselho de Classe e o Plano de Ação foram consultados com a finalidade confirmar algumas das respostas obtidas no questionário, bem como tecer paralelo com os dados apresentados no Plano Estratégico de Permanência do IFCE, o qual revela os fatores que motivaram a evasão de estudantes dos *campi* do IFCE.

O acesso aos participantes deu-se pela interlocução com o Departamento de Ensino, por meio da Coordenação Técnico Pedagógica do *campus*, no sentido de conseguir a concessão de espaço em sala de aula para a apresentação da pesquisa e solicitação aos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária para participarem do estudo, respondendo o questionário.

Todos os requisitos éticos e legais acerca do desenvolvimento de pesquisa com seres humanos foram cuidadosamente observados, respeitados. Assim, para se cumprir as determinações legais, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE, obtendo parecer de aprovação em 11 de maio de 2018 (Apêndice E).

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice B): elaborado com base nas recomendações do CEP foi disponibilizado aos estudantes maiores de 18 anos junto com o questionário. O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice C): elaborado com base nas recomendações do CEP foi disponibilizado aos estudantes com idade inferior a 18 junto com o questionário para posteriormente ajuntar-se ao TCLE/Responsáveis (Apêndice D): elaborado com base nas recomendações do CEP que fora entregue aos adolescentes com idade inferior a 18 anos por ocasião da apresentação da pesquisa, com as devidas orientações e recomendações, para serem levados ao seu representante legal para assinatura autorizando a sua participação. Algumas assinaturas foram recolhidas por ocasião do “Encontro IFCE e famílias”, quando tivemos de a oportunidade de expor sobre a pesquisa aos pais e mães presentes no encontro.

Quanto à aplicação do questionário, se deu por contato direto da pesquisadora com os participantes em grupos distribuídos de acordo com o semestre que estão cursando, ou seja: 1º, 3º e 5º semestres do Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu. Após o recebimento dos termos devidamente assinados, solicitamos junto à Direção de Ensino, um segundo momento em sala de aula para a aplicação do questionário por turma. No primeiro semestre, por se tratar de uma turma numerosa (43 alunos), contamos com o apoio de estagiários do Serviço Social para aplicação do questionário. No terceiro e no quinto semestres ocupamos – sem colaboradores - horários vagos, não carecendo, pois, de cessão de aula.

De início, por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, no sentido de evitar qualquer influência nas respostas que a presença da pesquisadora pudesse provocar, o questionário seria aplicado por bolsistas e estagiários do Curso Bacharelado em Serviço Social (em Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II do *campus* Iguatu sob a supervisão da pesquisadora) junto aos estudantes em sala de aula, portanto, em grupos de acordo com o semestre que estão cursando. Entretanto, porque houve mudanças de estratégias e os horários não coincidiram com a presença dos estagiários e bolsistas, a própria

pesquisadora aplicou os questionários. O que foi muito positivo, pois os estudantes levantaram questionamentos e manifestaram dúvidas com relação ao questionário que só a pesquisadora poderia responder.

O resultado do estudo será devolvido aos participantes e aos diversos atores institucionais (gestores, equipe multiprofissional da assistência estudantil) para que sejam encaminhadas proposições de ações suscitadas pela pesquisa.

Por fim, do texto da dissertação será extraído um artigo científico com os resultados obtidos na pesquisa para ser submetido à publicação em periódico de veiculação nacional.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Perfil Socioeconômico: a Educação como Vetor de Superação da Pobreza

Foi possível analisar, por ocasião do estudo sobre as políticas de educação e de assistência social, que em alguns momentos da história a educação é concebida como depositária das possibilidades de superação da pobreza, de quebra do círculo vicioso da pobreza. Também a assistência social sofre o estigma de se reservar a atender o pobre/o miserável, o despossuído da sorte. Porém, ficou bem clara a impossibilidade de uma ou de outra política dar resolutividade, de forma isolada, às problemáticas resultantes das desigualdades produzidas no sistema capitalista de produção. Uma e outra, entretanto, junto a outras políticas setoriais, podem funcionar como fortalecedora da cidadania, da democracia, da autonomia dos sujeitos usuários dos seus serviços.

Traçamos o perfil socioeconômico dos participantes a partir dos indicadores sociais: renda familiar, escolaridade e profissão dos pais, residência urbana ou rural, pertencimento ao programa de transferência de renda Bolsa Família⁶, para, em seguida, confrontarmos o perfil com as respostas às perguntas sobre as motivações para o ingresso na instituição e no curso.

O Curso Integrado em Agropecuária conta com uma matrícula de 97 alunos, distribuídos em três semestres: 43 no primeiro, 26 no terceiro e 28 no quinto semestre. Dentre estes, ratificando a predominância masculina no curso, apenas 17 matrículas são do sexo feminino (08 no 1º, 05 no 3º e 04 no 5º semestre). Do número total de alunos, 71 participaram da pesquisa, respondendo o questionário, sendo: 32 estudantes do primeiro semestre; 23 do terceiro e 16 do quinto. Os participantes da pesquisa estão na faixa etária entre 14 e 19 anos de idade.

No Gráfico 1, são exibidas as informações relativas à renda familiar dos estudantes:

⁶ O Programa Bolsa Família instituído em 2003, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e nos estados e municípios pelas Secretarias de Assistência Social ou congêneres, beneficia famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza, utilizando o critério de renda *per capita* para caracterizar uma ou outra situação. Realiza transferência de renda para família cuja *per capita* é de R\$ 170,00. A família deve estar cadastrada no Cadastro Único. O repasse financeiro à família está atrelado ao cumprimento de condicionalidades, dentre as quais está a matrícula e a frequência da criança e do adolescente em instituição de ensino.

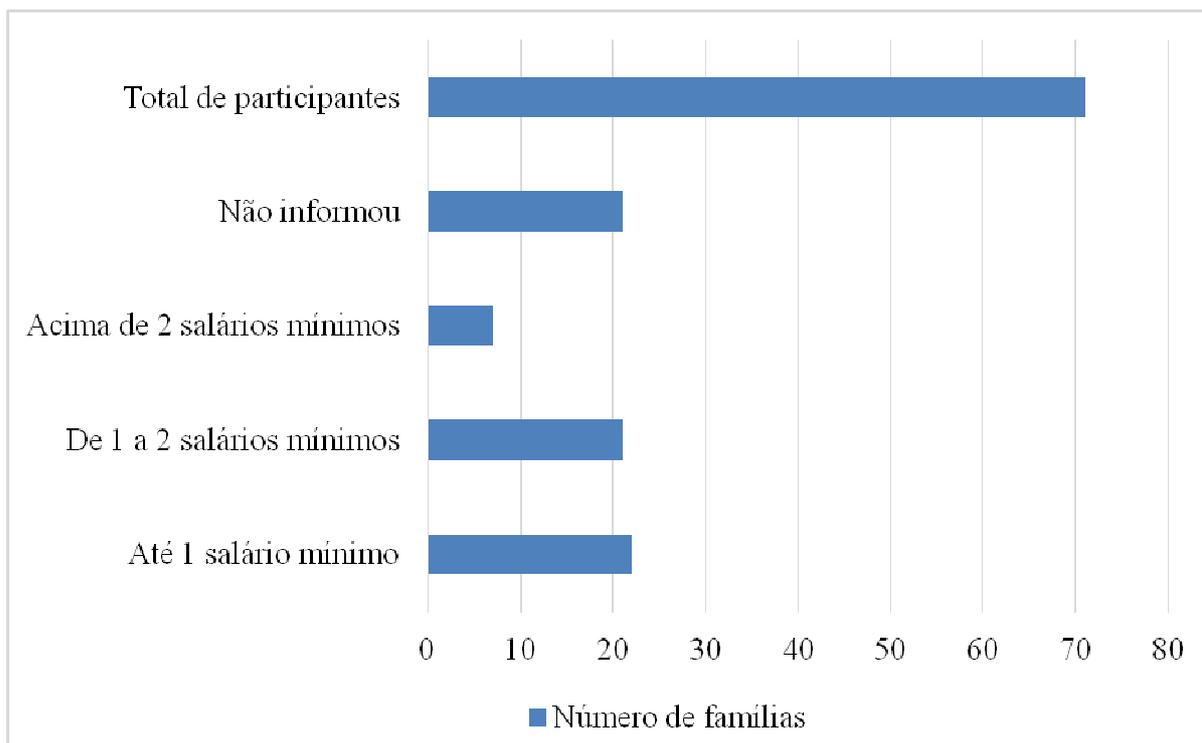


Gráfico 1 - Renda familiar dos participantes

Os sujeitos portadores dos critérios de beneficiários, tanto do PNAES quanto da “Lei de Cotas”, são aqueles cuja renda familiar per capita seja até 1,5 (um e meio) salário mínimo. Pelo que expõe a o Gráfico 1, os estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do *campus* Iguatu, estão situados na faixa da pobreza. Importa ressaltar que o programa e a lei referidos (PNAES e cotas) consideram a renda *per capita*; aqui é apresentada a renda familiar.

Posto que nenhuma família é composta por menos de duas pessoas, a totalidade das famílias dos alunos participantes está com a *per capita* abaixo de um e meio salário mínimo, pois, quanto a composição familiar, tivemos: 24 famílias compostas por 3 (três) membros; 20 por 4 (quatro) membros e 18 por 5 (cinco) membros. A composição familiar dos estudantes pesquisados confirma, também, uma tendência da sociedade na atualidade: a inexistência de famílias numerosas.

Quanto à renda, contabilizando apenas as 50 respostas dos que informam o valor da renda, 43 das famílias sobrevivem com até dois salários mínimos; sendo que em mais de 60% dos domicílios a renda é proveniente do trabalho de uma só pessoa e em 32% das casas, duas pessoas são mantenedoras. De acordo com as informações dos participantes, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ocupam um percentual de aproximadamente 54%.

Quadro 2 – Resumo do perfil socioeconômico nos aspectos referentes à renda e procedência

Famílias com renda familiar até dois salários mínimos	Quanto ao número pessoas na família				Quanto ao número de mantenedores			Famílias que recebem Bolsa Família	Procedência	
	03	04	05	Outros	01	02	Outros		Rural	Urbana
86%	33,81%	28,17%	25,35%	12,67%	60%	32%	8%	54%	47%	53%

O quadro do perfil socioeconômico é revelador da relevância da oferta de condições de permanência no que tange a oferta de recursos materiais para o deslocamento, a alimentação (funcionamento do curso em dois turnos consecutivos), o material didático e outros elementos de apoio a famílias, principalmente aquelas que não podem garantir tais recursos devido aos limites orçamentários que são impostos pelas condições de trabalho e assalariamento. Além dos elementos que compõem a **assistência material** outros serviços de conotação assistencial são necessários a uma permanência que aspire ao êxito do estudante.

6.1.1 As implicações do nível de escolaridade na composição do perfil socioeconômico

No Gráfico 2 a seguir, apresentamos o nível de escolaridade dos pais dos estudantes. Pesquisadores e órgãos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por exemplo, sempre fazem a associação da escolaridade com o nível de renda e de emprego, trazendo resultados que corroboram o alto índice de desigualdade entre pessoas com maior e menor escolaridade: quanto menor a escolaridade, menor a renda; situação que remete para outro aspecto que será analisado a seguir: de que a educação – melhor dizendo, a escolarização – quanto mais elevado o nível maiores possibilidades de vislumbrar a mobilidade e a ascensão social.

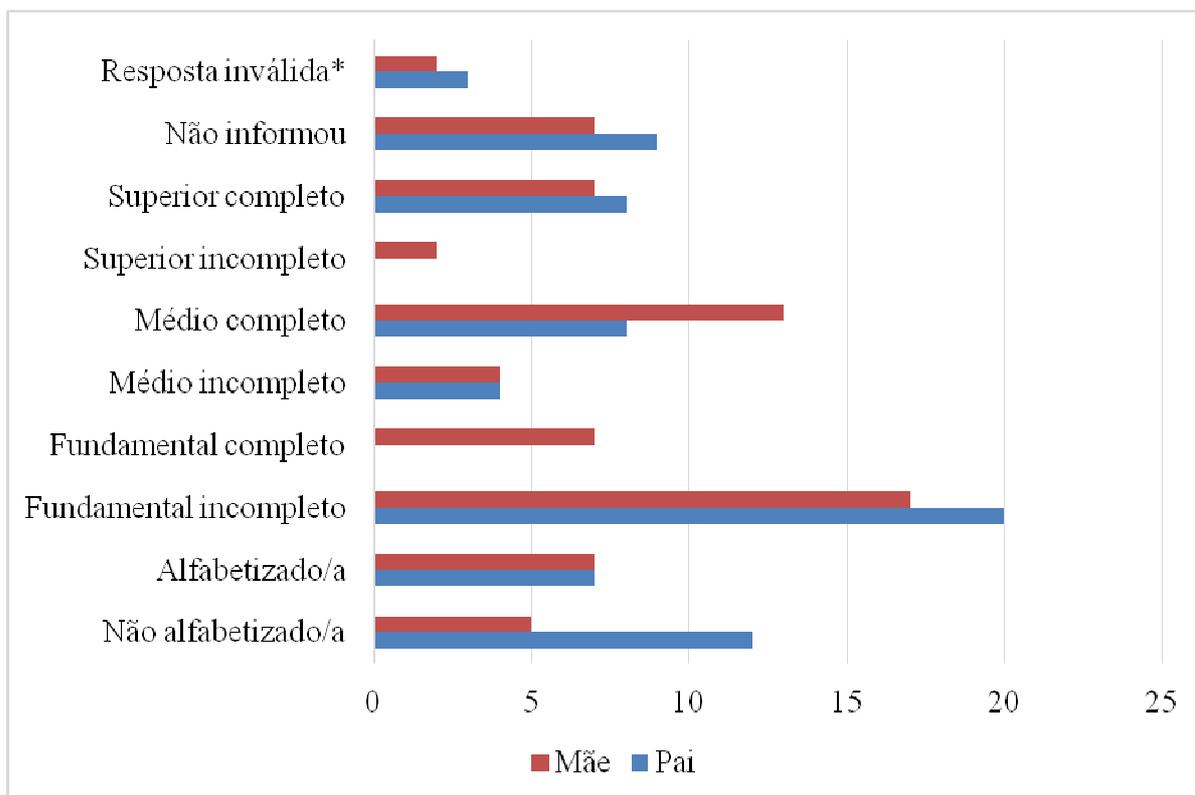


Gráfico 2 - Escolaridade do pai e da mãe

Nota: *Consideramos inválida a questão que teve mais de uma opção assinalada.

O nível de escolaridade da maioria dos genitores é baixo. O número de analfabetos é elevado: 12 pais e 5 mães – não nos detivemos na comparação dos dados de escolarização com a profissão e o local de moradia, porém, durante a leitura e tabulação dos questionários fizemos esta observação: geralmente os analfabetos são agricultores e moradores da zona rural. Esta constatação evidencia a continuidade das desigualdades sociais quanto à oferta da escolarização refletidas na situação de classe e na ocupação do espaço urbano e rural. Novamente desprezando o quantitativo de 21 respostas não informadas e inválidas, contabilizamos 121 respostas, sendo: 59 pais e 62 mães; neste universo somam-se 27 pais e 24 mães alfabetizados ou com nível fundamental incompleto; com o nível fundamental completo temos 07; com nível médio incompleto e completo temos 29 genitores; e, somando-se os 02 com nível superior incompleto aos 15 com nível superior completo, obtemos um percentual igual ao de analfabetos.

A crença de que o curso profissionalizante e ou superior favorecem para a ascensão econômica via ingresso no mercado de trabalho com melhor condição de emprego e renda está presente nas respostas dos participantes ao expressarem a razão porque escolheram o *campus* Iguatu para dar prosseguimento aos estudos:

Pelo ensino diferenciado e pela possibilidade de fazer um ENEM preparado (estudante do 1º semestre).

Porque o curso é essencial para a profissão que eu quero e só encontrei aqui (estudante do 1º semestre).

Porque do *campus* Iguatu saem bons profissionais formados (estudante do 1º semestre).

Por fazer o ensino médio e junto fazer o técnico [...] (estudante do 1º semestre).

Porque oferece cursos que podem me ajudar pra faculdade (estudante do 1º semestre).

Porque [...] é bom para ser bons profissionais (estudante do 13 semestre).
 Porque [...] quero ajudar meus pais (estudante do 1º semestre).
 [...] pra sair formado (estudante do 1º semestre).
 [...] por abrir mais portas no mercado de trabalho e universidades (estudante do 5º semestre).

Estas falas são reforçadas nas respostas de dois participantes à pergunta seguinte, que questiona: “Por que você escolheu o Curso Integrado em Agropecuária?”, para o que responderam:

Porque em comparação com outros cursos, na minha visão, é o que eu poderia trabalhar e ter um bom salário (estudante do 3º semestre).
 Facilidade de emprego na minha região (estudante do 5º semestre).

No que se refere ao favorecimento do ingresso no nível superior, a quase totalidade das respostas enfocam a qualidade do ensino e 19 expressam (literalmente) a escolha do curso como caminho que leva para a formação superior. Também na entrevista para a seleção do internato (Anexo A), realizada pela assistente social, fica evidenciado o crédito da educação para a melhoria das condições de vida quando o estudante ou um familiar afirmam o desejo de estudar numa escola de boa qualidade com vistas na qualificação profissional que lhe garanta uma vaga no mercado de trabalho e no bom êxito na disputa pelo ingresso num curso superior, manifestado em expressões como: “quero que meu filho estude para ter uma vida melhor” ou “quero ter uma profissão e um bom emprego para ajudar minha família”.

O gráfico seguinte expõe as profissões/ocupações dos pais e mães para dar realce a outra preocupação/desejo da família: a de que os filhos se formem para ter um futuro melhor do que o que eles podem oferecer.

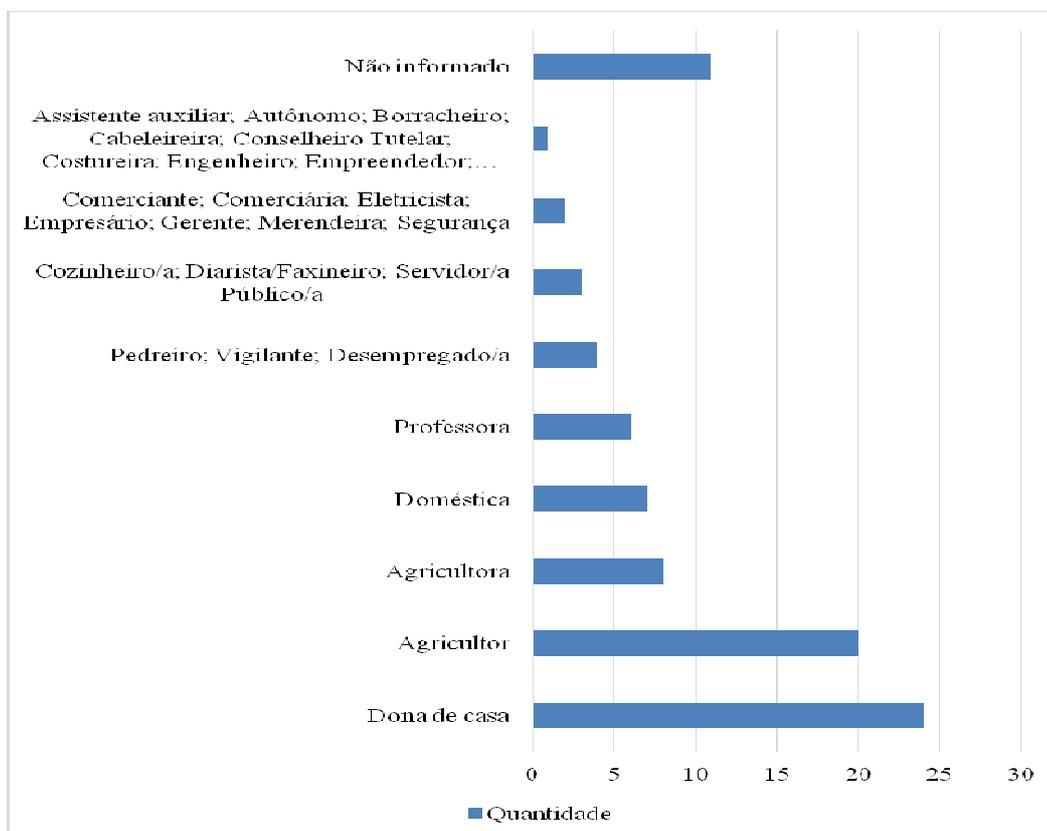


Gráfico 3 - Profissão do pai e da mãe

Pode-se conferir que a maioria das profissões não exigem escolaridade. Os motivos apresentados para a escolha do *campus* e do curso, expostos no gráfico a seguir, comprovam o desejo dos estudantes respondentes em dar prosseguimento aos estudos, não esbarrando no nível médio/técnico, superando o nível de escolaridade dos pais. As perspectivas de ingresso num curso superior e de melhor condição de trabalho e emprego pelo viés da formação acadêmica são, respectivamente, evidenciadas nas respostas onde dizem que escolheram a escola “porque prepara para o ENEM, para o ingresso no curso superior” e “para ter uma profissão, conseguir emprego”, como pode ser conferido no gráfico que expõe os motivos da escolha pelo *campus* e pelo Curso Integrado em Agropecuária.

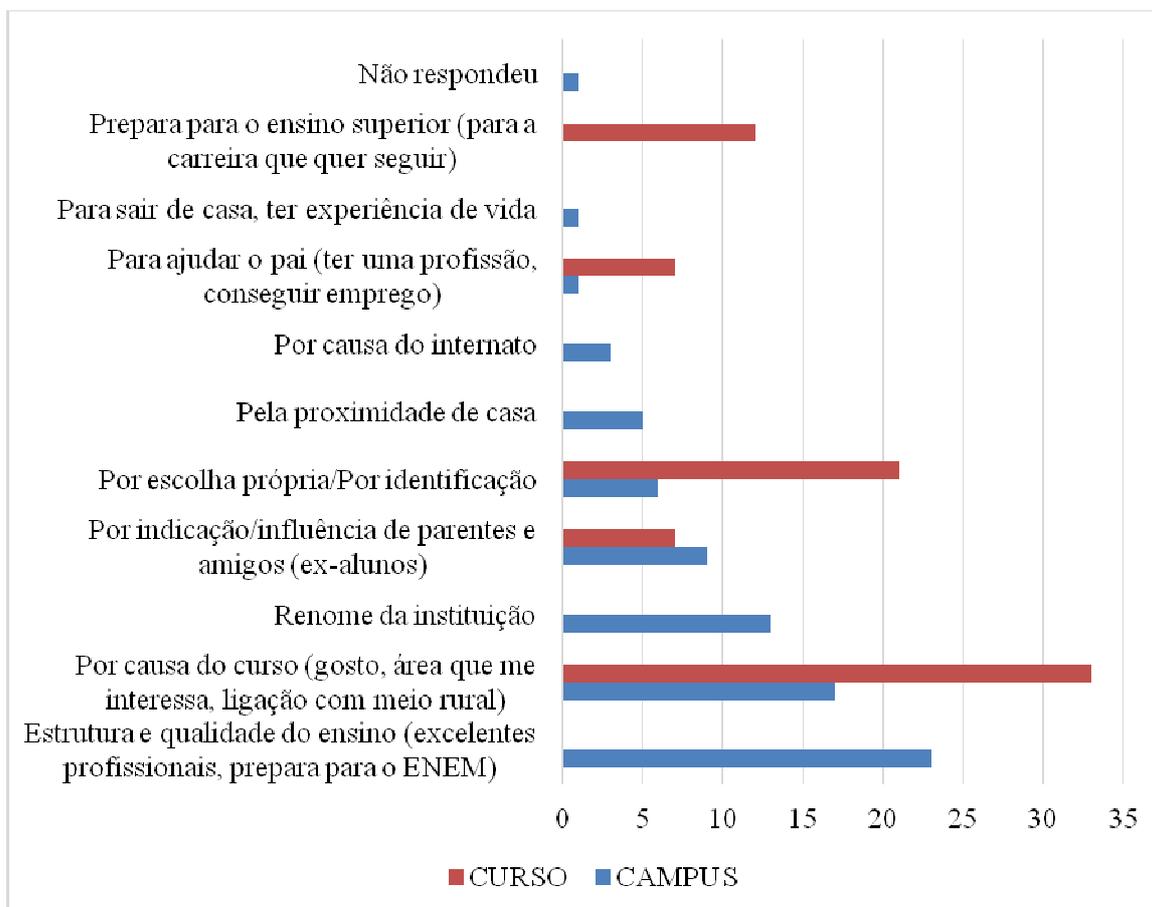


Gráfico 4 - Motivos porque escolheram o *campus* e o curso

A estrutura e a qualidade do ensino no IFCE *campus* Iguatu se sobressaem entre as motivações para o ingresso no *campus*. O segundo motivo mais citado foi a existência do curso técnico/integrado em agropecuária por causa do interesse e gosto pela área, da ligação com o meio rural. O terceiro motivo – que referenda o primeiro – diz respeito ao reconhecimento externo da instituição como uma unidade formadora de excelência. Tais manifestações corroboram a afirmação feita acima acerca dos interesses educacionais dos estudantes: eles almejam uma boa aprendizagem, uma boa qualificação, acorrem ao instituto porque é uma escola que além da qualidade do ensino lhes oferece o suporte de permanência, como descreve uma estudante:

É a *única* escola ao meu alcance e da minha família que poderia me dar um ensino de boa qualidade (Estudante do 3º semestre, interna, beneficiária do Programa Bolsa Família, grifo nosso).

Embora tenhamos 41 estudantes matriculados em regime de internato (dos 97), e entre os participantes da pesquisa 33 estudantes (dos 71) na condição de interno, apenas 3 citaram o internato como fator de influência para a procura pelo *campus*. Entretanto, no processo de seleção para o ingresso em regime interno, quando é realizada entrevista com a assistente social, tanto o/a aluno/a quanto o familiar que o/a acompanha são taxativos ao afirmar: “se não conseguir a vaga no internato, eu não venho estudar aqui!”. E complementam: “minha família não tem condições financeiras de se manter na cidade de Iguatu”. Essas falas pressupõem a garantia do suporte assistencial como requisito para o acesso e permanência no *campus*.

Ao justificarem a escolha do *campus* por causa da existência do curso (17) e do curso por se identificarem (21), por gostarem da área, pelo fato do curso ter ligação com o meio rural (33), os participantes demonstram maturidade na construção do projeto de vida no que concerne à escolha profissional, se entendemos “o projeto de vida como um trajeto em etapas, que contém não só uma visão de futuro, mas também o compromisso com o presente e a relação com o passado.” (SERRÃO, 1999, p. 279). Na fala dos adolescentes está contida a sua relação com o contexto histórico, social e cultural no qual se insere, com o qual interage.

Algumas respostas para o motivo da escolha do Curso Integrado em Agropecuária chamam a atenção pela percepção e reconhecimento da função social do curso:

Porque a área de técnico em agropecuária é muito importante para a economia social e o bem-estar das cidades (aluno do 5º semestre).

Porque tem a ver com a natureza e eu quero sair formado para proteger o meio ambiente (aluno do 3º semestre).

Revelando a sintonia das suas escolhas com o contexto macro de sociedade, os respondentes ampliam a evidência da construção do projeto de vida exibida no parágrafo anterior. Trilhando os caminhos deste raciocínio, podemos concluir que as carências materiais (dificuldades financeiras para garantir o deslocamento, os materiais didáticos, os Equipamentos de Proteção Individual, roupas pessoais, roupas de banho e cama e materiais de limpeza e higiene pessoal) que marcam a história de vida dos sujeitos participantes do estudo, não são vistos por eles como barreiras intransponíveis; os seus desejos e interesses os impulsionam na corrida em busca da realização dos mesmos.

6.2 Ofertas de Cunho Assistencial que Influenciam para a Permanência

Conforme discutido na seção que tratou da Assistência Estudantil como estratégia de permanência do escolar – sendo este tipo de assistência compreendida para além da provisão material –, a assistência ao educando do nível básico (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio) antecede a assistência ao estudante do nível superior. É possível identificar a presença do assistencial desde a escolarização promovido pelos jesuítas – se reconhecermos que ao processo de aculturação (disfarçado de educação) necessariamente se aliava uma forma de ajuda/assistência na superação de dificuldades ou na melhoria das condições de vida. No *campus* Iguatu, desde quando Escola Agrotécnica, sob o modelo de Escola-Fazenda, instalada na década de 1980 – a pesquisa não buscou dados anteriores acerca das ações assistenciais - até a promulgação do PNAES a assistência ao educando se efetivava mediante a oferta de internato – que comporta no seu arcabouço a alimentação, assistência médica, dentária –, de transporte (do *campus* até a cidade, visto que a localização da escola dista 8 km da sede do município).

A pesquisa de campo, ao inquirir sobre os facilitadores e dificultadores da permanência obtém respostas que sinalizam a pertinência das ações da assistência estudantil no sentido de favorecer a permanência.

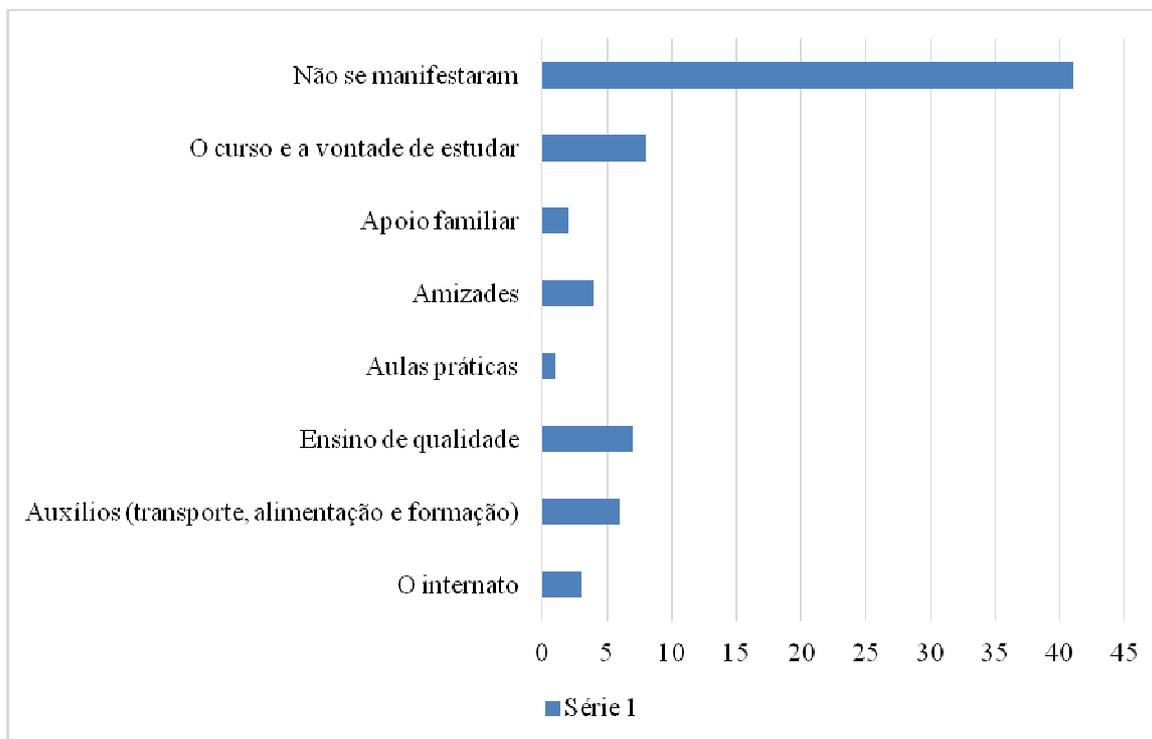


Gráfico 5 - Motivos facilitadores da permanência

A maioria não se manifestou (41 estudantes), outros, porém, expuseram mais de um motivo facilitador da permanência. Das poucas manifestações é possível extrair a participação da assistência estudantil inscrita nas 9 respostas que indicam ações assistenciais, quais sejam: internato (3) e auxílios (6). O número é bastante expressivo se considerarmos que supera a qualidade do ensino e as amizades que obtiveram destaque como fatores motivadores do ingresso. Dos 97 (noventa e sete) alunos matriculados no Curso Integrado em Agropecuária 38 (trinta e oito) meninos e 5 (cinco) meninas são do regime de internato; 7 (sete) são beneficiários do Auxílio Formação – recebem uma bolsa mensal em pecúnia e em contrapartida desenvolvem atividades em espaços formativos (laboratório ou projeto de pesquisa e/ou extensão) ligados ao curso; 8 (oito) são beneficiários do Auxílio Transporte; e, considerando as refeições daqueles matriculados em regime de semi-internato como auxílio alimentação, são 94 beneficiários.

Há indicadores que contradizem a realidade. Por exemplo: a turma que tem menos aulas práticas é o primeiro semestre, pois só a partir do segundo semestre é que se intensificam as práticas das disciplinas da área técnica, entretanto, um estudante do primeiro semestre citou as aulas práticas como facilitador da permanência; uma das maiores queixas dos estudantes nas reuniões do Conselho de Classe Consultivo é a ausência de aulas práticas, porém este fator não foi citado por nenhum estudante do 3º e do 5º semestres. Outro exemplo: a turma que tem mais estudante interno é o quinto semestre, apesar disso, nenhum citou o internato como facilitador; entretanto, em consulta aos registros do Serviço Social, por ocasião da entrevista de seleção para a residência, constatamos que o internato é condição precípua do ingresso e permanência.

No início deste trabalho, sinalizamos para a hipótese de que o recorte assistencial, traduzido pela oferta da matrícula em regime de internato, se constituía num forte fator de

influência para o acesso e permanência no IFCE *campus* Iguatu e no Curso Integrado em Agropecuária. No intuito de justificar a razão de tal hipótese apresentamos, no quadro a seguir, um comparativo entre alunos matriculados em regime interno e externo no tratamento da evasão e da conclusão no Curso Integrado em Agropecuária no período de 2011 a 2016. O quadro foi elaborado a partir de informações coletadas no Sistema Acadêmico. Devemos ressaltar que não foram coletados os dados referentes aos estudantes em regime de semi-internato, por esta razão os percentuais não fecham em 100%.

Quadro 3 – Abandono e conclusão de alunos internos e externos no período de 2011 a 2016

Ano	Internos		Externos	
	Abandono	Conclusão	Abandono	Conclusão
2011	25%	50%	50%	10%
2012	19%	63,8%	40%	8%
2013	36%	54%	Não houve ingresso de aluno externo	
2014	-	100%	27,2%	9,08%
2015	-	50%	58,3%	-
2016	9,09%	72% permanecem no curso. Concluem em 2018.2	100% transferidos	-

Fonte: elaborado pela autora com dados do Sistema Acadêmico do IFCE *campus* Iguatu.

Os dados acima servem não apenas para confirmar a hipótese da oferta de matrícula em regime de internato como fator de influência para o ingresso, mas para também para consolidar a preponderância deste para a permanência e o êxito dos estudantes. Durante todo o período analisado as taxas de conclusão superaram as de abandono entre estudantes em regime de matrícula interno. Estes indicadores se mantêm até os dias atuais, pois, 72% dos ingressantes em regime de internato permanecem no curso, ao passo que todos os ingressantes em regime externo (2016) não mais permanecem porque solicitaram transferência.

Na descrição das dificuldades com que se deparam no dia a dia da instituição despontam os motivos relacionados a convivência, como se pode ver no gráfico a seguir.

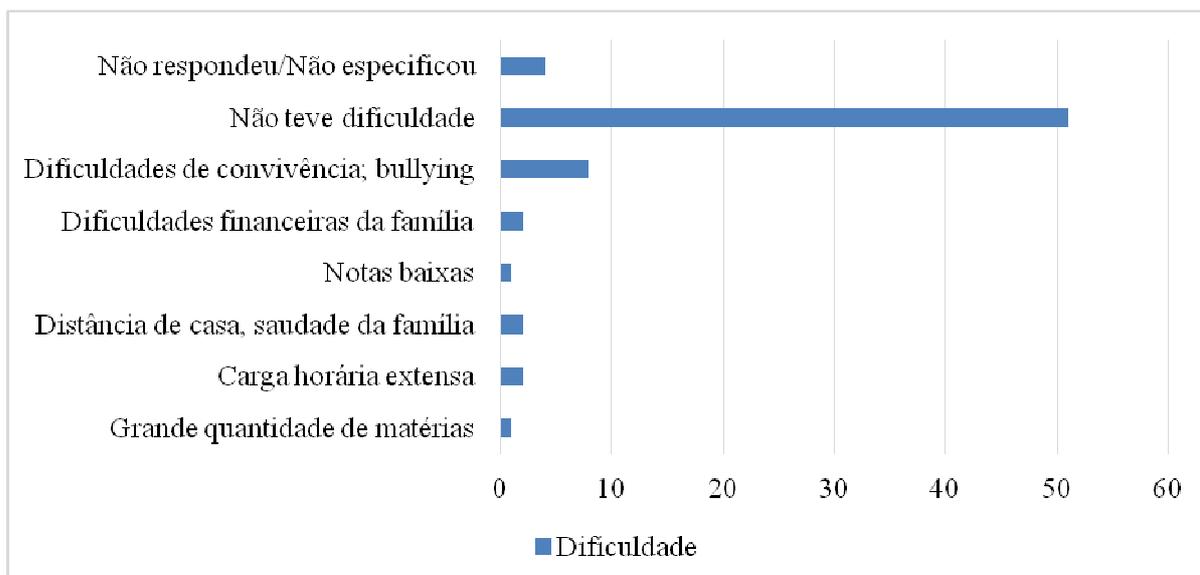


Gráfico 6 - Motivos dificultadores da permanência

Alguns dos dificultadores da permanência coincidem com as razões para o abandono elencadas no Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFCE: a dificuldade de adaptação provocada pela carga horária extensa, pelo grande número de disciplinas; dificuldade de aprendizagem (refletida nas notas baixas) e, no caso dos alunos internos, a saudade ocasionada pela distância da família. As dificuldades relativas à adaptação podem ser solucionadas pela adoção de metodologias de ensino que amenizem o cansaço mental e físico a que estão submetidos os estudantes dos cursos integrados que têm dois turnos consecutivos de aulas. Para as dificuldades de aprendizagem, a partir dos planos de ação do Conselho de Classe, foram apontados os caminhos – os alunos que apresentam este tipo de dificuldade recebem assistência e acompanhamento pedagógicos. Para a questão da grande quantidade de matérias e o pouco tempo para estudar, o serviço de psicologia do *campus* realiza a orientação de estudos. Já a “saudade de casa” e as dificuldades de convivência são encaminhadas ao DAE, entretanto, as questões de relacionamento interpessoal devem conjugar esforços de todos os atores institucionais.

Quando questionados sobre como resolveram a dificuldade, sobretudo aquelas relativas à convivência, e se obtiveram ajuda do instituto os estudantes respondem firmemente que resolveram sozinhos, por conta própria; em dois casos dizem ter recebido ajuda de profissionais do *campus*, mas o problema persiste. Neste ponto, compete-nos o compromisso de encaminhar ao DAE a demanda por ações capazes de melhorar as relações interpessoais no ambiente institucional.

A dimensão assistencial merece ser examinada também nas respostas sobre a satisfação ou não dos estudantes com os serviços ofertados pela instituição. Do universo de 71 participantes, 08 responderam “Não” para a questão: “Está satisfeito com os serviços ofertados pela escola?”. As justificativas para o “não” são as que se seguem:

1. Devia melhorar mais um pouco (estudante do 3º semestre).
2. Por ter vários aspectos que não estão no nível da escola (estudante do 5º semestre).
3. Falta mais afinidade dos professores com os alunos (estudante do 5º semestre).

4. Falta melhor desenvolvimento e atendimentos ao aluno (estudante do 5º semestre).
5. O auxílio demora muito (02 estudantes do 1º semestre).
6. Porque não está oferecendo nada além de *almoço* e aula e outros serviços que deveriam estar disponíveis não estão. Não citarei, mas é só procurar na escola que irão ver imperfeições e muitos alunos querendo desistir, inclusive eu (estudante do 1º semestre, grifo nosso).
7. Deveria ter mais regras ou coloca-las em jogo pois tá faltando, deveria ter mais respeito, mas fora isso a escola é ótima ((estudante do 1º semestre).

As negativas 1, 2, 4 e 6 não expõem com precisão a razão da insatisfação. Na tentativa de identificar o que exatamente precisa melhorar (1 e 4) e que aspectos não estão no nível da escola (2) nos pomos a rever os questionários desses alunos, porém, não fomos bem-sucedidas; quanto ao estudante da resposta 6 em nenhum momento ele cita quais “serviços não estão disponíveis”. As respostas 3 e 7 trazem de volta as relações interpessoais, desta vez colocando no palco o professor (3) – quando falaram das dificuldades para a permanência citaram a dificuldade de convivência com os pares, ou seja, com outros alunos. Esta é uma queixa não rara nas escutas profissionais de psicólogas, assistentes sociais e pedagogas por ocasião de atendimentos individuais. Nas reuniões do Conselho de Classe é comum ouvir dos estudantes e de alguns professores maior rigidez nas regras, mais punição, mais medidas coercitivas... essa discussão remete necessariamente à compreensão acerca do comportamento do adolescente: há os que querem participar da construção das regras, os que se comprometem com a própria formação..., mas, há também os contrários. Compete aos educadores construir junto com os estudantes os acordos de convivência a partir das normativas já existentes que norteiam a condução dos trabalhos na instituição.

Uma insatisfação explicitamente do campo assistencial é trazida por dois estudantes do primeiro semestre: a demora no pagamento de auxílios, neste caso, o auxílio transporte. Tratam-se de alunos novatos. O processo de seleção e concessão de auxílios é demorado, então, o primeiro pagamento do semestre normalmente demora a sair. A irregularidade no calendário se deve aos atrasos no repasse dos recursos ao *campus* pela reitoria.

Dentre os “sim” para a satisfação com os serviços, dois estudantes apontam para possibilidades de melhoria que também estão relacionados a assistência estudantil:

Sim. Porque é muito bom, mas seria melhor se tivesse um grêmio estudantil (estudante do 1º semestre).

Sim, estou um pouco. Mas sobre o ônibus tá uma merda não cabe todo mundo fica apertado e as vezes perdemos aula porque não cabe no ônibus (estudante do 1º semestre).

A formação política dos estudantes, com vistas na sua organização, é uma tarefa de que se incumbiu o Serviço Social por meio de um projeto que orienta a criação do grêmio estudantil. Lamentavelmente, com a saída da estudante (por conclusão do curso) que presidia o grêmio, apesar das várias tentativas, não houve mobilização dos alunos para eleger nova diretoria; assim, estão há mais de um ano desarticulados. Com relação ao ônibus escolar disponibilizado pelo *campus* (são dois ônibus manhã e tarde e três à noite fazendo o transporte de alunos por duas vias distintas, partindo da Unidade Areias) para o deslocamento dos alunos da Unidade Areias (localizada em um bairro da cidade) para a Unidade Cajazeiras (localizada em uma vila há 8km da cidade), trafegam completamente lotados, isto é notório; porém, desconhecemos notificação/registo do fato alegado pelo estudante citado acima – de que há alunos que perdem aula porque não conseguem entrar no ônibus.

Expressões como “os professores são muito bons/são ótimos/bem qualificados” ratificam a satisfação com a qualidade do ensino. Vinte e três participantes resumem sua satisfação a um “Sim”. As demais afirmações destacam outros profissionais e serviços, como pode ser verificado em algumas falas:

Porque temos professores e *profissionais* qualificados (estudante do 3º semestre, grifo nosso).
Porque a escola conta com professores e *demais funcionários* bem capacitados para ensinar e *atender* os alunos (estudante do 5º semestre, grifo nosso).

Os estudantes fazem a distinção entre servidores docentes e técnicos administrativos, uma distinção recorrente nos discursos de professores mais antigos, que não se admitem na condição de servidores. O aluno do 5º semestre fraciona também pela atividade: o professor ensina, os demais funcionários atendem. Apreende-se, a partir destas falas, que a satisfação com os serviços ofertados incorpora outros elementos além do ensino; ou seja, a qualidade do ensino não se resume a aulas de professores bem qualificados. Isto é evidenciado por outros participantes:

O *campus* oferece todos os aspectos necessários para a permanência dos alunos (estudante do 5º semestre).
Oferece tudo que é necessário (estudante do 5º semestre).
Porque tem tudo que uma pessoa precisa (estudante do 3º semestre).
Tem profissionais excelentes e uma boa assistência estudantil (estudante do 3º semestre).
Pois é fornecido bastante coisas para os alunos (estudante do 1º semestre).
Satisfaz minhas necessidades (estudante do 1º semestre).

Expusemos duas falas de cada turma para realçar a percepção dos alunos que estão prestes a concluir (5º semestre) e dos que ingressaram recentemente acerca da necessidade de outros serviços para dar suporte ao ensino.

A interferência da assistência estudantil é requisitada também pelas *reivindicações* expressas para a pergunta “Você sente falta de algum serviço?”, ao que respondem:

- a) projetos culturais (1 aluno) – a realização de atividades culturais está dentro das propostas de atuação da assistência estudantil; é um dos componentes do PNAES;
- b) ampliação dos auxílios pecuniários, das bolsas e monitorias (3 alunos);
- c) melhorar as instalações do internato (2 alunos) e semi-internato (1 aluno);
- d) acompanhamento dos alunos fora da sala de aula (3 alunos).
- e) falta de transporte para visitas técnicas (1) – reflexo das contenções de recursos para a educação, as viagens técnicas sofreram cortes severos.

Outro aluno faz referência a falta de serviços especificamente na área do ensino ao abordar a ausência de aulas com animais (aulas práticas).

6.3 Fatores Determinantes da Permanência dos Estudantes no Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *Campus* Iguatu

A leitura do Gráfico 4 permite a identificação de um importante aspecto que é apontado como fator de redução da procura pelo *campus*: a falta de divulgação do instituto – resumida ao uso da internet. O grande volume de respostas de que escolheram o *campus* por indicação de amigos, ex-alunos e parentes (reafirmado no quesito “De que forma você tomou

conhecimento do IFCE *campus* Iguatu?”. Quando 59 dizem ter tomado conhecimento do instituto por meio de amigos/parentes e 06 pela internet) ratifica a importância e a eficácia da divulgação do *campus* por servidores em visitas institucionais às escolas de ensino fundamental para apresentação dos cursos e dos serviços disponibilizados aos alunos.

Como pode ser notado no Gráfico 4, o renome da instituição, a qualidade do ensino, o nível dos professores influencia sobretudo para a decisão de ingresso. Esses itens são reforçados quando questionados se recomendariam o *campus* para alguém.

Observando os motivos porque escolheram o *campus* (Gráfico 4) vemos que um número considerável veio para IFCE *campus* Iguatu por causa do Curso Integrado em Agropecuária. Novamente, na Tabela nº 06, o curso figura entre os motivos facilitadores da permanência. Tais motivos – para o ingresso e para a permanência – são comprovados nos quesitos que sondam sobre a pretensão de permanecer no *campus* até a conclusão e se indicariam o curso para alguém.

Com relação à pretensão de permanecer no *campus* até a conclusão do curso os participantes responderam: Sim, 66 e não, 5. As razões para o “sim”, são: a) porque está próxima a conclusão; b) gosto do curso e da instituição; c) quero obter o diploma e concluir o ensino médio aqui; d) porque a instituição é ótima. Para o “não” apenas dois motivos foram elencados: a) sou de maior, vou fazer o ENEM; b) não sei, se não melhorar, vou sair (declaração de um estudante insatisfeito com a escola); 03 estudantes assinalaram “não”, mas não manifestaram a razão.

A unanimidade dos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária participantes do estudo afirmam que “recomendaria o curso para alguém” os motivos porque o fariam, podem ser resumidos nos seguintes porquês:

- a) é um ótimo curso;
- b) é interessante;
- c) dá autonomia de emprego;
- d) é um curso com ampla área de atuação e visa garantir a sustentabilidade alimentícia;
- e) possibilidade de emprego;
- f) tem várias oportunidades;
- g) ótimos professores e apoio;
- h) área de atuação paga bem.

Os porquês potencializam os interesses educacionais dos estudantes, as suas perspectivas de futuro (profissional); bem como o reconhecimento da instituição como unidade de ensino de excelência e, ainda, a concepção de que apenas o ensino não garante a qualidade da educação. Quando se diz que recomendaria o curso porque “tem ótimos professores e apoio” e “tem várias oportunidades” (estudantes do 1º semestre, grifo nosso), os participantes sugerem haver mais do que aulas ministradas por professores bem qualificados, ou seja, as outras ofertas de serviços disponibilizados pela instituição compõem o leque de recomendações que suscitarão o desejo em outros adolescentes de ingressarem no curso.

Os participantes reforçam a ideia acima quando declaram que recomendariam o *campus* para outras pessoas, pelas razões abaixo:

- a) instituição de alta qualidade;
- b) ensino ótimo;
- c) é bom pois oferece apoio estudantil;
- d) tem o que a pessoa precisa;
- e) boa estrutura (refeitório – comida, alojamento, academia);
- f) é ótimo de se estudar, é acolhedor, bom atendimento.

A recomendação do *campus*, diferente do que registramos com relação ao curso, não foi unanimidade entre pesquisados. Seis estudantes dizem que não recomendariam o *campus* porque: a) não é muito bom, coisas horríveis acontecem; b) falta segurança; c) os veteranos são cheios de besteira de chamar novatos de “apagão”. Três respondentes não expressaram a razão de não recomendar a instituição, apenas assinalaram “não”. A fala contida na letra “a” imaginamos seja uma referência a grande comoção provocada por um episódio triste envolvendo um aluno do curso de Serviço Social (que fora aluno do médio integrado em nutrição e dietética e do técnico subsequente em agroindústria); em 11 de maio de 2018 este aluno foi dado como desaparecido e, alguns dias depois, foi encontrado morto, vítima de assassinato por um ex-aluno interno da escola (que cometeu suicídio tão logo descoberto o crime). Por vários dias, o clima de pesar e de revolta tomou conta de toda a instituição. A falta de segurança é uma fragilidade institucional em ambas as unidades (Cajazeiras e Areias), nas Cajazeiras se agrava a situação de insegurança em razão da distância da unidade para o centro urbano. A queixa quanto ao comportamento dos veteranos em relação aos novatos também não é novidade; a cada ano, a cada novo ingressante se repetem as histórias de hostilidade – remete a um dos fatores dificultadores da permanência: a convivência!

Findamos o questionário indagando se o participante gostaria de dizer alguma coisa; 58 responderam “não” ou simplesmente deixaram em branco e 13 fizeram comentários que separamos por blocos: bloco 1 – elogios; bloco 2 – pedidos/queixas e bloco 3 – recomendações. Bloco 1:

O IF me fez crescer bastante e aprender muitas coisas e um ensino muito bom (estudante do 5º semestre)

“O IFCE *campus* Iguatu é o melhor” e “Graças ao *campus* estou tendo a oportunidade de um estudo melhor” (estudantes do 3º semestre).

“Que o IF continue inovando” (estudante do 1º semestre).

Os elogios só ratificam o que a maioria dos participantes vêm afirmando desde os primeiros questionamentos: a boa reputação da instituição aqui representada pelo bom ensino, pelas oportunidades de crescimento (pessoal) e pela inovação.

Compondo o bloco dos pedidos que refletem queixas registramos:

“Por favor melhorem o transporte. Não é culpa do motorista, mas dos ônibus que são pouco” e “que os funcionários e alunos tivessem mais respeito com os alunos (estudantes do 1º semestre).

“Deveriam valorizar mais o curso, pois é um pouco esquecido” e “Melhorar as instalações (dos alojamentos)” (estudantes do 3º semestre).

Nos pedidos para melhorar alguma situação enxergamos nas entrelinhas apelos para corrigir situações que geram insatisfação. O DAE encaminha diuturnamente as requisições para o melhoramento das instalações dos alojamentos dos residentes (numa e noutra unidade) e demais instalações sob sua responsabilidade (refeitórios, quadra de vôlei, posto de saúde...) ao setor competente (Diretoria de Administração), entretanto, sob alegação, principalmente, da falta de recursos, muitos encaminhamentos ficam sem solução. Para o desgaste das relações interpessoais são realizadas atividades interativas em sala e extrassala e atendimentos individuais e coletivos conduzidos pelas psicólogas; contudo, de acordo com as falas dos estudantes, as ações precisam ser intensificadas e assumidas como responsabilidade por outros atores institucionais além dos profissionais que compõem a equipe da assistência estudantil. No que diz respeito à melhoria do curso, nas reuniões do Conselho de Classe já foram relatadas queixas por falta de aulas práticas, transporte para visitas técnicas, dentre outras de cunho pedagógico.

Reunimos no último bloco três falas que repercutem visões mais alargadas do processo educativo, contempladas, inclusive, no texto da LDB/1996 que diz: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 1).

Leiamos o que recomendam os estudantes:

A instituição deveria promover políticas de convivência e respeito entre os estudantes (estudante do 5º semestre).

O IF deveria montar um grêmio estudantil para a participação dos alunos (estudante do 1º semestre).

Fora temer! (Estudantes do 3º semestre).

As recomendações são reflexos do desenvolvimento de processos formativos no nível familiar - convivência e respeito são atributos adquiridos desde a infância -; no nível institucional – efetivar a participação, o exercício da cidadania de forma organizada e coletiva nas ações do grêmio – e, no nível societário, a expressão “Fora temer” pode ser traduzida como sentimento de indignação e de repúdio, de afronta aos que estão à frente do poder político do Estado brasileiro que vem impondo à população (particularmente a mais vulnerável socialmente) medidas de aviltamento das suas condições de vida. Demonstra, outrossim, a sinergia com o movimento geral e total da sociedade, em outros termos, comprovam não alheamento a interferência da política nacional no funcionamento das instituições.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar os fatores determinantes da permanência do estudante (apesar de circunscrito a apenas um curso da instituição) representou uma inovadora temática de pesquisa e também uma ousadia, porque a afirmação dos fatores intervenientes da permanência poderá confirmar ou não as justificativas para a implementação de medidas educacionais de combate à evasão. No caso particular deste estudo, que hipotetiza a assistência estudantil a condição de fator contundente da permanência no IFCE *campus* Iguatu, representa uma possibilidade de fortalecimento dessa política a partir da ótica dos seus estudantes.

Ocupamo-nos de identificar e analisar os fatores que influenciam para o ingresso e a permanência dos estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus* Iguatu, destacando aqueles que se caracterizam como medida de natureza assistencial. Dada a histórica associação da assistência com as carências materiais, principiamos o estudo construindo o perfil socioeconômico dos participantes, utilizando os indicadores de renda familiar, de escolaridade e de profissão dos pais e mães para aferir a coerência da relação que se estabelece entre educação (escolaridade) e pobreza. Foi possível constatar que a maioria dos participantes se enquadram no padrão definido como pobre e deposita na educação escolarizada a crença de superação dessa condição. O reconhecimento de que o atendimento a este público não pode prescindir do recorte assistencial está escrito nos marcos regulatórios da política de educação (LDB/1996, PNAES) que asseguram a igualdade de oportunidades para o acesso, a permanência e o êxito do educando.

Os resultados da pesquisa de campo, expressos nas respostas ao questionário, sobretudo nas perguntas que arguem sobre as razões para a escolha do curso e do *campus*, sobre os facilitadores da permanência e se indicariam o *campus* e o curso para alguém deixam claro o alto grau de reconhecimento do IFCE *campus* Iguatu como instituição com oferta de ensino de qualidade. A qualidade do ensino atribuída ao IFCE pelos discentes participantes não está reduzida à qualificação dos professores, pois quando questionados sobre a satisfação com os serviços, outros elementos que extrapolam o ensino, a relação professor-aluno, são apresentados e estes se caracterizam como assistência estudantil: auxílio moradia (representado pelo internato); auxílio alimentação (almoço, lanches); auxílio transporte (ônibus escolar, auxílio em pecúnia para custeio do deslocamento daqueles cujo trajeto do ônibus escolar não alcança); auxílio formação; apoio pedagógico (reforço, nivelamento). Embora não sejam identificados como assistência estudantil, esses elementos integram o elenco de ações de que se incumbem as instituições federais de ensino em cumprimento do que determina o PNAES que enfoca dez áreas de atuação, a saber: moradia; transporte; alimentação; creche; apoio pedagógico; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; acesso, participação, aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Os serviços correspondentes a atenção à saúde - dispensados pela instituição mediante a assistência médica, odontológica e psicológica - e ao esporte - são realizados torneios internos e os estudantes participam de competições externas em várias modalidades esportivas - não foram citados em nenhum momento pelos participantes, subentende-se que estão incluídos nas falas daqueles que dizem: “aqui tem tudo o que a pessoa precisa”. O fato de não citarem alguns dos serviços ofertados, seja pra demonstrar satisfação ou insatisfação, e de apontarem a ausência de serviços (como o foi com relação a cultura: “falta projetos culturais”) remete a uma necessidade: realização de ações que viabilizem o entendimento do

significado da Assistência Estudantil, que dê visibilidade ao componente de viés educativo e não apenas de provedor de assistência material; bem como a realização de pesquisa que investigue o nível de satisfação com a assistência estudantil como preconiza o PNAES.

A pesquisa bibliográfica nos permitiu a maior aproximação com a história da educação profissional e da educação agrícola e a descoberta de vínculos do Serviço Social com estas modalidades de educação. A presença do assistente social nos processos de formação de trabalhadores, desde a sua institucionalização, evidencia o caráter educativo da profissão e o seu papel de mediador de interesses distintos. O imbricamento entre educação e assistência – esta última, não reduzida a provisão material – perceptível desde as primeiras experiências de escolarização no Brasil, acenam para a inevitável articulação de saberes intra e interinstitucional. Em outros termos: a efetivação da interdisciplinaridade no ambiente escolar, envolvendo docentes e técnicos administrativos das diversas categorias profissionais na busca conjunta pela superação dos dificultadores da permanência e a garantia do direito a uma educação de qualidade que acentue as possibilidades dos adolescentes e jovens galgarem positivamente na vida pessoal e profissional. No percurso, rumo ao futuro, é imprescindível a intersetorialidade: vimos ao longo do texto deste trabalho que a educação não pode caminhar sozinha, a assistência não chega a lugar nenhum se não estiver articulada a outras políticas; é necessário, então, promover o diálogo entre os setores dentro da instituição de ensino e da instituição com setores, órgãos das administrações estaduais e municipais, organizações da sociedade civil na conjugação de esforços por políticas públicas que fortaleçam a democracia e, conseqüentemente, a cidadania.

Atentas à heterogeneidade de pensamentos, de formas de enxergar o mundo, a vida dos adolescentes e jovens participantes que compõem o corpo discente do IFCE *campus* Iguatu, respeitando as características que lhes são próprias, consideramos o nosso estudo bem-sucedido, haja vista haveremos atendido aos objetivos propostos. Posto que detectamos as principais fragilidades institucionais (problemas de convivência/relações interpessoais; superlotação do transporte; poucas aulas práticas e pouca utilização de laboratórios; ausência de atividades culturais e de organização estudantil) e colhemos respostas capazes de embasar o trabalho – de modo particular da equipe do DAE, em razão da sua proximidade com todos os estudantes mediante as ações da assistência estudantil -, no sentido de proporcionar aos estudantes os meios de superação das dificuldades de permanência, como por exemplo: projeto de organização e formação política dos estudantes; estímulo à criação de grupos de arte (teatro, dança, canto) e redirecionamento de projetos já existentes, atentando para o respeito às singularidades e diversidades que povoam o espaço institucional.

É claro não se esgota aqui a análise dos fatores institucionais, dos fatores individuais que influenciam para a permanência. Os resultados obtidos indicam novas possibilidades de investigação, dado o dinamismo do contexto de uma unidade educativa que congrega diferentes modalidades e níveis de ensino não se pode prender aos determinantes visibilizados por alunos de um único curso. Concluimos com a certeza de que há uma carga de trabalho imensa para ser conduzida, mas, o peso dessa carga pode ser aliviado e o caminhar se tornar mais fácil de ser feito, pela união daqueles e daquelas que com compromisso e responsabilidade lutam em defesa dos direitos, da igualdade, da equidade, da justiça... Conforta-nos o sentimento de alegria, de felicidade em perceber que os nossos adolescentes e jovens sonham alçar voos mais largos – o curso médio profissionalizante não é a meta final deles -, eles desejam muito mais do que o IFCE oferece. Nós, profissionais da educação, temos grande responsabilidade na preparação para a decolagem; cabe a nós, junto com os familiares, as providências para que seja bem-sucedida.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Educação pública e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 63, p. 62-75, jul. 2000.

ARAÚJO, Bruno Melo de. O ensino agrícola e a educação: a formação do trabalhador rural. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH Brasil, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 253, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Seção 1, 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12435.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Seção 1, p. 18769. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Palácio do Planalto**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **(Re)significação do ensino agrícola na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6470-brasiliafinal-legal&Itemid=30192>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). **Política social e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo. Publifolha, 2000.

CAVENAGHI, A. R. A; BZUNECK, J. A. A motivação de alunos adolescentes enquanto desafio na formação do professor. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Champagnat, 2009. p. 1479-1489. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1968_1189.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

COSTA, Renata Maria Paiva da. **O Serviço Social no contexto da educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 2 ago. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. O serviço social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out. /dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

FREITAS, Tais Pereira de; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p.

32-47, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0032.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200285&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. *Campus Iguatu*. [Organograma do IFCE Campus de Iguatu]. **IFCE**, Iguatu, CE, 2016a. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/iguatu/menu/sobre-o-campus-iguatu/organograma-atualizado.pdf/view>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. *Campus Iguatu. Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018*: Campus Iguatu. Iguatu, CE, 2013. Disponível em: <https://ifce.edu.br/iguatu/menu/sobre-o-campus-iguatu/pdi_iguatu.pdf/@@download/file/PDI_iguatu.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. **IFCE em Números**. Fortaleza, 2016c. Disponível em: <www.Ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. **Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE 2017-2024**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/arquivos/regulamento-da-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. Resolução nº 008, de 04 de março de 2016. Aprova o Regulamento de Auxílios do IFCE. **IFCE**, Fortaleza, mar. 2016b. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/resolucoes/2016/008-aprova-o-regulamento-de-auxilios-do-ifce.pdf/@@download/file/008%20-%20Aprova%20o%20Regulamento%20de%20auxilios%20do%20IFCe.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan. /mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n113/n113a05.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Irismar Pereira. **Metodologia de projetos de educação ambiental: uma abordagem para a promoção da aprendizagem no ensino agrícola**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. especial, p. 49-57, 2011. Disponível em: <http://pepiscic.bvsalud.org/scielo/pha?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 set. 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAURIEL, Ana Paula. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1030-1960). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/271/267/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTOS, Josiane Soares. **Assistência estudantil no IFS**. Aracaju: EDIFS, 2014.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano XXIII, n. 53, p. 88-103, fev. 2014. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1194016701.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Maria, Maria. Intérprete: Milton Nascimento. In: NASCIMENTO, Milton. **Clube da Esquina 2**. [S.l.]: EMI, 1978. 1 LP. Lado 4, Faixa 2.

OLIVEIRA, Michele Ribeiro de *et al.* Políticas públicas para mulheres e qualificação profissional: algumas considerações sobre o Programa Mulheres Mil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luiz. **Anais eletrônicos...** São Luiz: UFMA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7->

questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/politicaspUBLICASparamulheresequalificacaoprofissional.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Sobre a política de assistência social no Brasil. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). **Política social e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

PLANK, David N. **Política educacional no Brasil**: caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008. Disponível em: <https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/breves/breves2012/politica%20educacional%20brasileira%20limites%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, Lucilia Carvalho. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Org.). **Serviço social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Renato Candido da. Revolução verde. **InfoEscola**, [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/revolucao-verde/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SOARES, Antônio Demontiêu Aurélio. **A educação ambiental na formação do técnico em agropecuária no Instituto Federal do Ceará – campus Iguatu**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOBRAL, Francisco José M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 2, p.78-95, 2009.

SOUZA, Juarina Ana da Silveira. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 6, p. 19-29, abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3498>>. Acesso em: 31 out. 2017.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 77, mar. 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

9 APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

FATORES INFLUENTES PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DO CURSO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO IFCE *CAMPUS* IGUATU

Caro (a) estudante,

Você está sendo convidado a responder este questionário como participante da pesquisa “*O Recorte Assistencial da Educação Agrícola como Estratégia de Permanência do Estudante do Curso Integrado em Agropecuária do campus Iguatu*”. A pesquisadora, Eliza Marta Gonçalves Ferreira, Assistente Social do *campus* Iguatu, é estudante do Mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ, e está realizando uma pesquisa tem como objetivo analisar os fatores que influenciam para a sua permanência no instituto, bem como o significado das ações da Assistência Estudantil no seu percurso formativo. Importante frisar que as informações preenchidas nesse questionário serão sigilosas.

Caso concorde, você pode responder as questões a seguir:

1. Qual a sua modalidade de matrícula? () Interno () Semi-interno () Externo
2. Em que ano você ingressou no curso? _____
3. Qual a sua idade em 31 de dezembro de 2017? _____ anos.
4. Você é do sexo: () Masculino () Feminino
5. A sua família reside na: () Zona Urbana () Zona Rural
6. Qual a escolaridade do seu pai?
() Não alfabetizado () Alfabetizado () Fundamental incompleto
() Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo
() Superior incompleto () Superior completo () Outra: _____

7. Qual a escolaridade da sua mãe?

- Não alfabetizada Alfabetizada Fundamental incompleto
 Fundamental completo Médio incompleto Médio completo
 Superior incompleto Superior completo Outra: _____

8. Qual a profissão do seu pai? _____

9. Qual a profissão da sua mãe? _____

10. Sua família é composta de quantas pessoas? _____

11. Quantas pessoas da sua família trabalham/tem renda mensal? _____

12. Qual a renda mensal da sua família (juntando o salário recebido pelas pessoas que trabalham, que recebem aposentadoria ou pensão - se houver)? R\$ _____.

13. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família? Não

Sim. Valor mensal: R\$ _____

14. De que forma você tomou conhecimento do IFCE *campus* Iguatu?

- Internet Divulgação na escola onde cursou o fundamental
 Amigos Parente Ex-aluno
 Outra. Qual? _____

15. Por que você escolheu o *campus* Iguatu?

16. Por que você escolheu o Curso Integrado em Agropecuária?

17. Você ingressou pelo sistema de cotas? SIM NÃO

Em caso afirmativo: Qual? _____

18. Você está satisfeito com os serviços oferecidos pela escola? () SIM () NÃO

POR QUÊ? _____

19. Você sente falta de algum serviço que não é ofertado pela escola? () SIM () NÃO

Em caso afirmativo. Qual/quais? _____

20. Você tem encontrado alguma dificuldade para a sua permanência no *campus*? () NÃO.

() SIM. Qual/quais? _____

21. Como você fez para resolver essa dificuldade? Obteve apoio do instituto?

22. Você destacaria algum aspecto facilitador da sua permanência no *campus*? () NÃO.

() SIM. Qual/Quais? _____

23. Você pretende permanecer neste *campus* até concluir o curso? () SIM () NÃO

POR QUÊ? _____

24. Você recomendaria o **curso** para alguém? () SIM () NÃO

POR QUÊ? _____

25. Você recomendaria o *campus* para alguém? ()SIM ()NÃO

POR QUÊ? _____

26. Gostaria ainda de dizer alguma coisa? _____

OBRIGADA POR RESPONDER!

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



O Recorte Assistencial da Educação Agrícola como Estratégia de Permanência do Estudante do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *Campus Iguatu*

Eliza Marta Gonçalves Ferreira

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A importância do presente estudo justifica-se pela correlação entre a motivação do (a) discente para o ingresso e permanência no Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus Iguatu* e os serviços de natureza assistencial ofertados pela unidade de ensino. O estudo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam na permanência na instituição, investigando, a partir da concepção dos (as) discentes, o significado das ações da Assistência Estudantil no seu percurso formativo.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: preencher um Questionário com 26 (vinte e seis) questões, e a participar de uma Roda de Conversa. A aplicação do questionário e a roda de conversa ocorrerão em sala de aula, em horário disponibilizado para as atividades do Departamento de Apoio Estudantil. O tempo estimado para responder o Questionário é de 30 minutos e da Roda de Conversa de 60 minutos.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se considerar que lhe causa dano, desconforto informar sobre condições socioeconômicas familiar e sobre suas motivações para ingresso e permanência no IFCE *campus* Iguatu e sua avaliação acerca dos serviços ofertados pela instituição. As informações que lhe são solicitadas representam um risco mínimo. Entretanto, você não será identificado (a) no Questionário e não será obrigado (a) a se expressar durante a Roda de Conversa, caso não se sinta à vontade.

Benefícios:

Os resultados obtidos induzirão à melhoria da qualidade dos serviços que impactam na decisão pela permanência dos discentes na instituição. A partir da identificação dos fatores de ordem institucional que influenciam para a permanência do estudante as ações serão intensificadas, produzindo melhor atendimento às demandas apresentadas.

Acompanhamento e assistência:

Você será acompanhado (a) pela pesquisadora por meio da orientação, do esclarecimento de dúvidas, do apoio e do encaminhamento nas possíveis situações de desconforto ocasionadas pela participação na pesquisa, inclusive após o seu encerramento. Em qualquer intercorrência, você poderá requisitar o atendimento de um ou mais profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Departamento de Apoio Estudantil, dentre os quais temos assistente social, psicóloga, assistente de alunos, pedagoga, conforme a sua necessidade.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da pesquisa. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

O estudo, constituído por dois momentos: aplicação de um Questionário e uma Roda de Conversa, será realizado obedecendo a sua rotina no ambiente de sala de aula. Caso ocorra algum gasto devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido (a). Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Eliza Marta Gonçalves Ferreira, Assistente Social do IFCE *campus* Iguatu, Departamento de Apoio Estudantil, Rodovia Iguatu Várzea Alegre, km 05, telefone (88) 3582-1000 Ramal 250.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs na Reitoria do IFCE - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e *e-mail*: cep@ifce.edu.br.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pela pesquisadora e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas.

Nome do (a) participante:

Contato telefônico (opcional): _____

E-mail (opcional): _____

Assinatura do (a) participante

Local e Data: _____, ____/____/____.

Responsabilidade da pesquisadora:

Asseguo ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome da pesquisadora: _____

Assinatura da pesquisadora

Local e data: _____, ____/____/____.

Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido



O Recorte Assistencial da Educação Agrícola como Estratégia de Permanência de Estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *Campus Iguatu*

Eliza Marta Gonçalves Ferreira

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada **“O Recorte Assistencial da Educação Agrícola como Estratégia de Permanência de Estudantes do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *campus Iguatu*”**. Nesta pesquisa pretende-se “investigar os fatores que ocasionam e favorecem a sua permanência no Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *campus Iguatu*”. Além disso, analisaremos o seu nível de satisfação com os serviços ofertados pela unidade de ensino.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto são as evidências da correlação entre a oferta de serviços de cunho assistencial pela instituição e as motivações do discente para o ingresso e permanência no curso e na instituição. A realização do estudo possibilitará, também, a partir da identificação do seu nível de satisfação em relação aos serviços ofertados pela unidade de ensino, a apresentação de sugestões para a melhoria na qualidade destes serviços.

Para esta pesquisa adotaremos o (s) seguinte (s) procedimento (s): aplicaremos um questionário e realizaremos uma roda de conversa junto a estudantes matriculados no Curso Integrado em Agropecuária.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como você é atendido (a). A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

A sua participação nesta pesquisa envolve uma previsão de riscos mínimos, tais como, descrever fatos pessoais da sua história acadêmica e pessoal, bem como o tempo que você levará para responder as questões do Questionário e participar da Roda de Conversa, embora sejam tomadas precauções quanto à identidade dos participantes.

Você será acompanhado (a) pela pesquisadora por meio da orientação, do esclarecimento de dúvidas, do apoio e do encaminhamento nas possíveis situações de desconforto ocasionadas pela sua participação na pesquisa, inclusive após o seu encerramento. Em qualquer intercorrência, você poderá requisitar o atendimento de um ou mais profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Departamento de Apoio Estudantil, dentre os quais temos assistente social, psicóloga, assistente de alunos, pedagoga, conforme a sua necessidade.

Os dados do presente estudo serão guardados e analisados em sigilo; não serão disponibilizados para terceiros. A divulgação dos resultados ocorrerá em eventos e publicações científicas e será feita de forma a não identificar os voluntários. Os riscos de sua participação serão mínimos, tendo em vista que serão tomadas todas as precauções quanto à sua identidade. A pesquisa contribuirá para traçarmos estratégias que assegurem seu sucesso acadêmico, garantindo a sua permanência e o seu êxito nos estudos.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução

do Conselho Nacional de Saúde- CNS/MS-466/12) que versa sobre a pesquisa envolvendo seres humanos, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Salientamos ainda que os dados desta pesquisa serão utilizados tão somente para realização deste estudo.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Iguatu-CE, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do (a) menor

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora responsável: Eliza Marta Gonçalves Ferreira

Endereço: Rua Cícero Alencar, n. 31, bairro Centro, CEP: 63605-000, Piquet Carneiro/ CE

Telefone: (88) 35821000 Ramal 250, celular Tim (88) 999765531/oi (88) 988358195.

E-mail: elizamarta.ifce@gmail.com

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs na Reitoria do IFCE - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 *e-mail:* cep@ifce.edu.br.

Apêndice D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/Responsáveis



O Recorte Assistencial da Educação Agrícola como Estratégia de Permanência do Estudante do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *Campus Iguatu*

Eliza Marta Gonçalves Ferreira

O menor, _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa intitulada “O Recorte Assistencial da Educação Agrícola como Estratégia de Permanência do Estudante do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará *Campus Iguatu*”. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar os direitos do participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você retirar sua autorização em qualquer momento da pesquisa.

Justificativa e objetivos:

A importância do presente estudo justifica-se pela correlação entre a motivação do (a) discente para o ingresso e permanência no Curso Integrado em Agropecuária do IFCE *campus*

Iguatu e os serviços de natureza assistencial ofertados pela unidade de ensino. O estudo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam para a permanência na instituição, sob a visão dos (as) discentes.

Procedimentos:

Participando do estudo, o menor sob sua responsabilidade está sendo convidado a: preencher um Questionário com 26 (vinte e seis) questões, e a participar de uma Roda de Conversa. A aplicação do questionário e a roda de conversa ocorrerão em sala de aula, em horário disponibilizado para as atividades do Departamento de Apoio Estudantil. O tempo estimado para responder o Questionário é de 30 minutos e da Roda de Conversa de 60 minutos.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve autorizar a participação do menor sob sua responsabilidade neste estudo se considerar que causa dano, desconforto informar sobre as condições socioeconômicas familiar e sobre as motivações para o ingresso e permanência dele (a) no IFCE *campus* Iguatu e a avaliação que ele (a) faz acerca dos serviços ofertados pela instituição. As informações que são solicitadas representam um risco mínimo. Entretanto, o (a) participante não será identificado (a) no Questionário e não será obrigado (a) a se expressar durante a Roda de Conversa, caso não se sinta à vontade.

Benefícios:

Os resultados obtidos induzirão à melhoria da qualidade dos serviços que impactam na decisão pela permanência dos discentes na instituição. A partir da identificação dos fatores de ordem institucional que influenciam para a permanência do estudante as ações serão intensificadas, produzindo melhor atendimento às demandas apresentadas.

Acompanhamento e assistência:

Os (As) participantes do estudo serão acompanhados (as) pela pesquisadora por meio da orientação, do esclarecimento de dúvidas, do apoio e do encaminhamento nas possíveis situações de desconforto ocasionadas pela participação na pesquisa, inclusive após o seu encerramento. Havendo qualquer intercorrência, você ou o (a) menor sob sua responsabilidade poderá requisitar o atendimento por um ou mais profissionais que compõem

a equipe multiprofissional do Departamento de Apoio Estudantil, dentre os quais temos: assistente social, psicóloga, assistente de alunos, pedagoga, conforme a necessidade.

Sigilo e privacidade:

O (a) participante tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da pesquisa. Na divulgação dos resultados desse estudo, o nome do (a) participante não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

O estudo, constituído por dois momentos: aplicação de um Questionário e uma Roda de Conversa, será realizado obedecendo a rotina no ambiente de sala de aula. Caso ocorra algum gasto devido à participação do menor sob sua responsabilidade na pesquisa, você será ressarcido (a). Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Eliza Marta Gonçalves Ferreira, Assistente Social do IFCE *campus* Iguatu, Departamento de Apoio Estudantil, Rodovia Iguatu Várzea Alegre, km 05, telefone (88) 3582-1000 Ramal 250.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre a participação do menor sob sua responsabilidade e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs na IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 *e-mail*: cep@ifce.edu.br.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, autorizo a participação do (a) menor abaixo identificado (a) e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pela pesquisadora e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas.

Nome do (a) participante menor:

Contato telefônico (opcional): _____

E-mail: (opcional): _____

Nome do RESPONSÁVEL LEGAL: _____

Assinatura do RESPONSÁVEL LEGAL

Local e data: _____, ____/____/____.

Responsabilidade da pesquisadora:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao Responsável Legal. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado por você.

Nome da pesquisadora: _____

Assinatura da pesquisadora

Local e Data: _____, ____/____/____.

Apêndice E – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O RECORTE ASSISTENCIAL DA EDUCAÇÃO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DO CURSO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ *CAMPUS* IGUATU

Pesquisador: ELIZA MARTA GONCALVES FERREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85802618.5.0000.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.651.184

Apresentação do Projeto:

Pesquisa que busca estudar o acesso e a permanência de alunos do curso integrado de Agropecuária do Instituto Federal do Ceará - IFCE, *campus* de Iguatu. Serão utilizados questionários e discussão em grupo.

Objetivo da Pesquisa:

- Analisar os fatores que influenciam na permanência dos estudantes do curso integrado de Agropecuária do Instituto Federal do Ceará, *campus* Iguatu, sob o ponto de vista dos discentes;
- Traçar o perfil socioeconômico do estudante, relacionando o nível de carências materiais aos interesses educacionais;

- Caracterizar as ações de cunho assistencial ofertadas pela unidade de ensino que influenciam na permanência dos estudantes;
- Investigar os fatores institucionais determinantes para a permanência dos estudantes no curso integrado de Agropecuária do IFCE, *campus* Iguatu.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora apresenta os riscos e benefícios da pesquisa, de forma clara e objetiva, nos documentos integrantes do protocolo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa mostra-se importante para investigar o quanto a assistência ofertada pela instituição de ensino, especialmente a que se materializa na matrícula em regime de internato, se revela ou não como um fator que contribui para o acesso e a permanência dos discentes no referido curso de Agropecuária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram devidamente apresentados.

Recomendações:

Recomenda-se que os TCLEs e o Termo de Assentimento sejam atualizados no corpo do projeto de pesquisa, para que fiquem idênticos às versões que serão apresentadas aos participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo não apresenta pendências ou inadequações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Enviar ao CEP, relatório ao final da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1079845.pdf	20/04/2018 16:19:47		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETODEPESQUISA.pdf	20/04/2018 16:17:00	ELIZA MARTA GONCALV	Aceito

Investigador			ES FERREIRA	
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLERESPONSAVEI SNOVO.pdf	19/04/2018 12:13:40	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ASSENTIMENTONO VO.pdf	19/04/2018 12:12:25	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOCONSENTIM ENTO.pdf	19/04/2018 12:10:27	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMANOV O.pdf	19/04/2018 12:08:10	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
Outros	FIELDEPOSITARIO. pdf	04/04/2018 21:59:35	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	ROSTO.pdf	08/03/2018 18:34:53	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito

Declaração de Pesquisadores	RESULTADOS.JPG	08/03/2018 18:13:12	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	BENEFICIOS.JPG	08/03/2018 18:12:50	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.JPG	23/02/2018 20:39:03	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRURA.pdf	23/02/2018 20:35:36	ELIZA MARTA GONCALV ES FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Fortaleza, 11 de maio de 2018

Assinado por:

Arinilson Moreira Chaves Lima

(Coordenador)

10 ANEXOS

Anexo A – Entrevista Social

ENTREVISTA DE SELEÇÃO PARA OS REGIMES DE RESIDÊNCIA E SEMI-RESIDÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE REGIME: () RESIDÊNCIA () SEMI-RESIDÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

NOME SOCIAL: _____ APELIDO: _____

NATURALIDADE: _____ ESTADO: _____

DATA DO NASCIMENTO: ____/____/____ ESTADO CIVIL:

_____ SEXO: () M () F

IDENTIDADE DE GÊNERO: () HOMO () HÉTERO () TRANS () BI

RAÇA/ETNIA: () NEGRA () PARDA () AMARELA () BRANCA

() INDÍGENA

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

TELEFONE DE UM RESPONSÁVEL: _____ PARENTESCO: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL

RUA/SÍTIO _____

PONTO DE REFERÊNCIA _____

MUNICÍPIO _____ ESTADO _____ CEP

_____ - _____

() ZONA RURAL - DISTÂNCIA DA SEDE _____ KM () ZONA URBANA

POSSUI DIFICULDADE PARA DESLOCAMENTO? () NÃO () SIM. ESPECIFIQUE

QUAL O VALOR MÉDIO GASTO COM O DESLOCAMENTO? R\$

COM QUE FREQUÊNCIA PRETENDE SE DESLOCAR PARA SUA CIDADE DE ORIGEM?

2. DADOS EDUCACIONAIS E PROFISSIONAL

ONDE VOCÊ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL?

() ESCOLA PÚBLICA () ESCOLA PRIVADA SEM BOLSA () PRIVADA COM BOLSA

VOCÊ JÁ TRABALHOU: () NÃO () SIM. EM QUE: _____
QUANTO TEMPO _____

3. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

Nome ou apelido	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda

RENDA FAMILIAR MENSAL: _____ RENDA POR PESSOA: _____

ESTADO CIVIL DOS PAIS: _____

EXISTE ALGUÉM COM DEFICIÊNCIA NA FAMÍLIA? () SIM () NÃO

SUA FAMÍLIA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO E/OU PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA SOCIAL (EX: Bolsa família): _____

4. GASTOS FIXOS MENSAIS

ALIMENTAÇÃO: _____ ENERGIA E ÁGUA: _____ LAZER: _____

TELEFONE/INTERNET: _____ MEDICAMENTOS: _____

EDUCAÇÃO: _____ TRANSPORTE: _____ OUTROS: _____

5. CONDIÇÕES DE MORADIA

FAZ TRATAMENTO PARA ALGUMA DOENÇA

() NÃO () SIM

TOMA ALGUMA MEDICAÇÃO CONTROLADA

() NÃO () SIM QUAL?: _____

TEM ALGUM TIPO DE ALERGIA

() NÃO () SIM ESPECIFIQUE: _____

8. DADOS SOCIOCULTURAIS

8.1. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO, ASSOCIAÇÃO? _____ QUAL? _____

8.2. POSSUI ALGUMA HABILIDADE ARTÍSTICA? () CANTA () DANÇA

() TOCA INSTRUMENTO () TRABALHO MANUAL () OUTRO: _____

9. COMO TOMOU CONHECIMENTO SOBRE O IFCE?

10. MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:

Iguatu-CE, _____ de _____ de _____

Assinatura do entrevistador

Assinatura do aluno/ responsável

Anexo B – Formulário Socioeconômico

1. DADOS GERAIS DO DISCENTE

Nome: _____

Tem apelido? () Não () Sim. Qual? _____

Nome social _____

Sexo: F () M () Data de Nascimento: ____/____/____

Matrícula: _____

Estado Civil? _____ É cotista? () Não Sim () Qual?

Curso: _____ Semestre: _____

Turno: _____ Telefone(s): _____ E-mail: _____

Dados Bancários: Banco _____ **Nº Agência:** _____ **Op.:** _____ **Nº Conta** _____

Endereço residencial atual _____

Bairro/distrito _____

Município _____

Ponto de Referência: _____

*End. da residência de origem (solicitante de auxílio moradia) _____

Bairro/distrito _____ Município _____

Ponto de Referência: _____

2. TIPO DE AUXÍLIO SOLICITADO (Marque um X na opção desejada):

() Auxílio moradia () Auxílio transporte () Auxílio discentes mães/pais

() Auxílio óculos () Auxílio formação. Especificar área: _____

3. CONDIÇÕES DE MORADIA DO DISCENTE (RESIDÊNCIA ATUAL):

Situação do Imóvel: () Própria () Cedida/Emprestada () Financiada R\$ _____ ()

Coabitada -mais de 1 família na mesma residência () Alugado R\$ _____ Com quantas

pessoas você divide o aluguel? _____ Valor individual: _____

Tipologia do imóvel: () Alvenaria/tijolo () Taipa () Misto () Outros

Especificar _____

Nº de cômodos (apenas sala, quarto e cozinha):_____ Banheiro: () Não () Sim Quantos?

4. CONDIÇÕES DE MORADIA DA FAMÍLIA DE ORIGEM (solicitante de auxílio moradia)

Situação do Imóvel? () Alugado R\$_____ () Coabitada -mais de 1 família na mesma residência () Própria () Cedida /Emprestada () Financiada R\$_____

Tipologia do imóvel: () Alvenaria/tijolo () Taipa () Misto () Outros

Especificar_____

Nº de cômodos (contar apenas sala, quarto e cozinha):___ Banheiro: () Não () Sim, Quantos? _____

5. SITUAÇÃO SOCIOFAMILIAR

Você exerce alguma atividade remunerada? () não sim ()

Qual?_____ Valor da remuneração: _____

Recebe alguma Bolsa no IFCE? Não () Sim () Qual? _____

Quantos membros da família exercem atividade remunerada? _____

Tem algum membro da família com deficiência? () Não () Sim,

Parentesco_____

Algum membro da família acessa o CREAS, CAPS ou outro equipamento da rede socioassistencial? () Não () Sim Qual?_____

Parentesco_____

Tem algum membro da sua família que estuda no IFCE? _____.

Em qual *campus*: _____. Sua família está inscrita no Cadastro Único? () Não () Sim

Sua família participa de algum programa social? () Não () Sim

Qual?_____ Valor do Benefício R\$_____ NIS:_____

Os Gastos fixos mensais familiares correspondem a:

() alimentação. R\$_____ () energia e água. R\$_____

() medicamentos. R\$_____ () telefone/internet. R\$_____

() educação. R\$ _____ () lazer. R\$ _____

() transporte. R\$ _____ () outros: _____

6. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

Nº	Nome	Parentesco em Relação a você	Idade	Profissão	Renda	De onde vem a renda (aposentadoria, pensão trabalho formal, trabalho informal, outros)?

7. CONDIÇÕES DE DESLOCAMENTO

Qual o meio de transporte mais utilizado para vir ao Instituto? ()Carro próprio ()Moto própria

()Transporte coletivo ()Bicicleta () Carona ()Ônibus escolar () A pé ()

Outros: _____

*(solicitantes do auxílio transporte)

Quantas passagens gasta por dia? Ida () Valor: R\$ _____ Volta() Valor: R\$ _____

Quanto você gasta por mês com transporte para vir ao IFCE? R\$ _____

Quantos quilômetros de distância entre a sua residência e o IFCE? _____

Possui carteira de estudante? () Sim () Não, motivo: _____

Qual? () Municipal () Macrorregião () Outros _____

8. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Com que frequência você se desloca para a residência de origem?

Anualmente Semestralmente Mensalmente

Quinzenalmente Semanalmente Diariamente

Qual o valor médio gasto com seu deslocamento até sua residência de origem? _____

9. MOTIVOS DA SOLICITAÇÃO

10. Parecer do Serviço Social

Iguatu- CE, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Estudante

Assinatura do(a) Responsável Legal